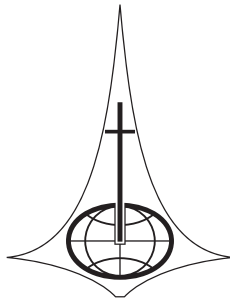


Batismo

Diálogo com o Movimento Carismático na IECLB



Igreja Evangélica de Confissão
Luterana no Brasil



IECLB

Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
Rua Senhor dos Passos, 202 – 4º andar
Caixa Postal 2876 – 90001-970 – Porto Alegre – RS
Tel. (51) 3221-3433 – Fax (51) 3225-7244
E-mail: secretariageral@ieclb.org.br
presidencia@ieclb.org.br

Batismo – Diálogo com o Movimento Carismático na IECLB
Coordenação: Walter Altmann
Organização: Carlos Gilberto Bock e Johannes Friedrich
Hasenack

ISBN 85-233-0842-3

I24m Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
Batismo: diálogo com o movimento carismático no IECLB /
Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Porto Ale-
gre : IECLB, 2006.

156p. ; 16x23 cm.
ISBN 85-233-0842-3

1. Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. 2.
IECLB. 3. Batismo. I. Título.

CDU 265.1:284.1(81)

Catálogo na publicação: Leandro Augusto dos Santos Lima – CRB 10/1273

BATISMO

Diálogo com o Movimento Carismático na IECLB

Documentos da Presidência
Volume II

Sumário

Apresentação	7
1. Cronologia do diálogo com o Movimento Carismático	9
2. Correspondências e posicionamentos em 2004	14
Diálogo sobre Assuntos Comunitários	14
Parecer do P. Harald Malschitzky	23
Parecer do P. Dr. Paulo Butzke	26
Carta do Pastor Presidente (IECLB nº 89657/04), de 09 de novembro de 2004	38
Carta do Pastor Presidente (IECLB nº 90706/04), de 27 de novembro de 2004	39
Carta do Pastor Presidente (IECLB nº 91213/04), de 13 de dezembro de 2004	44
Carta aberta do Movimento de Renovação como subsídio para o diálogo sobre o batismo cristão, de 14 de dezembro de 2004	50
Carta do Pastor Presidente (IECLB nº 91473/04), de 17 de dezembro de 2004	62
3. Correspondências e posicionamentos em 2005/2006	64
Carta de Luiz H. Scheidt, de 28 de janeiro de 2005	64
Carta do Pastor Presidente a Luiz Henrique Scheidt (IECLB nº 93381/05), de 03 de fevereiro de 2005	65
Comunicado acerca da continuidade do diálogo com o Movimento Carismático (MC) Carta do Pastor Presidente (IECLB nº 93382/05), de 03 de fevereiro de 2005	68
Diálogo acerca do batismo (Posicionamento em relação à Carta Aberta do Movimento Carismático, de 14/12/2004, e outras manifestações providas de integrantes do MC – IECLB nº 93383/05), de 03 de fevereiro de 2005	70
Carta do Movimento Carismático ao Conselho da Igreja, de 12 de março de 2005	80
IECLB – Resolução do Conselho da Igreja no tocante ao batismo/rebatismo, de 19 de março de 2005	87
Carta do Pastor 1º Vice-Presidente (IECLB nº 95519/05), de 1º de abril de 2005	90
Consulta sobre Batismo e Rebatismo – Parecer do Grupo Assessor de Teologia e Confessionalidade, de 04 de maio de 2005	92

Carta do Pastor Presidente (IECLB nº 98014/05), de 10 de maio de 2005	94
Carta do Pastor Presidente (IECLB nº 100750/05), de 09 de julho de 2005 – Momento atual da IECLB, em especial a relação com o Movimento Carismático	96
Movimento Carismático – Resolução do Conselho da Igreja, de 05-06 de agosto de 2005	104
Carta do Secretário Geral (IECLB nº 113176/06), de 29 de março de 2006	105
 4. Anexos	 109
 4.1 Cartas	 109
Carta do Pastor Presidente (IECLB nº 77006/04), de 26 de janeiro de 2004	109
Carta do Pastor Presidente (IECLB nº 91874/04), de 22 de dezembro de 2004	115
Carta do Pastor Oziel Campos de Oliveira Júnior, de 23 de dezembro de 2004	121
Carta do Pastor Presidente (IECLB nº 106752), de 11 de novembro de 2005	123
 4.2 Roteiros	 128
Roteiro para levantamento de casos de interferência externa em comunidades/paróquias ou sínodos	128
Roteiro de questões sobre o batismo, o ensino e a prática batismal. (Informações solicitadas pela IECLB consoante o EMO, art. 28)	129
 4.3 Textos	 130
Carta aberta ao Movimento “Renovação Carismática” na IECLB. Reação ao posicionamento intitulado “Diálogo sobre assuntos comunitários” – P. Dr. Gottfried Brakemeier	130
Nossos relacionamentos, nossa dor, nossas esperanças. (Pensando em voz alta) – Carta do Movimento Encontrão	138
Se o navio estiver afundando – Um manifesto do Movimento de Renovação Espiritual	145
Desabafo: de carismático para carismático – P. Luiz Paulo Geiger	150

Apresentação

O assunto batismo esteve na pauta da IECLB desde a década de 80, e emergiu com maior ênfase na segunda metade de 90, com a polêmica suscitada pela prática do rebatismo em algumas comunidades sob influência da expressão carismática. Diferentes documentos da igreja, aprovados ao longo dos anos, condenam a prática do rebatismo e exortam seus praticantes para a sua interrupção. Em maio de 2004, com o Fórum da Unidade: Contexto e Identidade da IECLB, esse assunto retornou. Com a convicção de que, no atual contexto, a IECLB tem como seu desafio central aprofundar a reflexão e o diálogo acerca da identidade confessional e da unidade da igreja, a Presidência liderou um processo de diálogo com representantes do Movimento de Renovação Carismática (MC), devidamente respaldado pelo Conselho da Igreja.

Esse difícil, porém necessário diálogo teve uma significativa intensificação em 2004 e 2005. A polêmica central se deu em torno das distintas compreensões teológicas da relação entre graça e fé, sobretudo na compreensão do batismo. O batismo é oferta da graça de Deus acolhida em fé, mas sem poder a fé constituir-se em condição para o batismo. A prática do rebatismo, portanto, representa uma auto-exclusão da base confessional da IECLB.

Ao promover o diálogo, havia a esperança de que o mesmo pudesse conduzir a uma maior identificação do movimento carismático com a base confessional da IECLB, a que o próprio movimento carismático viesse a coibir radicalizações e a que pudessemos em conjunto encontrar modalidades alternativas para legítimos anseios do movimento carismático. Esse propósito infelizmente não se concretizou, embora os esforços de parte a parte. O processo resultou em pedidos de desligamento do quadro de obreiros e um limitado número de saída de membros de comunidades da IECLB, por conta de divergências doutrinárias. Não se trata, neste momento, de distribuir responsabilidades quanto a esse fato, mas sim registrá-lo, e fazê-lo com muito pesar, pois "se um membro sofre, todos sofrem com ele" (1 Coríntios 12.26). Entretanto, parece não restar dúvida de que havia questões teológicas profundas a nos dividir.

A diversidade de espiritualidade existente na IECLB é, em princípio, bela e enriquecedora para a igreja. Não são poucas pessoas que têm se sentido atraídas para a IECLB ou a apreciam particularmente porque há nela um espaço bastante amplo para desenvolver, de maneira peculiar e característica, a experiência de fé, a edificação comunitária e o projeto missionário. A diversidade tem, porém, seus limites, que são ultrapassados precisamente quando de algum modo são atingidos os pilares da confessionalidade luterana e/ou se instala na vida da comunidade um espírito divisionista que é incompatível com a compreensão de igreja como corpo de Cristo, em que os diferentes membros cooperam, uns com os outros, para sua edificação.

Com a presente coletânea estamos disponibilizando, em ordem cronológica, as principais correspondências havidas entre a Presidência e lideranças do Movimento Carismático, entre 2004 e 2005. Da mesma forma, incluímos, em anexo, outros textos relacionados a essa temática e que foram divulgados, em diferentes setores da igreja. Desta forma, objetivamos disponibilizar mais amplamente os conteúdos deste diálogo. Fazemos isso com a constatação de que há na IECLB uma crescente tomada de consciência quanto à sua identidade confessional. É fundamental que os membros da IECLB saibam as razões pelas quais somos de confissão luterana, em contexto de grande pluralismo religioso, sobretudo em torno de temas tão centrais como o batismo. Queremos continuar crescendo como igreja na compreensão e no compromisso comunitário com a prática responsável do batismo.

Porto Alegre, 29 de setembro de 2006

P. Dr. Walter Altmann
Pastor Presidente

1. Cronologia do diálogo com o Movimento Carismático

O assunto batismo/rebatismo, respectivamente carismatismo, vem ocupando as mais diferentes instâncias da IECLB desde a década de 80. Nesta cronologia estão arrolados alguns dos momentos, decisões e/ou documentos mais significativos, com ênfase especial nos desdobramentos a partir de 2004.

1997 e 1998 – Encontros de diálogo da Presidência da IECLB com representantes de movimentos, inclusive o Movimento Carismático, com o objetivo de alcançar uma posição clara e consenso no assunto.

18 de agosto de 1997 – Carta pastoral da Presidência da IECLB, afirmando, entre outros: "A IECLB reconhece todo Batismo realizado em nome do Trino Deus, e não rebatiza as pessoas que se integram na IECLB vindas de outra Igreja. Por conseguinte, quem assim mesmo pratica o rebatismo se coloca confessionalmente fora da IECLB e agride a ecumenicidade da Igreja."

1999

Novembro – A IECLB emite o documento "IECLB às portas do novo milênio". Nele consta, entre outros: "Já que existe um só batismo cristão (Ef 4.5), a IECLB não pode admitir um segundo batismo ou o assim chamado rebatismo. Quem mesmo assim o pratica, está se afastando do fundamento bíblico e da confessionalidade luterana; e deve perguntar-se a si mesmo e deixar-se questionar se ainda faz parte da IECLB."

2000

17-19 de março – O Conselho da Igreja afirma: "Para atos como o rebatismo deve haver processo disciplinar."

Pentecostes – A IECLB emite o documento "A IECLB no pluralismo religioso" e classifica o rebatismo como caso de "incompatibilidade confessional". Diz ainda, entre outros: "Por causa do amor incondicional de Deus e da nossa compreensão bíblica devemos admitir e praticar o batismo de crianças e de adultos. Não devemos permitir a absolutização de uma das duas formas, e o rebatismo, já ocorrido em âmbito da IECLB, é totalmente inadmissível numa igreja luterana."

19-22 de outubro – O XXII Concílio da Igreja, em Cuiabá e Chapada dos Guimarães / MT, reforça o documento "A IECLB no pluralismo religioso", enfatizando que ele "está em vigor e que seja efetivamente aplicado".

2004

4-7 de maio – Fórum Nacional da Unidade, convocado como início de um processo para a possível adoção de uma "carta de identidade e compromisso" no XXIV Concílio da Igreja. Durante o Fórum reafirma o assunto batismo/rebatismo a partir de colocação do P. Luiz Henrique Scheidt, representando o Movimento Carismático.

9 de junho – Encontro da Presidência (W. Altmann e H. Pinto) com o Pastor L. H. Scheidt, acompanhado do P. Ms. Arzemiro Hoffmann. A Presidência solicita manifestação escrita acerca do batismo (além de outros dois pontos), para apresentação ao CI.

24 de junho – É enviada à IECLB a manifestação do MC intitulada "Diálogo sobre Assuntos Comunitários". Acerca do batismo, este documento propõe a "confirmação do batismo, com a repetição do rito com água" e o "batismo condicional".

25 de junho – Envio do documento final do Fórum Nacional da Unidade aos obreiros/as, sínodos, paróquias e instituições, anunciando que o mesmo será encaminhado à Conferência da/os Pastores Sinodais e ao Concílio da Igreja, bem como pedindo estudo e manifestações.

9-10 de julho – Conselho da Igreja aprecia o assunto e faz solicitação de se obter pareceres teológicos sobre a manifestação recebida do MC.

21 de julho e 3 de agosto - Pareceres do P. Harald Malschitzky e do P. Dr. Paulo Butzke, realçando pontos positivos mas também fazendo críticas à manifestação do Movimento Carismático. Manifestação do MC e pareceres são remetidos aos sínodos.

5 de agosto – Diretoria do CI faz encaminhamentos à Presidência e aos sínodos, além de encarregar o Conselho de Liturgia com a tarefa de elaborar "uma proposta de rito para reafirmação dos votos batismais".

17-19 de setembro – Conferência da/os PP. Sinodais aprecia Documento Final do Fórum Nacional da Unidade e faz sugestões de emendas para o Concílio da Igreja.

13-17 de outubro – Concílio da Igreja aprecia e aprova o Documento "Unidade: Contexto e Identidade da IECLB". Nele consta, entre outros: "A prática do rebatismo, por afrontar diretamente o cerne da fé e os documentos normativos e orientadores da IECLB, equivale à auto-exclusão da base confessional da IECLB."

26 de novembro – Reunião de diálogo entre representantes da Direção da IECLB e representantes do Movimento Carismático. Objetivo da reunião: estabelecer uma agenda de diálogo para 2005, precedida do entendimento em relação ao batismo. Há concepções divergentes no tocante ao batismo e decide-se uma troca de cartas com os respectivos posicionamentos.

14 de dezembro – Troca de cartas entre Presidência da IECLB e Movimento Carismático. Carta da IECLB apresenta o posicionamento bíblico-confessional acerca do batismo, faz propostas concretas de como lidar com o assunto, inclusive um rito de reafirmação do batismo e de celebração da fidelidade de Deus, e desafia o MC a declarar sua observância da base confessional e dos regulamentos da IECLB. Carta do MC expõe sua compreensão do batismo, reportando-se à Bíblia, Lutero, teólogos da IECLB e justificando sua prática batismal por razões poimênicas e missionárias, e consideração do contexto religioso atual.

16 de dezembro – Diretoria do Conselho da Igreja (CI) aprecia cartas (o MC decide não aceitar o convite para participar de reunião) e estabelece prazo de 28 de janeiro para o MC responder à carta da IECLB, em particular a seu ponto 8 (compromisso do MC com a base confessional da IECLB) e anuncia que de sua parte estará estudando a carta recebida do MC.

2005

28 de janeiro – MC envia breve comunicação criticando que a Direção da IECLB não teria respondido sua carta e que estaria esperando essa resposta como "próximo passo na continuidade do diálogo".

3 de fevereiro – A Diretoria do CI aprecia, emenda e aprova carta preparada pela Presidência em resposta à Carta Aberta do MC e contendo comentários a questões correlatas suscitadas em outras manifestações de integrantes ou apoiadores do MC. Responde também à mensagem recebida do Movimento Carismático, deixando a seu critério se e como responder à carta da IECLB, declarando ainda que a Presidência segue aberta ao diálogo e comunicando que o assunto será levado às reuniões de março da/os Pastora/es Sinodais com a Presidência e do CI, com os subsídios então disponíveis.

8-11 de março – Reunião da/os Pastora/es Sinodais aprecia a situação, inclusive alguma correspondência recebida de outras pessoas ou grupos na IECLB e faz proposição ao CI, relativas à atuação da Presidência e dos sínodos na questão.

14 de março – O MC remete correspondência ao CI respondendo à carta da IECLB de 3 de fevereiro e reiterando seu posicionamento contido na carta de dezembro, mas sem se reportar à carta da IECLB de 13 de dezembro, ainda não respondida.

18-19 de março – O CI aprecia e delibera acerca do assunto, adotando resolução específica quanto a rito litúrgico, consulta teológica a ser convocada pela Presidência, ação dos sínodos no levantamento de casos de rebatismo, determinação de que os/as obreiros/as que tenham adotado prática de rebatismo a suspendam até resolução final do conflito.

05-06 de maio – Consulta sobre Batismo e Rebatismo, entre a Presidência, os ex-pastores presidentes e representantes dos movimentos. Nessa consulta, em que cada um dos participantes apresentou seu posicionamento, foi reforçada a posição teológico-confessional de rejeição à prática do rebatismo, recomendando-se que, no tocante ao chamado "batismo condicional", a IECLB elaborasse critérios e diretrizes para o exame de casos específicos em que possa estar em dúvida o fato se houve previamente batismo retamente efetuado ou não. A consulta também enfatizou que não se trata de rejeitar as pessoas eventualmente rebatizadas, mas sim a prática do rebatismo e que, portanto, particular responsabilidade cabe aos/às obreiros/as da IECLB, consoante seu voto de ordenação.

10 de maio – Carta da Presidência aos sínodos na qual se comunica a decisão da Diretoria do Conselho da Igreja, em sua reunião de 27 de abril, de solicitar um levantamento junto aos/às obreiros/as acerca da prática batismal e da existência ou não de interferências externas, não acordadas por parte de obreiros/as e lideranças comunitárias, no âmbito de comunidades/paróquias e/ou sínodos. Para essa consulta foram enviados dois roteiros (cf. nos anexos).

09 de julho – Carta da Presidência sobre o momento da IECLB, em especial a relação com o MC, discorrendo sobre as diferentes etapas do diálogo com o MC. A esperança de que esse diálogo pudesse conduzir a uma maior identificação do MC com a base confessional da IECLB não se concretizou. O processo resultou em desligamentos do quadro de obreiros e cisões em comunidades da IECLB, por conta de divergências doutrinárias. Levanta uma série de indagações acerca do que se pode aprender com a expressão carismática, fenômeno espiritual de nossa época, e com o processo de diálogo interno na IECLB.

05-06 de agosto – O Conselho da Igreja, reunido em São Leopoldo/RS, aprovou diferentes resoluções: registrar, com tristeza, o desligamento do quadro de obreiros e cisões em comunidades da IECLB, por conta de divergências práticas e doutrinárias; reafirmar as possibilidades de diálogo e de reconciliação, sem abdicar de uma base confessional; assegurar o acompanhamento pastoral aos membros da IECLB remanescentes em comunidades que sofreram divisão; dar seguimento ao processo de elaboração de critérios para a concessão ou não do chamado "batismo condicional"; solicitar aos sínodos a conclusão do levantamento das práticas de rebatismo em seu âmbito; solicitar aos sínodos cópia dos registros legais dos estatutos de comunidades e paróquias da IECLB.

2006

29 de março – Carta do Secretário Geral informando sobre disputas jurídicas com alguns grupos carismáticos que saíram de comunidades/paróquias da IECLB e se apropriaram do patrimônio. As demandas judiciais objetivam assegurar os direitos destas comunidades/paróquias da IECLB. Estas estão em fase de reorganização de sua vida comunitária. O Conselho da Igreja aprovou a criação de um Fundo Especial de Solidariedade para auxiliar o processo de reconstrução das mesmas.

2. Correspondências e documentos em 2004

DIÁLOGO SOBRE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Do Movimento de Renovação Espiritual

“a fim de que todos sejam um; e como és tu, ó Pai, em mim e eu em ti, também sejam eles em nós; para que o mundo creia que tu me enviaste. ... a fim de que sejam aperfeiçoados na unidade, para que o mundo conheça que tu me enviaste...”

João 17. 21, 23

A IECLB ao longo dos anos tem sido marcada pela sua diversidade. Ela tem sido uma igreja democrática e hábil no trato com os diferentes, o que tem lhe rendido o mérito de não ter acontecido nenhuma grande cisão ao longo de sua história, apesar de ter havido momentos de muita tensão. Essa flexibilidade da IECLB se deve também ao fato de desde sua origem diferentes vertentes teológicas terem afluído formando nossa denominação.

Nos dias de hoje, dias de extrema pluralidade, seria de estranhar o fato de não haverem conflitos dentro da igreja. Até porque a sociedade pluralista tem uma profunda influência sobre nossa igreja que já é plural desde a sua origem. E como instituição a IECLB não é uma ilha, e também não quer sê-lo, portanto não têm imunidade às diferentes influências. Por outro lado, como igreja, a IECLB não pode se eximir de tratar questões conflitantes que são levantadas como questionamentos em seu seio. Por isso, nós como movimento de renovação dentro da IECLB, queremos arrazoar sobre três questões que nos foram solicitadas pelo Pastor Presidente da IECLB Dr. Walter Altmann, os quais listamos abaixo por ordem de importância conforme o entendimento do próprio Pastor Presidente, quais sejam:

1. Tratamento de questões batismais;
2. Tratamento de questões relacionadas a interferências de obreiros (no caso carismáticos) em “áreas” de outras comunidades, e

3. Tratamento de tensões e conflitos internos em comunidades onde a expressão carismática se faz presente.

Sabemos que o trato dessas questões não é algo simples, pois no caso da questão batismal, por exemplo, existem conflitos que se arrastam há séculos. Nem por isso, como dito anteriormente, iremos nos eximir da discussão. Nossa intenção é sermos propositivos e indicativos a fim de contribuirmos para uma solução negociada desses impasses dentro da igreja.

Tratamento de questões batismais

Creemos, como carismáticos luteranos, que o batismo é um sacramento, e como sacramento deve ser tratado com responsabilidade. Já há muitos anos se discute na IECLB sobre a prática batismal indiscriminada, onde o sacramento é oferecido somente como um rito de passagem, e não como sacramento que é. Assim percebemos que a prática batismal na IECLB é difusa porque existe uma teologia confusa. Se o ensino sobre o batismo é visto como *o grande dom de Deus* conforme *Nossa Fé - Nossa Vida*, página 19, é de se esperar que haja um cuidado prioritário para com sua compreensão teológica e que a prática decorrente tenha, no mínimo, a mesma ênfase. Isto, porém, não ocorre. Na prática existem compreensões teológicas distintas. Os pastores que aceitam que no batismo acontece a justificação por graça, redenção, vocação para o sacerdócio, integração no corpo de Cristo... jamais se negarão a batizar uma criança, mesmo que seus pais só se filiem à comunidade para realizar o batismo. Esta prática é muitíssimo comum, principalmente nas grandes cidades. Uma verificação superficial dos membros inadimplentes comprova isso. (Vale lembrar que no guia *Nossa Fé - Nossa Vida* é dito expressamente: “No Batismo em nome do trino Deus nos é oferecida a graça de Deus... esta graça quer ser abraçada na fé... posteriormente pela criança”, p. 19-20).

A prática irresponsável desse sacramento se deve ao fato de muitos considerarem que no batismo, como num passe de mágica, se recebe de Deus tudo o que ele promete em sua Palavra. Outro exemplo de prática inadequada decorrente desta visão teológica pode ser verificada no trato dispensado a famílias de ricos empresários. Acontece a prática do batismo doméstico de pessoas que nunca par-

ticipam da vida eclesial. Ou seja, *ex opere operato*, tudo se dá no rito. Essa visão batismal se impôs fundamentalmente com a afirmação do cristianismo como religião oficial do império, e se consolidou com o edito de Teodósio (380) segundo o qual “ser cristão é uma condição indispensável para viver dentro dos limites do império”. Essa prática bíblico-teologicamente insustentável foi questionada até mesmo por segmentos católicos romanos na palavra do Cardeal Scherer nos anos 70: “Batizamos mais crianças do que conseguimos evangelizar”. Esse sentimento é fruto da visão da fé infusa na criança pelo ato do batismo, advinda do Concílio de Trento (1545-1563), concílio da contra-reforma. Infelizmente, por vezes, também dentro de nossas fronteiras isso tem se tornado uma realidade.

Sabemos que a prática do rebatismo na IECLB é muito anterior ao Movimento de Renovação e não se restringe a ele. Como se trata de ações isoladas de pastores, ela só eventualmente é descoberta. Há pastores que, para evitar conflitos, mandam membros que não têm paz com seu batismo de infante para uma Igreja Assembléia de Deus a fim de lá se batizarem e depois voltarem à comunidade luterana.

Outro fato que mostra que o rebatismo não está no centro das atenções confessionais está nos colóquios de pastores, ordenados ou não em outras igrejas, que pedem ingresso no ministério pastoral da IECLB. A Comissão de Colóquio nomeada pela Direção da IECLB não investigava se um candidato era ou não rebatizado. Assim já foram admitidos candidatos batistas, por exemplo, Vilmar Diemer que já era rebatizado. Assim está evidente que, para a Comissão de Colóquio isto não era um assunto de maiores preocupações confessionais. Como os irmãos podem ver, a questão do uso diversificado do batismo não começou conosco e nem se limita a nossa eventual prática.

Hoje temos sido questionados pelo clamor vindo das frentes missionárias nas quais atuamos. Ora, a IECLB tem deixado de ser uma igreja rural, sendo confrontada cada vez mais com a realidade da pluralidade urbana. Cada vez mais temos recebido pessoas com uma religiosidade ou secularizada, ou extremamente envolvida com ocultismo. Pela conversão essas pessoas têm abraçado a fé na igreja luterana. Muitas delas têm se tornado líderes comunitários, paroquiais e até sinodais. Mas a sua marca religiosa do passado as

atrapalha. Elas têm o desejo de romper de maneira visível com sua velha vida, abraçando sua fé publicamente e de maneira marcante. Pastores e líderes preocupados pastoralmente buscaram alternativas para que essas pessoas fossem ajudadas poimenicamente. A própria direção da IECLB preocupada com essas questões convocou no ano de 1997 um seminário sobre batismo, rebatismo e fenômenos carismáticos, o qual teve continuidade em 1998. Textos foram trabalhados, testemunhos foram dados e muito foi discutido. Conforme pedido, fizemos uma revisão desta prática e *em regra* nos submetemos às orientações de nossa igreja e não mais batizamos quem já era batizado corretamente. Infelizmente os encaminhamentos acabaram ficando em aberto, até porque muito temos que caminhar nessa direção.

Dentro da preocupação pastoral que temos, especialmente por estarmos constantemente sendo confrontados com estas questões, e buscando nos distanciar da compreensão tridentina do batismo que molda o nosso contexto católico, indo em direção à visão luterana, de que é a fé que recebe o batismo, fé esta que nasce do ouvir a Palavra, queremos propor duas modalidades alternativas. Pois a comunidade evangelizada que vem do meio sincrético brasileiro, onde há batismos em outras religiões, traz uma pergunta inquietante que precisa ser tratada com responsabilidade poimênica. Carecemos de um *rito* que simbolize a celebração da memória do batismo assim como já foi ensaiada em outras comunidades luteranas, por exemplo, a igreja luterana Hosanna, nos EUA.

Segundo o nosso entendimento, essas duas propostas não ofendem a confessionalidade da nossa igreja, nem sua ecumenicidade.

1. A confirmação do batismo, com a repetição do rito com água: A Revista Caras, de 17 de dezembro de 1999, relata a experiência de Gugu Liberato. Ele teve seu batismo confirmado por imersão no rio Jordão, em cerimônia oficiada pelo Padre Marcelo Rossi. Ele mesmo descreve a experiência como sendo algo muito especial: “Geralmente, somos batizados com poucos meses de vida. Mas não somos nós que escolhemos receber o sacramento. Agora foi diferente. Eu quis. E isso é muito mais intenso e profundo para qualquer ser humano.” Sem dúvida, a prática da confirmação do batismo com a repetição do rito, é doutrinariamente aceita pelo ca-

tolicismo romano. E com certeza pode ser uma saída viável para ajudar pessoas que, tendo sido batizadas retamente, queiram por si mesmas assumir o compromisso com o Senhor Jesus, e desejam marcar essa decisão de maneira visível.

2. Batismo Condicional: O batismo condicional é praticado na Igreja Episcopal Anglicana, inclusive com rito litúrgico em seu livro de culto, e pela Igreja Católico-Romana. Temos por testemunho de fontes orais que também foi praticado no passado na Igreja Luterana. Lamentavelmente não temos fontes escritas que o possam comprovar. O batismo condicional é praticado quando há dúvidas sobre a reta administração do sacramento, ou quando não existe a certeza de que o batismo tenha acontecido. É interessante notar que na Europa “ultimamente para a igreja católica a validade do batismo evangélico se tornou mais questionável que antigamente, e muitas vezes são realizados rebatismos condicionais para o caso de conversões” (J. Beckmann, EKL, vol. 3, p. 1308). Infelizmente a ecumenicidade da igreja não tem sido levada em consideração pelos católicos romanos. Essa possibilidade do batismo condicional será uma boa alternativa para a formação de novas comunidades nas frentes missionárias. Até porque nesses limites missionários encontramos muitos casos de desconhecimento do batismo e da reta administração do mesmo por parte das pessoas.

Tratamento das questões relacionadas a interferências de obreiros (no caso carismáticos) em “áreas” de outras comunidades

A visão geográfica de Paróquia é algo que talvez funcione bem em áreas rurais, dentro de um contexto antigo. Nos nossos dias, com a urbanização, com a variedade de ofertas, e com o senso religioso mais aguçado de nossos membros, é praticamente impossível restringirmos a participação de alguém em uma paróquia geograficamente definida. Essa prática de participação em outras paróquias que não a de origem do membro já nos são bem conhecidas. A favor desta postura temos a constituição brasileira que garante a livre prática religiosa, o que restringe a jurisdição de uma comunidade religiosa ao âmbito de suas edificações. Nesse senti-

do o modelo paroquial geográfico já está superado, o que inclusive já está contemplado em nossa Constituição em seu art. 8, parágrafo único. Por outro lado, aquilo que tem sido chamado de interferência, entendemos ser uma iniciativa de nossa parte que tem garantido à IECLB a manutenção de membros. Membros da igreja teriam saído, se obreiros de outras paróquias não tivessem ajudado a mantê-los nesses momentos de crise.

Podemos relatar aqui o caso de Indaiatuba/SP. Lá houve, no passado, interferência, o que hoje redundou em um novo campo de trabalho onde já está atuando um obreiro ordenado do ministério pastoral da IECLB. Normalmente as interferências têm acontecido em lugares onde as pessoas estão saindo da comunidade. Nosso propósito tem sido o de ajudá-las a permanecerem no âmbito da IECLB. Interessante é que em lugares onde não interferimos acabamos perdendo muitos membros luteranos, exemplo disso é a Paróquia de Três Coroas/RS, que perdeu muitos membros. Nossa atuação fora de nossas paróquias visa o bem da igreja, e não a sua desagregação, e a prática têm mostrado isso. Por outro lado essa prerrogativa da interferência não é somente carismática. Temos exemplos como da Paróquia de Guaíba/RS, que tem membros seus sendo atendidos por pastor de Paróquia vizinha. cremos que essa assim chamada interferência é um serviço prestado à própria igreja.

Com os exemplos acima, queremos dizer que nos colocamos à disposição da IECLB, para, de forma mais negociada, ajudarmos na manutenção de membros com uma expressão mais carismática. Sabemos que essas situações limites têm se intensificado, por isso, queremos cooperar com o bom andamento da igreja. Nós temos realizado nosso trabalho dentro dos padrões regimentais da IECLB do modo como os demais movimentos o praticam: os eventos são públicos, pode participar quem quiser, as direções sinodais e a Direção da IECLB são sempre convidadas, nada temos feito escondido.

Tratamento de tensões e conflitos internos em comunidades onde a expressão carismática está presente

Todos sabemos que tensões e conflitos não são exclusivos em comunidades onde a expressão carismática se faz presente. Os conflitos internos nas comunidades da IECLB existem desde há

muito tempo. A diversidade teológica e confessional dos pastores e missionários que atuaram no século XIX e XX são disso prova (isto sem citar os graves conflitos causados pela presença de pastores e lideranças nazistas na década de 1930).

A suspeita que temos é que quando tais tensões acontecem em comunidades carismáticas acabam mais divulgadas. No que se refere a este assunto pensamos que a conflitividade interna de uma comunidade tem aspectos positivos e negativos. Sempre que uma liderança tenta inovar algo isso é passível de conflito. Ora são os reacionários que se opõem, ora são os que insistem num etno-luteranismo, ora são os que não desejam qualquer mudança mesmo que venha por decisão conciliar ou da direção da Igreja, ora é a falta de tato de pastores, seja de que linha teológica for.

Há de fato uma lacuna de transparência em relação aos conflitos. No âmbito das comunidades em geral, muitas vezes, pastores e líderes procuram dar a impressão de que tudo vai bem e que não há conflitos. Isso tem causado uma evasão de membros que tem sido sentida a cada estatística que fazemos considerando o número de membros de nossa igreja. O pior é que também as estatísticas seculares (vide última estatística do IBGE) estão confirmando aquilo que todos já sabíamos, a nossa igreja está encolhendo! Isso é também uma demonstração do déficit que temos no trato de conflitos internos, e da falta de transparência e sinceridade, quando dizemos que o que importa é a qualidade e não a quantidade. Deveríamos nos perguntar: onde está a tal da qualidade que tanto apregoamos, visto que a quantidade vem diminuindo?

Nesse sentido nossa atitude tem se pautado no reconhecimento de que na comunidade urbana existe uma grande variedade de públicos. Jamais um único programa alcançará a todos. Mantivemos os cultos e programas de OASE nos moldes como eram praticados. Contudo, oferecemos programas de evangelização, cultos em outros horários, programas com outras ênfases e estilos para outros públicos. Aos poucos ampliamos os lugares de culto indo às periferias, alcançando pessoas de outras etnias, outras culturas, outros níveis sociais, principalmente pessoas empobrecidas e negras. Isto evidentemente não é tolerado por alguns membros tradicionais, que insistem em dizer que “essa não é nossa gente”. Este conflito não há como evitar. Contudo, sempre tivemos inteiro

respaldo do Presbitério e/ou Conselho Paroquial para qualquer iniciativa inovadora que promovemos. Sempre as decisões foram tomadas após análise e votação majoritária.

O resultado disso é que não conseguimos agradar a todas as pessoas. Mas as nossas igrejas são bem freqüentadas, as pessoas são evangelizadas para contribuir para o Reino de Deus e ampliar seus horizontes missionários. Mantemos uma diversidade de programas e, em geral, nos momentos de dificuldade temos buscado a orientação de nossas autoridades eclesiásticas nos sínodos e na Direção Geral da IECLB. Nosso intento não é causar discórdia ou confusão, mas participar pró-ativamente para que o PAMI alcance os objetivos a que se propõe.

Entendemos que é preciso criar mecanismos internos nas comunidades a fim de conseguirmos lidar com os conflitos. Deveríamos dar cursos e atualizações aos pastores sinodais e membros de diretorias sinodais sobre esse tema, a fim de que pudessem trabalhar com mais sabedoria junto às comunidades e paróquias quando solicitados. Deveríamos preparar nossos obreiros ordenados a fim de que possam lidar com situações de conflito. Seria importante colocarmos em nossas igrejas um sistema de sugestões e reclamações, onde os membros pudessem expor suas idéias e sentimentos sobre a comunidade. Tendo inclusive espaço para que denúncias sejam feitas, com a devida identificação do denunciante. Neste caso poderia ser criada uma ouvidoria nas comunidades, escolhendo-se uma pessoa idônea, eleita em assembléia, para assumir essa função. Essa ouvidoria poderia também ser criada nos sínodos, e na própria IECLB como um todo. Este ouvidor teria a responsabilidade de reunir as reclamações, sugestões e denúncias, e semestralmente apresentá-las ao presbitério, ao Conselho Sinodal e ao Conselho de Igreja, dentro de cada nível. O Presbitério, Diretoria Sinodal e o Conselho de Igreja teriam a responsabilidade de ouvir, avaliar e tomar providências cabíveis, prestando contas dos seus encaminhamentos nas suas respectivas assembléias. Essas sugestões a médio e longo prazo seriam determinantes para um melhor andamento das comunidades, e conseqüentemente da IECLB como um todo!

Creemos que precisamos tomar algumas decisões urgentes a fim de conseguirmos manter a unidade e o crescimento da igreja.

Não podemos nos equivocar pensando que questões de unidade são resolvidas com reformas litúrgicas, até porque a IECLB em sua pluralidade tem uma grande variedade litúrgica, o que faz dela uma igreja luterana de fato. Afinal de contas a unidade da Igreja está naquilo em que ela crê, não necessariamente na forma como o expressa. Nesse sentido, devemos buscar a fidelidade ao nosso fundamento que se baseia no Evangelho, e não na forma, como vemos no artigo sétimo da Confissão de Augsburgo.

Tendo isso em vista queremos propor também que, em curto prazo, a IECLB viabilize a criação/divisão de novas comunidades onde a convivência entre os diferentes torna-se excessivamente conflitante, como aconteceu em Indaiatuba/SP, onde hoje existe um obreiro ordenado da IECLB, ou como sucedeu em Agrolândia/SC, onde também existe uma nova comunidade e já está instalado um obreiro ordenado da IECLB. Essa alternativa ajudaria a igreja a solucionar dois de seus problemas atuais: primeiro, a questão das vagas, que se multiplicariam com a criação de novos campos, e evitaria o constrangimento de uma nova política de envio e reenvio, que vai contra o pressuposto histórico do luteranismo, onde a comunidade é quem elege e escolhe seu pastor, e segundo, seria uma maneira de dar liberdade de organização para as diferentes expressões que existem, e sempre existirão dentro da Igreja. A criação de novas comunidades proporcionará um crescimento da IECLB, fazendo com que os diferentes tenham liberdade de expressão.

Creemos que o testemunho que temos da história da IECLB vai nos ajudar a encontrarmos caminhos que nos levem na direção do consenso. Temos disposição de dialogar. Temos demonstrado isso ao longo de nossa caminhada, pois afinal de contas, somos e queremos permanecer sendo IECLB!

Movimento de Renovação Espiritual
Junho de 2004

Parecer sobre tratamento das questões relacionadas a interferências de obreiros

P. Harald Malschitzky

São Leopoldo, 21 de julho de 2004

Luiz Scheidt começa construindo sua reflexão, invocando o direito de ir e vir garantido pela constituição, e a urbanização que impediria manter limites geográficos paroquiais.

O fato de a Constituição garantir a liberdade de ir e vir não significa a ausência de limites, como se ao cidadão fosse possível entrar em qualquer espaço, ignorando, por exemplo, uma cerca ou um muro. O respeito à pertença de alguém a uma determinada comunidade não tolhe liberdade, mas a organiza.

É verdade que nas metrópoles os membros da IECLB nem sempre estão filiados à comunidade que lhes é geograficamente mais próxima. No entanto, eles fazem parte e recebem atendimento na comunidade à qual se filiaram.

Ensina a experiência metropolitana que as pessoas visitam celebrações e programas em outras comunidades que não a sua de pertença. Entretanto, nenhum outro atendimento poderá ser feito sem a anuência expressa do respectivo obreiro.

Algumas paróquias em Porto Alegre (Guaíba é cidade vizinha), por sua localização e pelos programas que oferecem, têm sempre muitos visitantes de outras paróquias e de outras igrejas. Mas, nenhum ofício é concedido sem uma palavra expressa e por escrito do obreiro de origem. Exceção se faz em caso de pedido de visita hospitalar. Como Porto Alegre é um pólo (como as metrópoles em geral) para tratamento de saúde, obreiros e obreiras das paróquias da Comunidade Evangélica de Porto Alegre fazem todas as visitas solicitadas. Sempre que possível, se faz contato posterior com o obreiro da comunidade de origem.

A ajuda solidária entre obreiros e obreiras, no sentido de evitar que membros se desliguem da IECLB, é louvável. Mas esta ajuda solidária não pode acontecer à margem ou à revelia de obreiros e presbitérios, e muito menos pela formação de comunidades paralelas.

A falta de interferência tem levado à perda de membros, argumenta o P. Scheidt, e ele cita Três Coroas/RS. Ao que me consta,

um dos obreiros anteriores centrou as pessoas em sua própria pessoa. Sempre que isso acontece, a transferência do obreiro tem este efeito, pois se foi incapaz de reunir as pessoas em comunidade, onde obreiros e obreiros são uma parte apenas. De resto não tenho elementos para avaliar o caso Três Coroas.

Faz parte da ética profissional de obreiros, bem como faz parte dos regulamentos da IECLB, que os limites das paróquias sejam respeitados. O trabalho em equipe, a participação de obreiros em outras paróquias, são salutares, desde que isso seja desejado e consentido.

Parecer sobre tratamento de tensões e conflitos internos em comunidades

Igreja e comunidades não estão isentas de conflitos internos. A questão não é procurar, quem sabe nos últimos recantos, um espaço livre de conflitos. Ele não existe. Muito mais importante é outra questão, a saber, como lidamos com os conflitos; o que nos norteia na solução dos conflitos; qual o objetivo último na busca de soluções.

Inovações podem ser fontes de conflitos, mas sua intensidade depende muito da condução de qualquer inovação. E aí se coloca a primeira pergunta ao “movimento carismático” na IECLB: Como são tratados os membros tradicionais, começando com sua linguagem mais racional e menos piedosa? Como são tratados os membros na relação entre convertidos e não-convertidos? Como são olhados aqueles que preferem manter as formas tradicionais de celebração?

Sempre que conflitos ultrapassam os limites da comunidade, autoridades eclesiais são chamadas a intervir. É isso que está acontecendo na IECLB: O fenômeno carismático atropela muitas pessoas e por isso ele é notado mais e os conflitos que surgem vão mais longe. Mas ele não é notado pelo simples fato de ser carismático!

Me parece que o desprezo pela questão numérica (“qualidade e não números”) está mal enfocada. A IECLB não deve pretender grandes números a qualquer preço, principalmente não ao preço de uma infidelidade bíblico-teológica. Mas daí a concluir que

números sejam desprezíveis, realmente é um equívoco de leitura daquilo que se afirma na IECLB.

Sem dúvida é imperativo ir para as periferias em busca de pessoas que não tradicionalmente da IECLB. Não resta dúvida de que aí muitas coisas serão diferentes. Mas, sempre deverá ficar claro que estamos onde estamos como IECLB e não como “outra” IECLB. Neste particular preocupa a proposta do P. Scheidt de se criarem novas comunidades ao lado, justamente porque – assim parece – as diferenças são intransponíveis. Se entendo bem, esta é a melhor forma de eternizar diferenças e conflitos em vez de buscar soluções. Basta ver o quanto os apóstolos Paulo e Pedro discutiram, até que ficasse claro que tanto os “tradicionais” como os “neófitos” pertencem ao mesmo corpo de Cristo (cf. Atos dos Apóstolos, carta aos Gálatas). E um sinal concreto desta unidade é a coleta que Paulo faz nas comunidade de “neófitos” para as comunidades “tradicionais”. Criar novas comunidades em cima da diferença e por incapacidade de solucionar conflitos, isso me parece muito temerário. Só Cristo pode ser o fundamento, e o amor e a graça de Deus os pontos de partida de qualquer ação. A partir daqui não há mais “judeu nem grego, nem escravo nem liberto, nem homem nem mulher” (Paulo).

A liturgia não é pensada como camisa-de-força e nem se espera que seu uso, por si só, solucione os conflitos. Ela não é instrumento de uniformidade (a própria concepção litúrgica é maleável do começo ao fim), mas de unidade. Em outras palavras: Os membros da IECLB, neófitos ou tradicionais, devem poder reconhecer a sua igreja e se sentir em sua igreja em qualquer de nossas comunidades. Este fator é importante justamente em uma sociedade migrante e em constante movimento como é a nossa.

A proposta de uma ouvidoria merece consideração, embora os Pastores Sinodais tenham também este papel. Talvez, porque os Pastores Sinodais têm também um papel disciplinador, não haja confiança e liberdade suficientes em seu papel de ouvidores.

Antes, porém, é necessário responder à pergunta se queremos ser IECLB, respeitando os seus regulamentos e contribuindo para que eles sejam aprimorados. No momento que regulamentos são atropelados tácita, mas deliberadamente, obreiros e comunidades se colocam à margem de sua própria igreja.

Parecer sobre o posicionamento teológico da Renovação Carismática intitulado “*Diálogo sobre assuntos comunitários*”¹

P. Dr. Paulo Afonso Butzke
Blumenau, 03 de agosto de 2004

A – Sobre o documento e sua introdução

1. Logo na primeira leitura, chamou-me atenção o título escolhido pela “Renovação Carismática” (abreviado no texto a seguir como “RC”) para o seu documento – “Diálogo sobre assuntos comunitários”. Quando recebi o pedido de redigir este parecer recebi a informação de que se tratava de um “posicionamento teológico” acerca de temas teológicos e práticos solicitados à RC pelo Pastor Presidente da IECLB. O texto apresentado evidentemente não é um posicionamento teológico e, pelo título, nem deseja sê-lo. Deseja, isto sim, “dialogar” com o Pastor Presidente acerca de “assuntos comunitários”. Assim, o título já anuncia o que o teor do documento irá revelar: os temas em questão não são compreendidos pela RC como fundamentalmente importantes e cruciais para a unidade da igreja – afinal, são apenas “assuntos comunitários” – e sua prática carismática é compreendida como uma entre outras numa igreja plural. Assim, a forma de apresentação demonstra a dificuldade em relacionar-se adequadamente com a autoridade na Igreja. O Pastor Presidente recebe uma oferta de diálogo de um movimento cuja teologia e prática está sob suspeita de ferir a confessionalidade e a unidade da Igreja. Perdeu-se a noção de que diante da instância teológico-eclesial máxima da Igreja é dever – especialmente dos obreiros/as ordenados/as – responsabilizar e legitimar teologia e prática quando ela assim o solicita.

2. Na introdução do documento, há uma preocupação evidente em apresentar a IECLB como uma igreja plural, onde se vive diversidade e democracia. Utiliza-se da tese da diversidade no processo de formação da IECLB como argumento para legitimar o

¹ Solicitação do Pastor Presidente Dr. Walter Altmann, encaminhada a mim pelo seu Assessor, Dr. Carlos Gilberto Bock, em 14 de julho de 2004 com a finalidade de subsidiar a reflexão da reunião do Conselho da IECLB em 05 de agosto e da reunião da Presidência da IECLB com os Pastores/a Sinodais em setembro de 2004.

pluralismo interno atual. É interessante observar como toma corpo, em segmentos da IECLB, a tese que tende a relativizar a confessionalidade luterana no processo de formação da IECLB, como se a mesma fosse apenas uma entre outras posições teológicas. Entrementes, circulam “teses” acerca do processo de formação histórico-teológica da igreja que são extremamente preocupantes. Está-se veiculando, por exemplo, a “tese” de que “a luteranização da IECLB deu-se em virtude dos investimentos da igreja da Baviera na IECLB”². Naturalmente, desconhece-se que a Igreja Bávara e seus expoentes teológicos eram contra a formação da IECLB, emitindo pareceres teológicos na tentativa de impedir seu ingresso na FLM em 1949. Perdeu-se, portanto, a noção de que a confessionalidade luterana, além de ser a origem da esmagadora maioria dos imigrantes, foi um processo de discernimento teológico nos anos imediatamente seguintes à Segunda Guerra, culminando na formação de uma Federação Sinodal confessionalmente determinada. A acentuação da existência de “diferentes vertentes teológicas” no processo de formação da IECLB parece ter como alvo a projeção do pluralismo atual sobre a história da Igreja, na tentativa provável de justificar a possibilidade de posições não conciliáveis com a confessionalidade luterana. Para a teologia luterana, a relativização da confessionalidade, porém, põe fim à unidade da Igreja.

3. Interessante também é a constatação da “ausência de cisões” ao longo da história da IECLB. Ora, este fato, sem dúvida altamente positivo, não é prova para a verdadeira unidade da igreja. A “ausência de cisões” talvez demonstre que, na IECLB, não se sabe mais o que perfaz a verdadeira unidade da igreja, priorizando-se a unidade institucional em detrimento da unidade teológica. Para a conservação da verdadeira unidade da igreja, é possível que haja necessidade de cisões provenientes da distinção entre igreja verdadeira e igreja falsa. Nem Lutero, nem o luteranismo posterior tiveram medo de distinções teológicas e, por conseqüência, de delimitações

² “Tese” ouvida por mim no Fórum da Unidade em Araras, em maio de 2004. Que esta tese, conseqüentemente, coloca sob suspeita a confessionalidade de todas as instituições ou movimentos da IECLB que ainda hoje recebem dinheiro da Igreja Bávara ou do Martin Luther Verein - como se sua confessionalidade estivesse à venda – não deve ter ocorrido aos seus formuladores.

eclesiásticas. Os Reformadores jamais admitiriam uma “solução negociada” em questões centrais para a confessionalidade – como, por exemplo, em torno da compreensão do sacramento do batismo - apenas com o intuito de preservar a unidade institucional da Igreja.

4. O documento afirma com correção de que a “IECLB não tem imunidade frente às influências da sociedade pluralista”. Ela deverá estar atenta às necessidades cada vez mais diversificadas da sociedade no planejamento de sua atuação. Porém, deverá estar igualmente atenta para não reproduzir em seu interior os processos sociais desagregadores. Apesar de procurar diversificar sua atuação, ela deverá zelar por um testemunho teológico-confessional inequívoco. Aliás, igreja sem posição teológica e confessional clara pouco terá a contribuir numa realidade de confusão religiosa e dissolução dos valores.

5. Em geral, no documento, a RC jamais admite erros. Em lugar disto, detém-se em analisar e apontar os erros e falhas alheias. Não entra no mérito das críticas feitas à própria teologia e prática. É evidente que existem outros problemas na IECLB, inclusive quanto à prática do batismo. Tal fato, porém, não minimiza ou relativiza o gravíssimo problema teológico-eclesiástico do rebatismo. É lamentável que a RC limitou-se a criticar outros, deixando de elaborar e expor sua compreensão teológica acerca dos assuntos nos quais é questionada. Os membros da RC desejam ser “carismáticos luteranos”. Justamente este desejo poderia ter ensejado a elaboração cuidadosa e profunda de um posicionamento teológico.

B – O “tratamento de questões batismais”

6. O documento da RC inicia este tópico com uma frase alvissareira: afirma que “o batismo é um sacramento, e como tal deve ser tratado com responsabilidade”. Em lugar de expor sua compreensão do sacramento, infelizmente, o documento passa a atacar a teologia e a prática batismal da IECLB. No documento a RC diz, direta ou veladamente, que a IECLB tem uma teologia batismal “confusa” que gera uma prática “indiscriminada” e “difusa”, na qual o batismo não passa de um “rito de passagem” ou “passe de mágica”. Para a RC, existe na IECLB uma “prática bíblico-teológica insustentável” herdada da Igreja Católica Romana.

7. É preciso admitir que, de fato, na IECLB, no tocante à prática do sacramento do batismo, existe irresponsabilidade de obreiros/as e paróquias. Igreja que batiza suas crianças não pode descurar da evangelização e da formação cristã continuada. Felizmente existem muitas iniciativas abençoadas que integram o sacramento do batismo numa concepção de edificação de comunidade. Nas paróquias de nossa Igreja existe mais vida a partir do evangelho do que alguns críticos gostariam de admitir.

8. O documento da RC contém algumas afirmações muito preocupantes quanto à compreensão do batismo. Quero ater-me a duas destas afirmações:

8.1. **“A prática irresponsável desse sacramento se deve ao fato de muitos considerarem que no batismo, como num passe de mágica, se recebe de Deus tudo o que ele promete em sua Palavra”.**

Esta frase do documento da RC, dita num contexto de crítica à compreensão *ex opere operato* do sacramento, desvincula o batismo e suas dádivas da Palavra de Deus. A colisão desta afirmação com a teologia batismal luterana é flagrante. Para a Igreja Luterana, os sacramentos são ritos instituídos pelo próprio Cristo nos quais elementos visíveis – água (batismo), pão e vinho (santa ceia) – estão ligados a promessas divinas. Assim, Lutero define o batismo como sacramento dizendo: *“o Batismo não é apenas água simples, mas é água compreendida no mandamento divino e ligada à Palavra de Deus”* (Catecismo Menor IV, 1). A obra realizada pelo batismo é a seguinte: *“Opera remissão dos pecados, livra da morte e do diabo, e dá salvação eterna a todos quantos crêem, conforme rezam as palavras e promessas de Deus”* (Catecismo Menor IV, 2). O batismo também é o sacramento *“pelo qual somos recebidos na cristandade”* (Catecismo Maior IV, 2), incorporando-nos à Igreja de Cristo como membros de seu Corpo. O que recebemos no batismo, portanto, é a própria salvação. Em seu Catecismo Maior, Lutero diz acerca da dádiva do batismo: *“... a força, a obra, o proveito, o fruto e o fim do batismo é salvar (...) É sabido ... que ser salvo não significa outra coisa que, liberto do pecado, da morte, do diabo, chegar ao reino de Cristo e com ele viver eternamente. Vês aqui de novo em que grande apreço se deve ter o batismo, visto que nele alcançamos tão inexprimível tesouro. Também isso bem mostra que não se pode*

tratar de pura e simples água. Porque mera água não pode efetuar tal coisa. Opera-a, porém, a palavra, e o fato, conforme dito acima, de nela estar o nome de Deus. Mas onde está o nome de Deus, aí também necessariamente há vida e bem-aventurança, de forma que é com razão que se lhe chama água divina, bendita, frutífera e plena de graça” (Catecismo Maior IV, 25-27). No batismo, portanto, recebemos – sim! – tudo o que Deus promete em sua Palavra – simplesmente porque Deus resolveu agir salvificamente no sacramento! Não é “passe de mágica”. É decisão divina que disponibiliza dádivas que independem da ação e do merecimento humano.

8.2. “... buscando nos distanciar da compreensão tridentina do batismo que molda o nosso contexto católico, indo em direção a visão luterana, de que é a fé que recebe o batismo, fé esta que nasce do ouvir a Palavra.”

Esta afirmação é feita pela RC no contexto da discussão do rebatismo e da procura por alternativas para a prática batismal num contexto missionário urbano. Propõe como ideal uma seqüência “pregação/evangelização – fé/conversão – batismo”. Esta seqüência interpõe a apreensão existencial e cognitiva da mensagem evangélica entre a pregação da mesma e o batismo. Parece evidente que esta seqüência privilegia os adultos e praticamente exclui as crianças menores. Embora não formulado claramente, a frase é uma apologia do batismo de adultos, potenciada pela crítica a uma forma de compreender e praticar o batismo de crianças que a precede. Diante da afirmação da RC e suas conseqüências julgo necessário expor brevemente algumas considerações sobre a legitimidade teológica do batismo de crianças. Como a refutação do batismo de crianças geralmente está associada também ao rebatismo, a reflexão se torna tanto mais relevante para a IECLB no momento atual.

Nos escritos do Novo Testamento, nenhum batismo de crianças é expressamente relatado. Os relatos apresentam batismos de adultos convertidos à fé cristã. O batismo marca a troca de senhorio – do domínio das “*trevas*”, o batizado passa ao domínio de Cristo (Colossenses 1. 13). A partir desta consciência é possível compreender por que recém convertidos deixavam-se batizar com “*toda a sua casa*” (Atos 16. 15; 16. 33; 18. 8; 1 Co 1. 16). O termo “*casa*” (“*oikos*” no original grego) referia-se à família em sentido amplo, incluídas as crianças, os escravos e os filhos des-

tes. Para submeter todos os seus familiares ao poder do Espírito Santo, tornando-os partícipes da salvação, é provável que todos – inclusive as crianças – tenham sido batizadas. Evidentemente não eram batizados os familiares que se auto-excluíaam, não aceitando a fé cristã (1 Co 7.12-16).

A pergunta se os primeiros cristãos batizavam ou não suas crianças não pode ser afirmada nem refutada a partir de citações bíblicas. Certo é que em torno do ano 200 existem testemunhos dos Pais da Igreja relatando o batismo de crianças. Em 180, Irineu afirma que “*Jesus veio para salvar a todos que são renascidos através dele em Deus: recém nascidos, crianças, adolescentes, jovens e adultos*” (Adv. Haer., II, 22.4). O termo “renascidos”, para os Pais da Igreja, é termo técnico para o “batismo”. Na Constituição Eclesiástica de Roma, formulada por Hipólito em 215, encontramos a frase: “*Primeiro devemos batizar os pequenos. Todos que podem falar por si mesmos. Para aqueles que ainda não sabem falar, falem seus pais ou alguém que pertença à família*” (Const. Ecl. XVI, 4). Orígenes, por volta de 240, fala diversas vezes do batismo de crianças. Em seu comentário à carta de Romanos, ele afirma: “*A igreja recebeu dos apóstolos a tradição de batizar também as crianças*” (Comm. in ep. Rom V, 9).

Os Pais da Igreja, portanto, consideravam o batismo de crianças uma tradição apostólica. É provável que tenha sido prática comum em toda Igreja Antiga³. Esta propagação do batismo de crianças na Igreja Antiga certamente deu-se pela convicção de que no batismo é Deus que age na vida do batizando, enquanto que este apenas recebe o batismo. A fé, neste caso, é fruto do batismo, ou seja, do agir de Deus. Outro motivo que permitiu a difusão do batismo de crianças na Igreja Antiga, certamente, foi a convicção de que a Igreja precede o cristão individual como o espaço do senhorio de Cristo onde o Espírito Santo atua e como comunhão dos que crêem e mutuamente sustentam e fortalecem sua fé. Neste sentido, a fé da Igreja sempre precede à do batizando, seja ele adulto ou criança.

³ A validade do batismo de crianças passa a ser questionada apenas a partir do Século XVI, com o surgimento do movimento dos “anabatistas” (em alemão “Wiedertäufer”, isto é, “rebatistas”, “rebatizadores”), que apenas consideram válido o batismo de adultos.

A atuação de Lutero e a Reforma Eclesiástica no século XVI coincidem com o surgimento de movimentos “anabatistas” na Suíça, em partes da Alemanha e na Holanda. Segundo estes, o verdadeiro batismo é o batismo com o Espírito Santo ocorrido na fé. O batismo com água, para eles, apenas é testemunho humano de uma decisão espiritual anterior.⁴ A partir destes argumentos, os “anabatistas” rejeitaram – e o rejeitam até hoje – o batismo de crianças, considerando-o inválido, desprezando 1500 anos de história da Igreja. Um adulto batizado como criança, chegando à fé, deverá ser “batizado” novamente.

Lutero condenou o rebatismo duramente. Para ele, quem rebatiza um adulto batizado como criança “*blasfema e profana o sacramento em sumo grau*” (Catecismo Maior IV, 55). Lutero defende o batismo de crianças afirmando que a contestação desta prática é “*obra do diabo*”, que, “*através de suas seitas, confunde o mundo*” (Catecismo Maior IV, 47). Em defesa do batismo de crianças Lutero argumenta, em primeiro lugar, com a história da Igreja. Assim, ele diz “*Que o batismo infantil agrada a Cristo, prova-o suficientemente sua própria obra. A muitos dentre os que assim foram batizados, Deus os santificou e lhes deu o Espírito Santo. E ainda no dia de hoje muitos há nos quais se percebe que têm o Espírito Santo, tanto a vista de sua doutrina como por causa de sua vida. Assim, também a nós [Lutero fala de si!] outros foi dada pela graça de Deus a capacidade de podermos deveras interpretar a Escritura e conhecer a Cristo, o que não pode suceder sem o Espírito Santo. Agora, se Deus não aceitasse o batismo infantil, a nenhum deles daria o Espírito Santo, nem qualquer parte dele. Em suma, durante todo esse tempo, até o dia de hoje, homem nenhum no mundo poderia ter sido cristão*” (Catecismo Maior IV, 49-50). Se Deus agiu através de seu Espírito todo este tempo na Igreja, então, é porque ele se agrada do batismo de crianças – pois “*Deus não pode estar em conflito consigo mesmo*” (Catecismo Maior, 50).

Como argumento em favor da validade do batismo de crianças, Lutero esclarece a relação correta entre batismo e fé. Isto era importante porque os “anabatistas” justamente argumentavam di-

⁴ Questiono, se o batismo compreendido e realizado como “testemunho humano” ainda pode ser considerado teologicamente como sacramento.

zendo que somente a fé consciente (de um adulto!) pode receber o batismo. Para Lutero, porém, a obra do batismo e sua validade para o ser humano dependem exclusivamente da obra que Deus realiza neste sacramento. A fé, ainda que imprescindível, apenas recebe o batismo, confiando na sua obra. Por isso, o batismo de crianças é válido mesmo que a fé e a confiança no sacramento cheguem mais tarde. Aliás, nem é possível dizer que o batismo de crianças aconteça sem fé. Os pais, os padrinhos, as madrinhas e toda a igreja agem em fé e em esperança: “*Levamos a criança ao batismo com o ânimo e na esperança que ela creia; e rogamos que Deus lhe dê a fé*” (Catecismo Maior IV, 57). Este, porém, ainda não é o argumento maior que permite Lutero batizar – sejam crianças ou adultos. O batismo acontece porque a Igreja age em obediência ao mandato divino: “*Não é, porém, à vista disso que a batizamos, mas unicamente porque Deus o ordenou*” (Catecismo Maior IV, 57).

9. O valor maior do documento da RC é o de lembrar a Igreja da necessidade poimênica de atualizar de forma permanente e existencial o significado do batismo para cada pessoa batizada. Concordamos com a RC quando ela afirma: “*Carecemos de um rito que simbolize a celebração da memória do batismo assim como já foi ensaiada em outras comunidades luteranas*”⁵. Nas “frentes missionárias”, onde pessoas “têm o desejo de romper de maneira visível com sua velha vida, abraçando sua fé publicamente e de maneira marcante”, esta necessidade torna-se tanto mais aguda. Compreendemos a frustração da RC que esperava encaminhamentos concretos como resultado dos seminários convocados pela IECLB em 1997 e 1998 sobre os temas batismo, rebatismo e fenômenos carismáticos. Tempo precioso foi perdido. A reflexão e a elaboração de materiais teológico-litúrgicos sobre a “memória do batismo”, portanto, é urgente e deve ser incentivada pelos órgãos diretivos da IECLB. O intercâmbio de materiais e experiências com a vigília

⁵ O documento cita aqui a “igreja luterana de Hosanna” (EUA). Seria interessante identificar esta comunidade (existem dezenas de comunidades com este nome nos EUA) e relatar sua experiência.

pascal⁶, momento privilegiado no ano eclesiástico para a memória do batismo, pode ser um bom início. O Conselho de Liturgia e o Centro de Recursos Litúrgicos da EST podem prestar valiosa contribuição à IECLB nesta tarefa.

10. Na seqüência do documento, a RC apresenta duas propostas pastorais-litúrgicas concernentes aos temas batismo e memória do batismo. Passamos a analisá-las:

10.1. “A confirmação do batismo, com a repetição do rito com água”. A RC sugere um ato litúrgico destinado a reafirmar, certificar, comprovar um batismo já realizado. A intenção da RC, sem dúvida é boa e merece atenção. Mas, para não causar interpretações indesejadas, ela deveria ser reelaborada. O termo “confirmação” está próximo demais do sacramento católico-romano da crisma e do culto de profissão de fé luterano que encerra o ensino confirmatório. Ademais, o termo sugere que o batismo realizado não tenha validade plena e necessite uma complementação. Lembro que o batismo é sacramento, isto é, ação irrevogável do próprio Deus em nossa vida. Lutero diz: *“Ser batizado em nome de Deus é ser batizado não por homens, mas pelo próprio Deus. Por isso, ainda que levado a efeito pelas mãos do homem, não obstante é verdadeiramente obra de Deus mesmo”* (Catecismo Maior IV, 10). É evidente que a obra de Deus não necessita de confirmação ou complementação. Qualquer ato litúrgico que insinuasse esta necessidade estaria em conflito com o caráter sacramental do batismo. Como a argumentação da RC tem perspectiva poimênica, sugerimos um ato litúrgico destinado a reafirmar e celebrar a fidelidade de Deus presente na vida do batizado, apesar da infidelidade e pecado deste. Para alguém batizado, a possibilidade de conversão nada mais é do que a possibilidade de retornar à graça do batismo. Assim, esta celebração teria o caráter de renovação dos votos batismais e novo compromisso com a vivência do significado do batismo⁷.

⁶ Imprescindível é o estudo de GEORG, Sissi. Tríduo Pascal. Série Estudos de Liturgia. Número 1. São Leopoldo, Centro de Recursos Litúrgicos da EST, 2001 (especialmente as páginas 114-119).

⁷ Lutero lembra que o sinal ritual do batismo é realizado rapidamente, mas o seu significado – o morrer para o pecado e o ressuscitar para a fé – dura a vida toda. Por isso, reiteradas vezes Lutero afirma que *“vida cristã outra coisa não é que diário batismo, começado uma vez e sempre continuado ... por isso, considere cada qual o Batismo como sua vestimenta...”* (Cat. Maior IV, 65 e 84).

Esta memória do batismo sugerida pela RC recebe uma ênfase toda especial com a sugestão da “repetição do rito com água”. A inclusão de ação simbólica destinada a envolver os sentidos, certamente enriquecerá a liturgia da memória do batismo. Há, entretanto, limites. A ação simbólica jamais poderá induzir a comunidade a interpretar a memória do batismo como rebatismo.

Para embasar a proposta, a RC afirma no documento: “sem dúvida, a prática da confirmação do batismo com a repetição do rito, é doutrinariamente aceita pelo catolicismo romano.” Trata-se de uma afirmação imprecisa. Confrontado com esta afirmação e com a história da “confirmação do batismo” de Gugu Liberato pelo Pe. Marcelo Rossi, o Bispo Dom Angélico Bernardino, Bispo da Diocese de Blumenau/SC, considerou-as um “abuso”⁸.

10.2. “Batismo condicional”. Trata-se de possibilidade teologicamente correta, constando no “Código de Direito Canônico” – “*Cân. § 869 – Havendo dúvida se alguém foi batizado ou se o batismo foi conferido validamente, e a dúvida permanece depois de séria investigação, o batismo seja conferido sob condição.*” Na nota deste artigo lê-se: “*Diversas igrejas batizam validamente; por esta razão, um cristão batizado numa delas não pode ser normalmente rebatizado, nem sequer sob condição*” (...) segue a lista das igrejas ortodoxa, veterocatólica, Episcopal, IECLB, IELB, Metodista. Outras igrejas (presbiterianas, batistas, congregacionistas, adventistas e a maioria das pentecostais) não encontram reserva quanto ao rito batismal, embora observem-se problemas advindos da “*concepção teológica do batismo*”. Mesmo assim, “*quando há garantias de que a pessoa foi batizada segundo o rito prescrito por essas igrejas, não se pode rebatizar, nem sob condição*”. Há, no entanto, outras igrejas e grupos religiosos (Pentecostal Unida, Igrejas brasileiras, Mórmons, Testemunhas de Jeová, Ciência Cristã, Umbanda etc) de cujo batismo “*se pode prudentemente duvidar e, por essa razão, requer-se, como norma geral, a administração de um novo batismo, sob condição*”.⁹

⁸ Em conversa comigo em 15 de julho de 2004.

⁹ Código de Direito Canônico – Codex Iuris Canonici. 12.a edição revista e ampliada com a legislação complementar da CNBB. São Paulo, Edições Loyola, 1983.

É preciso observar com que seriedade o batismo condicional é tratado pela Igreja Católica Romana. Num contexto propenso à solicitações de rebatismo, o batismo condicional poderá sofrer abusos e manipulações. Por isso, é preciso haver legislação oficial da IECLB a respeito que garanta esta mesma seriedade no trato dos casos.

C – O “tratamento de questões relacionadas a interferências de obreiros (no caso carismáticos) em ‘áreas’ de outras comunidades” e o “tratamento de tensões e conflitos internos em comunidades onde a expressão carismática se faz presente”.

As questões relacionadas à interferência de obreiros/as em comunidades alheias e os conflitos internos em comunidades atingidas pela “expressão carismática” podem, a meu ver, ser tratadas conjuntamente. Muitas vezes estão relacionadas e associadas. Por um lado, interferências são justificadas por conflitos existentes que estão excluindo pessoas de perfil carismático; por outro, a interferência externa gera novos conflitos.

Trata-se, na verdade, da questão da convivência de diferentes espiritualidades em uma só comunidade, paróquia, sínodo, Igreja. É evidente que obreiros/as e leigos/as da IECLB ainda não estão maduros para esta convivência. Em vista dos conflitos, porém, há necessidade de equacionar o problema e encaminhar soluções.

Concordo com a RC que “é praticamente impossível restringirmos a participação de alguém em uma paróquia geograficamente definida”. Porém, extremamente problemáticas são as conseqüências práticas que a RC tira do fato citado acima. É indiscutível a possibilidade de membros participarem em outras comunidades em que não estejam formalmente inscritos. Até é possível inscrever-se em outra paróquia que não a geograficamente mais próxima. Estas questões, em menor ou maior grau, sempre foram tratadas com bom senso na IECLB. Não é possível, porém, estender estes direitos dos membros aos/às obreiros/as da Igreja. Nem a alusão à Constituição Brasileira poderá livrar o/a obreiro/a sujeito/a aos votos de sua ordenação de um processo disciplinar se indevidamente interferir em um campo de trabalho que não lhe foi confiado pela direção da Igreja. Salta aos olhos que o documento da RC utilize a palavra “área” (de outras comunidades) entre aspas. Expressam com isto que a jurisdic-

ção de uma paróquia assim como histórica e juridicamente definida está definitivamente relativizada e abolida na IECLB?

O problema da interferência em campo de trabalho alheio, na verdade, é problema antigo. Já o apóstolo Paulo sofreu com a interferência dos assim chamados “pregadores itinerantes” (“charismatische Wanderprediger”) em comunidades por ele fundadas, especialmente em Corinto. A dificuldade e o sofrimento advindos desta intromissão estão registrados em sua segunda carta aos coríntios, não por acaso chamada de “carta das lágrimas”. O renovado estudo desta carta auxiliaria membros e obreiros/as da IECLB a ter maior consideração pela autoridade do ministério conferido a obreiros/as da IECLB e maior respeito pelo campo de trabalho alheio.

Algumas paróquias e sua situação particular são citadas para justificar interferências. Citações deste tipo, porém, pouco ajudam numa discussão objetiva. Devido à ambigüidade das situações, podem ser utilizadas tanto para justificar como para acusar os que, de fora, interferem na mesma. Proponho, porém, levar as situações citadas a sério e, de forma objetiva e imparcial, fazer o estudo de pelo menos um caso. Um estudo de caso possibilitaria à direção da Igreja averiguar o que efetivamente motiva membros a se desligarem da IECLB. O estudo poderia mapear o perfil teológico-espiritual destes membros desistentes. Igualmente, seria possível saber se algum tipo de prática pastoral ao longo de um determinado período leva membros a se desligarem da IECLB por motivos teológico-espirituais. Num estudo de caso desta natureza deveriam estar contemplados os enfoques teológico, histórico e sociológico.

Concordamos com a RC quando afirma que “na comunidade urbana existe uma grande variedade de públicos”. Nem sempre, comunidades e paróquias da IECLB têm tido competência para acompanhar a diversificação das necessidades de seus membros com a paralela diversificação das ofertas eclesiais. O ideal de incluir em uma só comunidade e paróquia diferentes expressões de espiritualidade parece ter fracassado até o momento. Se, de fato, estivermos interessados em auxiliar a RC “na manutenção de membros com uma expressão mais carismática”, será necessário buscar modelos que transcendam a experiência da paróquia tradicional da IECLB. Um modelo possível é a criação de paróquias em nível sinodal com um perfil de espiritualidade específico – ex. co-

comunidade/paróquia carismática. A criação destas paróquias/comunidades deveria ser fruto do planejamento pastoral e missionário sinodal para uma determinada região. O que deve ser evitado é a subdivisão de paróquias e comunidades em decorrência da incompatibilidade de espiritualidades.



Carta do Pastor Presidente
IECLB nº 89657/04

Porto Alegre, 09 de novembro de 2004

Ilmo. Sr.
P. Luiz H. Scheidt
Sumaré/SP

Caro Luiz:

Passado o Concílio da Igreja, gostaríamos de retomar o diálogo entre Direção da IECLB e o Movimento Carismático na IECLB. Para tanto, queremos convidar uma delegação representativa do Movimento Carismático, de até 6 pessoas, para um encontro na sede da IECLB, no dia 26 de novembro próximo, a partir das 9 horas da manhã. Nesse encontro gostaríamos de estabelecer uma agenda de diálogo para 2005, mas já nessa reunião, por sua urgência, tratar de um ponto que foi levantado em tua correspondência de 25/06/2004, ou seja, aquele em que a carta propõe à Igreja o estabelecimento de “um *rito* que simbolize a celebração da memória do batismo” ou, mais forte, um rito de renovação dos votos batismais e celebração da fidelidade de Deus.

Um tal rito faria jus a uma mudança de vida ocorrida, para a qual a respectiva pessoa também deseja a bênção de Deus, mas também evitaria uma prática que configure “rebatismo”, o que não apenas contradiz o testemunho bíblico e os escritos confessionais da IECLB, como também suas diretrizes explícitas desde a reunião-consulta coordenada entre a Presidência e o Movimento Encontro, em agosto de 1997, em Rodeio 12/SC. Como deves recordar, já em

nosso diálogo de 9 de junho passado, na sede da IECLB, reagiu favoravelmente a essa proposição, então expressa por ti de forma oral, o mesmo tendo feito, já à base de tua manifestação escrita, o Conselho da Igreja que, em sua reunião de 5 de agosto passado, resolveu, entre outros pontos, incumbir o Conselho de Liturgia com a elaboração de um roteiro litúrgico para tal rito.

A representação da Direção da Igreja nesse encontro ainda não está totalmente composta, mas provavelmente será integrada pela Presidência, por um ou dois integrantes da Diretoria do Conselho da Igreja, por alguns pastores sinodais e uma ou duas pessoas representantes do Grupo Assessor de Teologia e Confessionalidade e/ou da área de Liturgia.

Certo de que comungamos do desejo de, em integridade evangélica, preservarmos a unidade da IECLB, para o que imploro a assistência do Espírito Santo, envio-te minhas saudações fraternas,

Walter Altmann
Pastor Presidente

Cc.: Membros do Conselho da Igreja
Sínodos
Secretaria Geral



Carta do Pastor Presidente
IECLB nº 90706/04

Porto Alegre, 27 de novembro de 2004

Às
Paróquias, Comunidades, Sínodos,
Instituições de Formação, Departamentos, Setores
e Obreiros e Obreiras da IECLB

Ass.: O Movimento de Renovação Espiritual na IECLB (“Movimento Carismático”)

Estimadas irmãs, estimados irmãos:

Escrevo à véspera do primeiro domingo de Advento e os saúdo com o lema dessa semana: “Eis aí te vem o teu Rei, justo e salvador.” (Zacarias 9.9)

Confiando em Deus que vem a nós, em meio às nossas esperanças e preocupações, levo ao seu conhecimento, atenção e intercessão informações sobre os diálogos havidos pela Direção da IECLB com lideranças do Movimento de Renovação Espiritual na IECLB, também chamado de “Movimento Carismático”. O assunto é amplo e abrange uma série de aspectos teológicos e práticos. Os diálogos havidos e os documentos emanados da IECLB reconhecem uma série de contribuições positivas do movimento carismático para a vida das comunidades, mas têm externado preocupações com vários fenômenos característicos de sua teologia e prática. Pela premência esta carta se concentra na questão do “rebatismo”. Uma carta pastoral mais extensa poderá ser emitida futuramente.

Devo, porém, historiar um pouco:

Em 1997 e 1998 a Presidência da IECLB realizou dois encontros de diálogo em Rodeio 12/SC, com o objetivo de alcançar uma posição clara na questão do batismo, rebatismo e fenômenos carismáticos na IECLB. Foi um esforço na procura de um consenso, sem afastar-se do Evangelho ou abandonar a confissão luterana.

Em 18 de agosto de 1997, o então pastor presidente da IECLB, Huberto Kirchheim emitiu uma carta pastoral com o título “Valorizando o Batismo – Importância/significado e prática do Batismo na IECLB”. A carta aborda o significado bíblico e confessional do batismo. Faz também recomendações práticas para sua valorização, junto às comunidades. O assunto “rebatismo” foi abordado em face de informações de que em algumas comunidades estariam acontecendo rebatismos. A carta enfatiza que “o nosso único batismo é para toda a vida” e que, conforme Lutero, devemos diariamente retornar a ele, em arrependimento, para que sempre ressurja renovadamente uma “nova pessoa, que viva em justiça e pureza diante de Deus para sempre” (*Lutero*, Catecismo Menor). A partir dessa base a carta dizia: “A IECLB reconhece todo batismo realizado em nome do Trino Deus, e não rebatiza as pessoas que se integram na IECLB vindas de outra Igreja. Por conseguinte, quem as-

sim mesmo pratica o rebatismo, se coloca confessionalmente fora da IECLB e agride a ecumenicidade da Igreja.” Esse posicionamento foi de diferentes formas reiterado em documentos oficiais da IECLB posteriores, como *A IECLB às Portas do Novo Milênio* e *IECLB no Pluralismo Religioso*.

No Fórum Nacional da Unidade, que a IECLB organizou em maio de 2004, em Araras/RJ, o representante do Movimento Carismático na IECLB expressou que nas suas comunidades há práticas que “do ponto de vista da Igreja seriam vistas como rebatismo”, acrescentando que o assunto era objeto de diálogo interno no Movimento. Em junho o Movimento Carismático, a pedido da Presidência, fez chegar à IECLB um documento intitulado “Diálogo sobre Assuntos Comunitários”. Nele, em relação à prática batismal, o Movimento Carismático observou que “carecemos de um *rito* que simbolize a celebração da memória do batismo” e, concretamente, fez duas propostas: 1. “a confirmação do batismo, com a repetição do rito com água”; 2. “batismo condicional”.

O Conselho da Igreja, em 9-10/07/2004, encareceu que a Presidência levasse adiante o assunto, solicitando pareceres sobre o documento do Movimento Carismático. Foram colhidos pareceres do P. Harald Malschitzky (integrante do Grupo Assessor de Ecumenismo) e do P. Dr. Paulo Butzke (integrante do Grupo Assessor de Teologia e Confessionalidade). Nesta semana recebemos também um posicionamento espontâneo do P. Dr. Gottfried Brakemeier, em forma de carta aberta, através da Presidência, ao Movimento de “Renovação Carismática” na IECLB. Esses documentos, que circularam parcialmente, estão sendo disponibilizados no site da IECLB.

Em 05/08 a Diretoria do Conselho da Igreja decidiu: remeter os documentos aos membros do Conselho da Igreja e aos sínodos; recomendar que a Presidência emita cartas pastorais relacionadas ao assunto; enfatizou a importância das iniciativas sinodais no tocante a cursos, avaliações de obreiros/as e ação disciplinar em casos críticos; e solicitar que “o Conselho de Liturgia apresente uma proposta de rito para reafirmação dos votos batismais” (da respectiva ata). Esse delineamento serviria de base para a continuidade do diálogo da IECLB com o Movimento Carismático.

Paralelamente, o documento final do Fórum Nacional da Unidade foi divulgado e recomendado para estudo e sugestões, tendo em vista sua apreciação no Conselho da Igreja, no Encontro da Presidência com Pastora/es e Presidentes Sinodais e no XXIV Concílio da Igreja (13-17/10/2004). Este aprovou, por unanimidade, o documento orientador da IECLB, intitulado *Unidade: Contexto e Identidade da IECLB*. Este documento tratou de maneira ampla a questão da unidade, em seus aspectos bíblico-confessionais, históricos, contextuais e práticos. Em um de seus parágrafos o documento reenfatiza uma vez mais que o rebatismo “não pode ser aceito como prática teologicamente legítima” e que “equivale à auto-exclusão da base confessional da IECLB”. Lembra, no entanto, também que “o Evangelho de Jesus Cristo nos exorta ao arrependimento, mediante o qual somos perdoados e reintegrados na comunhão dos santos pelo agir gracioso de Deus”.

Para a continuidade do diálogo, a Presidência da IECLB convidou delegação do Movimento Carismático para um encontro na sede da IECLB, no dia de ontem, 26 de novembro. Como objetivo ficou explicitado estabelecer uma agenda de diálogo para 2005 e, já nessa reunião, por sua urgência, abordar a questão do “rito de renovação dos votos batismais e celebração da fidelidade de Deus”. Esse assunto se tornou tanto mais premente em vista de novas informações dando conta de “batismos nas águas” efetuados de forma continuada desde 2000 (inclusive de obreiros da IECLB) e novos programados.

Na reunião de ontem participaram, de parte da IECLB, o Pastor Presidente (P. Walter Altmann) e o Pastor 1º Vice-Presidente (Homero Severo Pinto); o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho da Igreja (Luiz Artur Eichholz e P. Valdim Utech); Pastores Sinodais Enos Heidemann e Nilo Christmann; o Secretário Geral Nestor Friedrich e o Secretário de Formação (Romeu Martini, especialista em Liturgia); de parte do Movimento Carismático, os Pastores Luiz Henrique Scheidt, Paulo Böhm, Mário Silveira e João Daniel Gasperin da Silva, além do líder leigo Celso Wentz.

O diálogo, para o qual pedimos em oração a orientação do Espírito Santo, ocorreu em clima de franqueza e respeito mútuos, encerrando igualmente em oração, quando manifestamos mutuamente a convicção de que na fé em Cristo como Senhor e Salvador, somos

irmãos, qualquer que seja o desfecho do processo de diálogo. Com sentimento de dor nos conscientizamos também de quão profundas são as diferenças e de quão difícil está encontrar uma saída para o impasse que seja simultaneamente autêntica e viável. Vários assuntos que poderiam compor uma agenda de diálogo mais extensa afloraram. Mas o diálogo se concentrou, pela premência, no “batismo nas águas” ou no “rebatismo”, conforme a perspectiva.

O Movimento Carismático externou que os documentos da Igreja, e mesmo os pareceres emitidos em relação à sua proposta, não lhes deixam alternativa para a prática condizente com sua concepção teológica. Alegou o ambiente sincrético em que atua missionariamente, a vontade expressa de pessoas convertidas de passar pela experiência do batismo nas águas, a necessidade da fé para o batismo. Perguntou se a IECLB deseja o Movimento em seu seio. A Direção da Igreja externou que, em face de sua incumbência de zelar pela integridade confessional, não pode se omitir diante de decisões unilaterais do Movimento Carismático no tocante à prática batismal. Mesmo reconhecendo que nem sempre o batismo é assumido com a devida seriedade e preparo na vida da IECLB, enfatizou o respeito ao batismo validamente efetuado na IECLB e em outras igrejas, bem como a fé como acolhedora da graça de Deus, para uma vida em justiça e bem-aventurança, não como condição prévia para o batismo. A IECLB perguntou se o Movimento Carismático deseja permanecer na IECLB observando os parâmetros confessionais estabelecidos pelos órgãos constituídos da Igreja.

Constatamos que no fundo não se trata apenas de uma divergência prática, mas de compreensão de igreja e da concepção teológica acerca do batismo, da relação entre graça, palavra e fé. Não chegamos a discutir mais a fundo nessa reunião a proposta de um rito de “memória” do batismo ou de “reafirmação dos votos batismais”. Mas concordamos que devemos fazê-lo. Decidimos que até o dia 14 de dezembro a IECLB encaminhará por escrito um posicionamento quanto a esse assunto, bem como quanto a de que maneira proceder eclesialmente naqueles casos em que surgirem dúvidas se houve um batismo validamente efetuado. O Movimento Carismático, por sua vez, encaminhará por escrito manifestação quanto aos pontos nos documentos normativos da IECLB que desde sua perspectiva

inviabilizam sua prática batismal. A Diretoria do Conselho da Igreja deliberará, em 16 de dezembro, como dar prosseguimento ao diálogo.

Tenho certeza de que os irmãos e irmãs saberão bem avaliar a seriedade desse assunto para a vida da IECLB. Peço que todos se unam em oração, pedindo que Deus, em sua misericórdia, perdoe as nossas faltas, por seu Espírito nos oriente a todos em nossas deliberações e nos conceda, em tudo, o dom do amor.

Com votos de abençoado período de Advento, saúdo as irmãs e os irmãos fraternalmente, na paz de Cristo.

Walter Altmann
Pastor Presidente



Carta do Pastor Presidente
IECLB nº 91213/04

Porto Alegre, 13 de dezembro de 2004

Aos
Representantes do Movimento de Renovação Espiritual
(Movimento Carismático) na IECLB
Em mãos

Estimados irmãos:

Neste período de Advento, saúdo os irmãos com a senha neotestamentária do dia de hoje, reproduzindo palavras de Simeão: “Os meus olhos já viram a tua salvação, a qual preparaste diante de todos os povos: luz para revelação aos gentios, e para glória do teu povo de Israel.” (Lucas 2.30-31).

Em continuidade à reunião que tivemos em 26 de novembro passado e atendendo à solicitação de expor por escrito o posicionamento da IECLB na questão do “batismo das águas” ou “rebatismo”, em particular no tocante à proposta do Movimento Carismático no sentido de efetuarem-se na IECLB dois ritos, “a confirmação do ba-

tismo, com a repetição do rito com água” e o “batismo condicional” (sua manifestação, de junho passado), expressamos o seguinte:

1. Há hoje no contexto em que atua a IECLB, comparado com o do passado, um cenário bastante alterado no tocante à concepção teológica e à prática batismal. Com a expansão das igrejas pentecostais e com o crescimento das igrejas batistas, o batismo infantil passou a ser mais e mais questionado quanto à sua legitimidade evangélica. Também a crescente influência do secularismo em determinadas parcelas da população esvazia o reconhecimento social que o batismo costumava ter. Pessoas que tenham tido envolvimento com movimentos sincréticos e que desejam assumir um compromisso de vida com a fé cristã, perguntam-se acerca da validade de seu batismo infantil e expressam desejo de experimentar conscientemente seu batismo. Acrescente-se que na IECLB há uma parcela significativa de membros pouco ativos na vida comunitária, o que levanta sérias dúvidas quanto ao compromisso de educação evangélica assumido por ocasião do batismo de seus filhos e filhas.

2. Nessas circunstâncias é compreensível que surjam muitas situações que demandam cuidadoso zelo pastoral de parte da Igreja e de seus obreiros/as. Este é o aspecto *prático-pastoral* da questão. Todas as pessoas que, tendo chegado à fé, externam o desejo de receberem o batismo na IECLB, devem ser ouvidas, respeitadas e acompanhadas com cuidado pastoral e muito amor fraternal nesse seu desejo, mesmo quando julgamos que não devemos atender a sua solicitação na forma em que talvez o expressem. Também é legítimo e necessário que a Igreja e as comunidades se preocupem por uma prática batismal responsável, com o cuidado na instrução de batizando e/ou pais e padrinhos, bem como fortalecendo a comunidade em seu compromisso de acompanhamento das pessoas batizadas. Para a vivência da fé das pessoas pode ser muito importante efetuar-se um ato público na comunidade, mediante oração, recordando a promessa divina e fortalecendo no discipulado de Cristo, ato possivelmente acompanhado de confissão de fé e declaração de renúncia a práticas não condizentes com a fé em Cristo.

3. A IECLB, conforme *Nossa Fé – Nossa Vida*, reconhece o batismo de crianças e adultos. De fato, as mudanças no cenário religioso indicam que haveremos de ter, mais e mais, ambos os casos. Com a mudança do cenário religioso, a IECLB haverá de

receber em seu meio mais e mais pessoas que não foram batizadas. Encontramo-nos crescentemente num cenário de missão, não mais de cristandade, em que todos os cidadãos faziam parte da comunidade eclesial. Também haverá pessoas cujos pais, embora ativos na comunidade, optaram por não levá-las ao batismo quando crianças, deixando essa decisão a elas próprias quando, confessando sua fé, assim o desejarem. A IECLB deverá tratar teológica, pastoral e liturgicamente essas situações mais do que o tem feito.

4. Quanto ao aspecto *bíblico-confessional*, o batismo constitui um dos sacramentos, pelos quais de forma visível e palpável a palavra de Deus, por sua graça, age em favor da pessoa que é batizada. Essa palavra deve ser acolhida em fé, e isso pela comunidade, por pais e mães, padrinhos e madrinhas, o próprio batizando. O batismo infantil expressa de maneira especial de que é Deus quem por sua graça age no batismo. A graça de Deus sempre antecede nossa fé. Mas o batismo infantil também corre o risco de vir associado a uma compreensão mágica, que dispense a fé. O batismo de adultos, associado à confissão de fé do/a batizando/a, dá visibilidade à mudança de vida ocorrida em quem chegou à fé em Cristo. Mas ele também corre o risco de transformar a fé em condição para a graça de Deus, em vez de ser seu acolhimento. Pode-se discutir qual é, em determinada situação, a “melhor” prática batismal, no sentido de estar menos exposta aos riscos inerentes a toda e qualquer prática eclesial. É equivocado, porém, lançar batismo infantil e batismo de adultos um contra o outro, como se apenas uma das modalidades tivesse validade e a outra fosse absolutamente falsa. Não há base bíblica para esse tipo de julgamento. Nesse sentido, Lutero manteve, com veemência, o batismo infantil, embora tivesse se definido teologicamente contra uma compreensão mágica do batismo e tivesse enfatizado que também nos sacramentos a palavra deve ser acolhida em fé.

5. Segundo o apóstolo Paulo, fomos “sepultados com Cristo na morte pelo batismo, para que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai, assim também andemos nós em novidade de vida” (Romanos 6.4). Este andar em novidade de vida, a que se refere o apóstolo Paulo, não se limita àquele momento isolado da vida em que ocorreu o batismo, mas é decorrência dele, por toda a vida. Por isso o Reformador Martim Lutero, em sua explanação acer-

ca do batismo, no *Catecismo Menor*, enfatiza o retorno diário ao batismo recebido, ao dizer que “o velho homem em nós, por contrição e arrependimento diários, deve ser afogado e morrer com todos os pecados e maus desejos, e, por sua vez, sair e ressurgir diariamente novo homem, que viva em justiça e pureza diante de Deus eternamente”. Essa exortação vale por igual para quem tenha sido batizado como criança ou como adulto. Assim, quem tenha se afastado dos caminhos de Deus, retorna a eles (e ao seu batismo), através do arrependimento e do perdão recebido, da renovação de seu propósito de andar na bem-aventurança e na justiça de Deus.

6. Desde os tempos apostólicos, o batismo tem sido, na comunidade cristã, um evento único e irrepetível. “Há um só Senhor, uma só fé, um só batismo.” (Efésios 4.5) A prática do rebatismo tem sido consistentemente rechaçada ao longo da história da Igreja, como uma ofensa ao próprio Deus, por negar que Deus possa ter atuado, independentemente da fé (ou da correta fé) do/a batizando/a. Não há, no Novo Testamento, nenhum caso de rebatismo. Quem cai em pecado (e todos somos pecadores) não é rebatizado, mas volta ao convívio de Deus, mediante a contrição e o arrependimento. Assim, nenhuma circunstância pastoral, por mais séria que seja, muito menos qualquer consideração pragmática (por exemplo, com qual prática teríamos supostamente mais membros) pode justificar a prática do rebatismo. Não pode ser repetido, assim como a obra salvífica de Cristo tampouco o pode, pois ocorreu de “uma vez por todas” (Hebreus 7.27; 9.12; 10.10). “Deus prova o seu próprio amor para conosco, pelo fato de ter Cristo morrido por nós, sendo nós ainda pecadores.” (Romanos 5.8) Não há repetição possível nem condição prévia de nossa parte. Também nesse contexto, pois, vale a afirmação de Pedro e dos demais apóstolos: “Antes, importa obedecer a Deus do que aos homens.” (Atos 5.29)

7. Esta é a convicção bíblico-confessional que tem norteado a IECLB. Ela se encontra em seus escritos confessionais (por exemplo, na Confissão de Augsburgo, e também nos Catecismos Menor e Maior de Lutero). Ela está também nos documentos normativos e orientadores da IECLB (a referência à base confessional da IECLB em sua Constituição, art. 5), *Nossa Fé – Nossa Vida* (1972 e, revisado, 2002), *IECLB às Portas do Novo Milênio* (1999), *IECLB no Pluralismo Religioso* (2000) e *Unidade: Contexto e Identidade da*

IECLB (2004). Cartas pastorais da Presidência, anteriores a essas datas, igualmente realçaram essa mesma posição, inclusive como fruto de diálogo com movimentos internos na *IECLB*, incluindo o Movimento Carismático. Assim, a *IECLB* reconhece como válido o batismo efetuado, na *IECLB* e nas demais igrejas que “confessam a Jesus Cristo como único Senhor e Salvador” (Constituição, art. 5), sempre que tenha ocorrido com água e em nome de Deus Pai, Filho e Espírito Santo. É desnecessário enfatizar que esse reconhecimento não implica em concordância com outros pontos doutrinários e eclesiais das demais igrejas.

8. Lamentamos que o Movimento Carismático tenha decidido, sem consulta com as instâncias constituídas da *IECLB* ou sequer comunicação a elas, adotar outra teologia e outra prática batismais, e tenha passado a praticar o “batismo nas águas” para pessoas que já foram anteriormente batizadas, e isso tanto em outras igrejas quanto na própria *IECLB*. Pastores/as que o praticam estão infringindo gravemente seus votos de ordenação, proferidos diante da comunidade e diante do próprio Deus. Esperamos que essa prática seja revista e imediatamente suspensa. Pedimos que o Movimento Carismático expresse inequivocamente que aceita e observará a base confessional da *IECLB* e seus documentos normativos e orientadores a esse respeito.

9. Reiteramos, porém, que o zelo pastoral é devido em todos os casos, para com todas as pessoas. Esclarecer às pessoas o sentido do batismo é uma nobre e irrenunciável tarefa pastoral. Isso inclui expor com clareza as razões pelas quais a *IECLB* reconhece o batismo já efetuado retamente e, portanto, não rebatiza. Contudo, é oportuno que, quando a comunidade acolhe em seu meio um novo membro, se examine a conveniência de efetuar um rito de reafirmação dos votos batismais e de celebração da fidelidade de Deus. A *IECLB* está trabalhando, através do Conselho de Liturgia, numa proposta de rito de reafirmação dos votos batismais, sua fundamentação teológica e sua possível configuração litúrgica. Para tanto, estamos coletando modelos de outras igrejas luteranas ou da parceria ecumênica. Sugestões, também do Movimento Carismático, são bem-vindas. Esperamos que até meados de 2005 o Conselho da Igreja possa tomar uma decisão a respeito. A proposta deverá possibilitar à comunidade ou a pessoas no contexto do culto comu-

nitário a, celebrando a fidelidade de Deus nunca rompida, reafirmarem os votos batismais, inclusive renunciando a eventuais práticas não condizentes com a fé cristã ou, em palavras de Lutero, renunciando ao “poder do pecado, do diabo e da morte”. O rito deveria reportar-se claramente ao batismo, sem, no entanto, gerar o malentendido de que fosse um novo batismo.

10. Quanto à proposta de batismo condicional, a IECLB reconhece que pode haver casos excepcionais em que haja dúvida quanto a se houve anteriormente um batismo válido. Esses casos deveriam ser examinados criteriosamente, inclusive junto à autoridade competente da igreja em que eventual batismo possa ter sido realizado, e deveriam ser decididos conjuntamente com o respectivo pastor sinodal. Nesses casos, será importante observar que a validade do batismo se dá pela sua reta efetivação, jamais pela qualidade moral ou espiritual do oficiante, tampouco pela conduta que a pessoa tenha tido após o batismo. Nessas situações o recurso deverá ser o rito de reafirmação dos votos batismais. Contudo, quando nos casos excepcionais, não se possa reconhecer a validade do “batismo” efetuado, por não corresponder à compreensão confessional da IECLB, já não se tratará de batismo condicional, mas sim do primeiro batismo retamente oficiado.

Palavra e sacramentos constituem o núcleo da proclamação evangélica. Neles devemos ter consenso (CA VII). Esperamos que o Movimento Carismático possa, diante de Deus e entre irmãos, rever a posição adotada, reafirmar sua identificação com a base confessional da IECLB e caminhar com a IECLB no sentido aqui exposto.

Que Deus, por seu Espírito, nos assista neste momento delicado da vida da IECLB!

Fraternalmente,

Walter Altmann
Pastor Presidente

Carta Aberta do Movimento de Renovação como subsídio para o diálogo sobre o batismo cristão

14 de dezembro de 2004

Ao Conselho de Igreja da IECLB
A/C Pastor Presidente Dr. Walter Altmann
Rua Senhor dos Passos, 202
Porto Alegre-RS

Caros irmãos!

Em atendimento ao compromisso assumido com a presidência da IECLB no diálogo realizado no dia 26 de novembro de 2004 estamos nos pronunciando sobre a teologia e prática do batismo como nos foi solicitado. Ressaltamos, entretanto, que nossa agenda de temas a tratar é mais ampla do que a abordagem proposta, a saber: *Batismo no Espírito Santo, Dons Espirituais, Batalha Espiritual, Batismo, (Macro)Ecumenismo e Formação de Comunidades Alternativas* (nesta ordem).

Assim, antes de tudo, queremos expressar a nossa satisfação pela aprovação do documento 'Unidade: contexto e identidade da IECLB' no XXIV Concílio da Igreja, realizado de 13 a 17 de outubro de 2004 em São Leopoldo/RS, porque ele explicita a hierarquia dos documentos oficiais da IECLB (item 6.1). Também nos alegramos porque ele verbaliza os quatro 'sola' (somente Cristo, somente pela graça, somente pela fé e somente a Escritura) como pilares da reforma protestante (item 12) para o luteranismo brasileiro.

Entendemos que este documento se norteia pela *lógica evangélica da inclusão* (item 7) que tem caracterizado a nossa história e porque propõe uma ampla agenda de diálogo ao preconizar:

"Nas situações controvertidas torna-se necessário alcançar um consenso que não seja simples decisão de maioria nem decreto da direção da igreja, mas fruto de um processo teológico e espiritual que, com paciência e respeito às consciências, interpretando os "sinais dos tempos" e, simultaneamente, com plena disposição para alcançar definições doutrinárias inequívocas"

cas, ouve a Escritura, interpreta a tradição confessional e dialoga com irmãos e irmãs, confiando que o Espírito Santo nos “guiará para toda a verdade” (Jo 16.13).

No entanto, devemos expressar a nossa estranheza pelo fato de que tanto o documento como o diálogo havido conosco focaram o ‘rebatismo’ como única ameaça à integridade confessional da nossa igreja.

Muito embora um estudo do Batismo Cristão exija tanto um tempo como uma abordagem bem mais amplos queremos trazer, agora sim, como “Posicionamento teológico” do Movimento de Renovação alguns tópicos pertinentes ao atual momento com intuito de alargar o enfoque e ampliar o debate do tema Batismo Cristão para todos os segmentos da IECLB. A direção da IECLB já deu alguns passos neste rumo ao disponibilizar vários pronunciamentos no seu site. Esperamos que também as nossas ponderações possam participar deste painel e, desta forma, contribuir na clarificação deste assunto nos moldes recomendados pelo Concílio!

1. Fundamentação Bíblica

Iniciamos articulando alguns aspectos do fundamento bíblico do Batismo Cristão que nos parecem essenciais para uma prática batismal responsável no momento atual na igreja cristã:

1.1. Em Mateus 28.18ss., o próprio Jesus ordena o batismo num contexto de comunidade enviada para a missão, vinculando-o ao ensino do evangelho no discipulado. A sua compreensão bíblica é detalhada em Romanos 6, onde o apóstolo Paulo explica que no batismo recebemos, pela fé, participação na morte e ressurreição de Cristo, a saber, nele morremos para o pecado e ressuscitamos para a vida nova em Cristo. Assim no batismo Deus opera graciosa-mente em nós. O documento orientador *Nossa Fé – Nossa Vida* sintetiza: “*Somos marcados por sua cruz, que é a vitória sobre o nosso fracasso e o ponto de partida para um novo começo*” (p.19). Ao usar a voz passiva, *Nossa Fé – Nossa Vida* traduz bem o predomínio da voz passiva do verbo grego *baptizesthai* no Novo Testamento, que indica: o batismo não é mero testemunho humano, mas um sinal da troca de governo sobre a vida do batizando (At 2.37ss;

8.12ss,26ss; 10;16.14s., 30ss; Gl 3.1ss., 26ss; 1Co 12.3,13; Rm 6.3ss., 17s; Ef 4.4ss; Mt 28.19s)!

1.2. Afirmamos ainda que para o testemunho do Novo Testamento a boa notícia da obra de Jesus Cristo, o Filho de Deus que veio ao mundo e se tornou homem para salvar o perdido, é a moldura maior que determina toda compreensão do batismo. O batismo é dependente deste evangelho, não o evangelho nem a fé dependem do batismo. O ato batismal é, pois, um grande sinal da oferta de Deus para a nossa vida e salvação, ainda que Marcos 16.16 não vincule a condenação à falta deste sinal. Disto decorre que não *o batizar*, mas, sim, *o evangelizar* esteja no foco também da nossa missão e do nosso ministério (cf. 1 Co 1,17).

1.3. Em Atos lemos:

Então, ‘Que batismo vocês receberam?’, perguntou Paulo. ‘O batismo de João’, responderam eles. Disse Paulo, ‘ O batismo de João foi um batismo de arrependimento. Ele dizia ao povo que cresse naquele que viria depois dele, isto é, em Jesus’ Ouvindo isso, eles foram batizados no nome do Senhor Jesus (19.3s.).

Nesta passagem de Atos, o apóstolo Paulo não reconhece o batismo de João, porque este *batismo de arrependimento* não sinaliza a **troca de pertencimento** dos batizados. Por isto, depois de ouvirem o evangelho, estas pessoas em Éfeso foram batizadas *em o nome do Senhor Jesus* nos moldes dos relatos de Atos que sempre pressupõem a confissão pública da fé por parte do batizando.

1.4. As implicações deste pertencimento a Cristo são detalhadas por Paulo em 1 Co 1.12-15:

“Com isso quero dizer que algum de vocês afirma: “Eu sou de Paulo”; ou “Eu sou de Apolo”; ou “Eu sou de Pedro”; ou ainda “Eu sou de Cristo”. Acaso Cristo está dividido? Foi Paulo crucificado em favor de vocês? Foram vocês batizados em nome de Paulo? Dou graças a Deus por não ter batizado nenhum de vocês, exceto Crispo e Gaio; de modo que ninguém pode dizer que foi batizado em meu nome”.

Aqui o apóstolo destaca que o fato de Cristo ter sido crucificado por nós implica em que nenhum outro *nome*, nem mesmo o de um apóstolo, pode ser relacionado de algum modo com o benefício da salvação e com o batismo dele decorrente (cf. tb. At 4.12). Por causa

desta singularidade exclusiva de Jesus entendemos que é inadmissível considerar Batismo Cristão aquele em que algum outro nome além do Trino Deus seja invocado como, por exemplo, nas consagrações a Maria e a outros santos em atos batismais na Igreja Católica.

1.5. Quando Efésios 4 afirma existir *um só batismo* Paulo está se referindo à qualidade e ao conteúdo deste batismo para a salvação. Não está ali fazendo uma quantificação numérica da verdade cristã. Hebreus 6.2 faz referência à instrução a respeito de *outros batismos*. O Novo Testamento menciona o *batismo no Espírito* (Mt 3.11; Jo 1.33; At 1.5; 8.15s; 10.44), o *cálice do batismo* (Mt 20.22; Mc 10.38s; Lc 12.50), o *batismo de fogo* (Mt 3.11) e, secundariamente, o próprio *batismo de João*. Entendemos, pois, que a passagem de Efésios ressalta o contraste entre o verdadeiro e o falso batismo, entre o verdadeiro e o falso Deus e entre a verdadeira e a falsa fé, etc. Por isso esta passagem afirma a qualidade do verdadeiro batismo cristão que, segundo o Novo Testamento, implica em arrependimento, fé em Jesus Cristo como Senhor e Salvador bem como a confissão pública desta fé (At 2.37s; 8.36s; Rm 10.9s).

2. Batismo em Lutero

Segundo o Reformador Martinho Lutero, o batismo é mandato bíblico (Mt 28.18-20 e Mc 16.16) que é realizado em nome do Deus Pai, Filho e Espírito Santo. A instituição do batismo por Cristo para Lutero e outros reformadores, conforme Melanchthon a expressa na Confissão de Augsburg, serve como sinal e testemunho da vontade de Deus (Artigo 13).

No Catecismo Menor podemos perceber que Lutero entende o batismo como a expressão do discipulado cristão. Segundo ele, ao fazer alusão a imersão na água, o batismo

“significa que o velho homem em nós, por contrição e arrependimento diários, deve ser afogado e morrer com todos os pecados e maus desejos, e, por sua vez, sair e ressurgir diariamente novo homem, que viva em justiça e pureza diante de Deus”. (1529)

Nota-se aqui que o batismo, na visão de Lutero, não se restringe a um ato pontual, quando da realização do mesmo, mas que tem a ver com toda a vida cristã diária.

Lutero afirma ainda a importância que existe entre fé, palavra de promessa e batismo. Para ele:

“o batismo não justifica e de nada serve, mas sim a fé na palavra da promessa na qual o batismo é colocado, pois essa fé justifica e realiza aquilo que o batismo significa.(...). Os sacramentos não se realizam quando ministrados, mas quando se crê neles.” (Cativeiro Babilônico, 1520)

Neste contexto, é importante lembrar que a fé para Lutero não é um ato humano primeiramente, mas sim algo que brota da ação do Espírito Santo quando do anúncio da Palavra de Deus, sem, no entanto, excluir existencialmente o ser humano de sua participação. Quanto a isto cai em vista a frequência do *‘por mim’* na explicação do Credo Apostólico no Catecismo Menor. Lutero a interpreta assim no seu Comentário aos Gálatas:

“Leia com grande ênfase estas palavras, ‘eu’, ‘por mim’, e acostume-se a aceitá-las e a aplicá-las a você mesmo com uma fé segura. As palavras ‘nosso’, ‘nós’ e ‘por nós’ deveriam ser escritos com letras douradas – o homem que não crê nelas não é cristão.” (1535)

Caso assim não fosse, como poderíamos entender o fato de Lutero falar da fé como algo vivo e inabalável na graça de Deus?

Como podemos ver, é impossível compreender adequadamente o que significa batismo na visão de Lutero destacando preponderantemente o ato (rito). O significado maior e profundo do batismo perpassa toda existência do cristão, vinculando de forma clara a relação entre palavra de promessa, batismo, fé e graça de Deus. Lutero nos lembra ainda no seu livro “Do Cativeiro Babilônico”, empregando os critérios do “somente a Escritura e somente Cristo”, que: “se quero falar de acordo com o costume da Escritura, não tenho mais que um sacramento (Jesus Cristo) e três sinais sacramentais (Batismo, Penitência e Ceia)”. É possível concluir assim que para Lutero Jesus Cristo é por excelência o sacramento da salvação.

O professor Dr.Walter Altmann destaca, ao falar deste mesmo tema, que:

“foi decisiva a correlação entre promessa e fé, e ele (Lutero) pode afirmar até mesmo que eventualmente se poderia obter

a salvação sem o sacramento, mediante a promessa e a fé, mas jamais ao revés, ou seja, mediante o sacramento, sem a promessa e a fé” (Lutero e Libertação, p.143, 1994).

Também o ex-presidente da IECLB, Dr.Gottfried Brakemeier, aponta para esta direção, afirmando que:

“assim como existe uma relação intrínseca entre batismo e prédica, assim também não podem ser separados batismo e fé. Pois o agir de Deus requer a resposta do homem. A dádiva de Deus deve ser aceita, ou então é rejeitada. De qualquer maneira, não existe salvação para o homem a não ser pela fé. Por isso também o batismo não proporciona salvação independente da fé.” (Teses referentes a compreensão e prática do batismo – Enfoques Bíblicos, p. 54, 1980).

Por fim queremos, ainda, reportar-nos ao tato poimênico de Lutero em relação à prática do batismo. O Reformador expressa a sua experiência pastoral que adquiriu nos longos anos de ministério na igreja em Wittenberg. Mencionamos isto, porque entendemos que carecemos de igual sensibilidade no ministério. Referimos-nos a um conselho que Lutero deu para o caso de uma mulher ser surpreendida pelo nascimento prematuro de seu filho e realizar nele um batismo de emergência. O historiador luterano Franz Lau menciona este conselho de Lutero e o comenta assim:

“Poderia Lutero ter dado o conselho questionável, de que uma mãe batizasse seu filho fragilíssimo até sem testemunhas, mas que ela, caso conseguisse salvar a criança, negasse este batismo para, então, poder batizá-la publicamente? Por tudo o que foi exposto (acima) o teólogo Lutero era capaz de fazê-lo, porque para ele a proibição do rebatismo não é fundamentada ontologicamente, mas a partir da irrevogabilidade da promessa única de Deus. Mas também o cura d’almas Lutero era capaz de falar assim, porque ele de modo algum defraudaria uma pessoa do seu consolo, entregando-a ao desespero, especialmente, se sua fé fosse fraca” (Luther-Jahrbuch, ano XXV, 1958, 137s.).

3. Perguntas Abertas

1.1 Como a IECLB avalia a sua prática batismal?

Embora os escritos confessionais ensinem a necessidade da *reta administração dos sacramentos*, não é segredo de que, nas últimas décadas, têm surgido sérios questionamentos da prática do batismo na IECLB. Transcrevemos aqui a avaliação do, na época, professor de teologia sistemática, Dr. Walter Altmann:

“Ainda que critiquemos o rebatismo ou mesmo o batismo de adultos como prática exclusiva da comunidade cristã, é forçoso reconhecer que o batismo de lactentes jamais teria sido criado por Lutero, a partir de suas premissas teológicas, se não fosse já prática corrente na Igreja. No fundo, só lhe permanece sentido dentro de um ambiente “cristão”, familiar e comunitariamente, ou até mesmo socialmente, num ambiente de cristandade. Mesmo no Catecismo Maior, onde Lutero defendeu a legitimidade do batismo de crianças, asseverando que “a minha fé não faz o batismo, porém recebe o batismo”, o qual é obra de Deus, o Reformador se vê na necessidade de assegurar que as obras de Deus, salvadoras e necessárias para a salvação, não excluem a fé, senão que a exigem, pois que sem a fé não poderiam ser apreendidas. É, por conseguinte, questionável quando, pela prática corrente do batismo de lactentes, por assim dizer se programa o distanciamento cronológico prático – certamente não teológico teórico – entre a obra de Deus e a recepção da fé. Resulta daí, pelo menos num contexto de pluralismo no tocante a convicções e práticas religiosas, que os argumentos que Lutero se viu obrigado a empregar para justificar a prática do batismo de lactentes – preponderantemente o de que os próprios lactentes poderiam ter fé –, tem todos certo grau de artificialidade. Não obstante, deve ser concedido que a fé tão pouco pode ser reduzida a um mero assentimento intelectual, pelo que a fé se tornaria dependente do entendimento racional humano.

Num ambiente de indiferentismo e descomprometimento religioso e pluralismo secularizado, como é o caracterizado pela so-

cidade atual, a prática indiscriminada do batismo de lactentes assume contornos de profunda perversão. Torna-se imposição a pessoas incapazes de resistir, por parte de outras pessoas desinteressadas em viver o próprio batismo. É o que ocorre quando batizamos de maneira indiscriminada quando solicitados a tanto – e isso por pessoas que não o pedem para si mesmas, mas para seus filhos ou afilhados. O fato de que na prática de muitas comunidades o único critério para uma eventual recusa de batizar é o não pagamento de contribuição financeira eclesiástica só serve para acentuar a perversão.

Conseqüentemente, no diálogo ecumênico tem sido realçada a necessidade de as igrejas que batizam infantes não o fazerem indiscriminadamente, tomarem “mais a sério a sua responsabilidade em promover um comprometimento amadurecido, com Cristo, de todas as crianças batizadas”. Pouco se tem feito quanto ao último e praticamente nada para evitar a prática do batismo indiscriminado. Por quê? Certamente não é mera má vontade, pois as igrejas via de regra desejam membros atuantes. Minha suspeita é de que a razão seja que o batismo de lactentes é o meio mais eficaz para manter os membros na igreja institucional quando já bastante indiferentes” (Lutero e Libertação, p. 151-152, 1994).

Neste texto a prática indiscriminada do batismo de lactentes é considerada uma “*profunda perversão*” e uma coação para manter vínculos institucionais eclesiásticos. Por isto perguntamos: O sacramento assim ministrado pode ser tido como “administrado retamente”?

Um leitor sem preconceito destas duras críticas esperaria que o seu autor, no exercício da presidência da IECLB, tomasse medidas urgentes para encaminhar o saneamento desta ‘*profunda perversão*’. Mas não é isto que vemos acontecer! O que mudou: a prática de batismo nas comunidades ou a convicção do teólogo Altmann?

Críticas semelhantes a esta estão publicadas na revista Estudos Teológicos. Entre seus autores encontramos outros professores como Malschitzky, Hüffmeier e Brakemeier. O professor Albérico Baeske, tido como erudito em questões sobre Lutero, vai mais lon-

ge. Em suas teses sobre a compreensão do batismo em Lutero, sob o título “*Ninguém deve ser batizado sem fé própria*” (sem data), ele afirma:

“Sabemos que somos salvos exclusivamente pela fé, como diz o Novo Testamento em toda parte, e Martin Lutero explica em centenas de prédicas.

Nem mesmo a Ceia do Senhor, nem ainda o Batismo nos salvam, mas tão somente a fé: “Quem crer e for batizado, será salvo”, lê-se no Evangelho segundo Marcos (16,16). Lutero ensina a respeito: “Não se diz: ‘o justo viverá do sacramento’, mas ‘de sua fé’. Pois, não é o sacramento mas a fé nele que vivifica e justifica, uma vez que muitos tomam o sacramento e não são vivificados nem feitos crentes. Quem, todavia, crê, esse é crente e vive. É isso que expressa a frase de Cristo, no último capítulo do Evangelho segundo Marcos (16,16): ‘Quem crer e for batizado, será salvo’. A fé é colocada à frente do Batismo. Pois, onde não há fé, o Batismo nada vale – conforme continua o texto: ‘quem, porém, não crer, está condenado’ – mesmo que tenha sido batizado”.

E adiante Baeske afirma, citando **Lutero**:

“... O Batismo não ajuda a ninguém, e não deve ser ministrado a ninguém, a não ser que ele mesmo creia, e ninguém deverá ser batizado sem fé própria... Também de nada vale a desculpa dizendo que se batizam as crianças na base de sua futura fé para quando criarem juízo. Pois a fé deve estar presente antes ou durante o batismo; do contrário a criança não se livra do demônio e pecados”.

Esta mesma afirmação acima também é realçada pelo Dr. Gottfried Brakemeier em Enfoques Bíblicos (p. 60, 1980). E Baeske ainda continua citando **Lutero**:

“Igualmente o que batiza enaltece o fato de que a criança teria nascido de novo, que seus pecados estão perdoados, que está livre do diabo... o que deveria ser tudo falso onde não houvesse fé própria e seria melhor não mais batizar crianças do que brincar e fazer ‘mágicas’ com a palavra e o sacramento de Deus, como se fosse um ídolo ou bobo”.

Estas afirmações de formadores de opinião na IECLB não deixam dúvidas sobre uma prática francamente contrária aos melhores ensinamentos bíblicos e luteranos. Entendemos suas palavras como refutação ou rejeição da prática de batismo de lactentes pela falta de amparo bíblico e confessional.

O que a direção da IECLB diz sobre um juízo tão severo de suas práticas em se tratando de professores de teologia que ancoram seus argumentos nas Escrituras e em escritos de Lutero? O que vem a ser 'reta administração dos sacramentos' diante deste quadro?

1.2 O que fazer com os desafios nas frentes de missão?

O Plano de Ação Missionária da IECLB (PAMI) desafia as comunidades a romperem suas fronteiras étnicas, culturais, raciais... num avanço missionário consciente e proposital. A prática deste desafio, porém, coloca o trabalho missionário em nossa igreja, tanto nas periferias urbanas como nas novas fronteiras missionárias de todo o Brasil, por um lado, diante do sincretismo reinante onde as pessoas passaram por diversos ritos batismais e, por outro lado, diante do secularismo indiferente ou hostil.

À medida que ouviram e aceitaram o evangelho e nele se afirmam, estas pessoas perguntam, elas mesmas, pelo batismo como sinal visível de ruptura com seus pactos com crenças alheias e contrárias à fé cristã. Elas necessitam e buscam respostas bíblicas e confessionais para significar a troca de pertencimento e senhorio em suas vidas e seu ingresso na Igreja. Não basta invocar os ritos a eles ministrados no passado, uma vez que por eles foram negados, nada mais lhes significando. É necessário administrar-lhes o Batismo Cristão retamente como sinal do "*morrer para o velho homem e o renascer em Cristo para novidade de vida*" (Rm 6).

Diante das graves incoerências nas nossas práticas e também da compreensão difusa que está por detrás delas, o batismo daqueles provenientes do sincretismo que chegam à fé é tão mais incoerente?

Também no Catolicismo Romano há práticas sincréticas de batismo incompatíveis com a reta doutrina, onde no ato batismal a criança é consagrada a Maria (como co-redentora! cf. site da CNBB)

ou ao santo padroeiro, ao santo do dia, etc. Em “*A fé para adultos - O Novo Catecismo*” lê-se sobre o batismo de crianças: “*É no batismo que a criança recebe oficialmente o seu nome. O nome de um Santo, sob cuja proteção suplicante, colocamos o filho. Não por não bastar a graça de Cristo, mas porque Cristo gosta de vir até nós por via da comunidade, da Igreja, também da Igreja que já está na glória*” (Editora Herder, p. 292). De acordo com as conclusões do Seminário da IECLB de 1998, em Rodeio 12/SC, também tal prática não pode ser aceita como administração reta do Batismo Cristão. Por outro lado, a despeito de todo alarde ecumênico, a Igreja Católica Romana no Brasil, a critério do padre ou bispo, pode exigir um novo batismo da parte evangélica luterana como condição para realizar o casamento religioso. Quanto mais ao norte do Brasil, esta postura, ancorada no Direito Canônico católico, é a prevalecente!

Quem são os excluídos?

Em diversos documentos orientadores, a IECLB, nos últimos anos, manifestou a rejeição da prática do ‘*rebatismo*’ como algo que exclui a pessoa da confessionalidade luterana, diz: “*a prática do rebatismo, por afrontar diretamente o cerne da fé e os documentos normativos e orientadores da IECLB, equivale à auto-exclusão da base confessional da IECLB*” (Unidade: Contexto e Identidade da IECLB – item 11).

O que significa isso?

Quer isso dizer que, na IECLB, não há espaço para quem foi ‘*rebatizado*’, pelo fato de que tal prática exclui a pessoa da confessionalidade luterana, conforme documento do Concílio de São Leopoldo? Como a IECLB vai identificar estes membros? Por suposto todos os que ingressaram na IECLB provindos de igrejas pentecostais, neo-pentecostais, batistas em geral e outras que passaram por esta prática devem ser excluídas do seu rol de membros? Queremos lembrar que a IECLB inclusive já admitiu pastores oriundos da Igreja Batista e de Igreja Pentecostal: eles foram perguntados se passaram pelo ‘*rebatismo*’?

Concluindo queremos afiançar que, em nossa prática pastoral, sempre respeitamos o batismo daqueles que foram retamente batizados. Somente ministramos o Sacramento do Batismo a adultos que não foram batizados ou que têm profundos questionamentos sobre o seu reto batismo e que lhes geram conflitos de alma e cons-

ciência, de modo a não privá-los do consolo que Deus promete pelo sinal visível! cremos que isto não afronta a confessionalidade luterana e os documentos normativos, pois eles também priorizam o consolo dos aflitos e o seu fortalecimento na fé! Nos casos praticados entendemos que foi o batismo “retamente administrado” e não rebatismo.

Se neste processo temos cometido faltas, estas deveriam pesar mais na balança do juízo teológico e confessional do que as outras práticas ‘perversas’ denunciadas por eminentes teólogos da IECLB?

Percebe-se assim que o assunto do Batismo Cristão é amplo e complexo. cremos ser oportuno dedicar mais tempo para estudar sua fundamentação e suas práticas na IECLB. E não nos parece sábio querer resolver um problema de tal envergadura com procedimentos ‘disciplinares’ unilaterais. Por isto esperamos que a continuidade deste processo de reflexão se pautar pelos princípios de diálogos afirmados no documento conciliar, esperando sermos tratados com justiça e respeito. Mencionamos esta expectativa, porque, inconformados, temos assistido o Movimento de Renovação ser tratado em várias ocasiões como o único a ameaçar a integridade confessional da IECLB. Citamos aqui a forma desleal como foi usado nosso arrazoado “Diálogo Sobre Assuntos Comunitários”, elaborado por sugestão da presidência da IECLB como proposta de agenda para o diálogo entre a Direção da Igreja e o Movimento de Renovação. Mas, esta agenda de diálogo foi encaminhada como sendo um “Posicionamento Teológico” e interpretada como tal pelos assessores teológicos convocados. Este tipo de tratamento cria suspeitas sobre a disposição para o diálogo.

Ademais, não entendemos por que temas de natureza ética não são tratados da mesma forma, haja visto o destaque dado aos 10 Mandamentos no consagrado documento normativo da nossa confessionalidade, no Catecismo Menor. Por que, por exemplo, pecados contra o 6º mandamento (Não cometerás adultério) e o 7º mandamento (Não furtarás) são tratados com venialidade e não afrontam os documentos normativos da IECLB, nem ameaçam sua confessionalidade, mesmo que causem escândalos e prejuízos em comunidades?

Também não podemos deixar de perguntar se a participação em celebrações ditas ‘ecumênicas’ (p. ex. um pastor sinodal paramentado numa celebração explicitamente multi-religiosa como

a do aniversário de 80 anos da Folha de S. Paulo), o incentivo à prática da meditação zen (por um assessor teológico) e publicações (como no caderno da FLM sobre “Espiritismo e Espiritualismo: desafios para a América Latina”, p. 171ss) não relativizam a exclusividade do senhorio de Jesus Cristo dos documentos normativos e reafirmada pelo Concílio?

Assim cremos. Deus nos ajude a sermos fiéis ao Evangelho.

Fraternalmente,

*Luis Henrique Scheidt
Paulo Gilberto Böhm
Mário Cezar Reis da Silveira
João Daniel Gasperin da Silva
Celso Wentz*



Carta do Pastor Presidente

IECLB nº 91473/04

Porto Alegre, 17 de dezembro de 2004

Aos

Representantes do Movimento de Renovação Espiritual
(Movimento Carismático) na IECLB

Estimados irmãos:

A reunião ordinária da Diretoria do Conselho da Igreja do dia de ontem, 16//12 voltou a se ocupar das relações do Movimento Carismático com a IECLB, em particular das cartas intercambiadas no dia 14 de dezembro entre a Presidência da IECLB (P. Presidente Walter Altmann e Assessor da Presidência Dr. Carlos G. Bock) e os representantes do Movimento de Renovação (“Movimento Carismático”), colegas Paulo Böhm e Mário Silveira. Após o exame do assunto, a Diretoria decidiu que o Movimento Carismático entregue por escrito até o dia 28 de janeiro de 2005 sua resposta à carta recebida, especificamente a seu tópico 8 que reza:

“8. Lamentamos que o Movimento Carismático tenha decidido, sem consulta com as instâncias constituídas da IECLB ou sequer comunicação a elas, adotar outra teologia e outra prática batismais, e tenha passado a praticar o “batismo nas águas” para pessoas que já foram anteriormente batizadas, e isso tanto em outras igrejas quanto na própria IECLB. Pastores/as que o praticam estão infringindo gravemente seus votos de ordenação, proferidos diante da comunidade e diante do próprio Deus. Esperamos que essa prática seja revista e imediatamente suspensa. Pedimos que o Movimento Carismático expresse inequivocamente que aceita e observará a base confessional da IECLB e seus documentos normativos e orientadores a esse respeito.”

A Diretoria do Conselho da Igreja examinará a resposta e o atendimento ou não da solicitação efetuada no tópico citado em sua próxima reunião ordinária, no dia 3 de fevereiro de 2005. A IECLB igualmente estudará a carta recebida dos representantes do Movimento de Renovação.

Desejo que nesse Natal, a paz do Menino Jesus esteja com todos vocês.

Fraternalmente,

Walter Altmann
Pastor Presidente

C.c: Presidente do Conselho da Igreja, Luiz Artur Eichholz

3. Correspondências e documentos em 2005/2006

Carta de Luiz H. Scheidt

Ao
Pastor Presidente da IECLB
P. Dr. Walter Altmann
Porto Alegre – RS

28 de janeiro de 2005

Prezado P. Presidente

Em atenção à sua correspondência datada de 17 de dezembro de 2004 temos a dizer o seguinte:

1. Ao final de nosso encontro de diálogo acontecido no dia 26 de novembro de 2004, ficou acordado que nós escreveríamos um posicionamento que refletiria nossa concepção teológica e pastoral em torno do tema do batismo em sua relação com os documentos normativos e orientadores das bases confessionais da IECLB. O pedido foi para que este documento estivesse na secretaria geral até o dia 14 de dezembro, a fim de que pudesse ser apreciado na reunião do conselho da igreja que viria a acontecer no dia 16 de dezembro de 2004.

2. Lamentamos que sua correspondência apele a um posicionamento final de nossa parte em detrimento do diálogo iniciado no dia 26 de novembro. Além do mais, na perspectiva desse diálogo acontecido até o presente momento, entendemos que respondemos afirmativamente ao espírito da confessionalidade luterana, ao longo de nossa “Carta Aberta”.

3. Tendo escrito a “Carta Aberta” com o fim específico de que fosse apreciada pelo conselho de nossa igreja em sua reunião do dia 16 de dezembro pp (o que não aconteceu, conforme expresso em sua correspondência), esperamos a reação ao nosso documento como próximo passo na continuidade do diálogo.

Na expectativa de que o Espírito de Deus nos conduza a bom termo, fraternalmente,

Luiz H. Scheidt

Carta do Pastor Presidente
IECLB nº 93381/05

Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2005

Ilmo. Sr.
P. Luiz H. Scheidt
Sumaré / SP

Assunto: *Relações IECLB com Movimento Carismático (MC), também chamado de Movimento de Renovação*

Ref.: *Sua carta de 28/01/2005 (via e-mail)*

Caro colega:

Acuso o recebimento de seu e-mail acima mencionado e quero ainda compartilhar de sua expectativa de que “o Espírito de Deus nos conduza a bom termo” nas relações entre IECLB e MC. Devo, porém, dizer, que estranho e lamento o montante de mal-entendidos que sua correspondência revela (ou não seriam mal-entendidos?):

1. Diferentemente do que você afirma no ponto 1 de seu e-mail, o que acordamos consensualmente no diálogo de 26/11/2004, foi que *ambas* as partes, Direção da IECLB e MC, intercambiassem um documento: “A Presidência escreverá ao MC, procurando interpretar o que os documentos (especialmente o documento conciliar [acerca da Unidade] dizem. De parte do MC, também será escrito um documento, manifestando como recebem os documentos da Igreja.” (Cf. apontamentos da respectiva reunião, compartilhados entre todos seus participantes). Foi o que aconteceu no dia 14 de dezembro, sendo que nessa ocasião o MC foi convidado a comparecer à reunião da Diretoria do Conselho da Igreja do dia 16 (não o Conselho pleno).

2. O MC optou por não atender o convite, sob o argumento de que o prazo era por demais exíguo para examinar o documento entregue pela Direção da IECLB. De que forma o MC pode agora criticar a Diretoria do Conselho da Igreja de não ter apreciado a “Carta Aberta” entregue pelo MC, se ele próprio se eximiu de apreciar a carta entregue pela Direção da Igreja, não apenas não comparecen-

do à reunião do dia 16/12/2004, mas tampouco a apreciando no prazo de 28/01/2005? Quarenta e cinco dias também foram insuficientes? No entanto, como está explícito em minha carta de 17/12/2004, a Diretoria do Conselho da Igreja apreciou preliminarmente, sim, a questão, inclusive a correspondência recebida. Pelo volume de outros assuntos e pelo não-comparecimento dos representantes do MC, determinou um novo prazo para que este se manifestasse sobre a carta da IECLB. Através de minha carta os irmãos também foram informados de que “a IECLB igualmente estudará a carta recebida dos representantes do Movimento de Renovação”.

3. Sua carta também afirma que minha correspondência teria apelado a “um posicionamento final de nossa parte em detrimento do diálogo iniciado no dia 26 de novembro”. Em nenhum lugar está dito que a Direção da IECLB não queira mais dialogar acerca dos assuntos controvertidos da prática e da doutrina do MC. Este diálogo pode ser de benefício não apenas para o MC, mas para toda a IECLB. Contudo, antes do que um “posicionamento final”, o que a Diretoria do Conselho da Igreja espera é que fique claro o *ponto de partida* desse diálogo, a saber a confessionalidade da IECLB, calcada na Escritura, consoante seus documentos normativos e orientadores. Se o MC não pode ou não quer se comprometer com isso (aliás, um compromisso que os/as obreiros/as da IECLB assumem em sua ordenação), qual a natureza do diálogo e quais as conseqüências que de ambas as partes devemos tomar? Ou o MC deseja que a Direção da Igreja tome medidas que viriam a justificar os passos que, em verdade, ele próprio já tomou? De outra parte, podemos respeitar a convicção teológica do MC, mas qualquer diálogo fica truncado se sobre ele pairar a sombra de que pudesse ser um manto protetor para a continuidade de práticas que foram adotadas unilateralmente, sem diálogo com a IECLB nem sequer comunicação a ela. Para uma continuidade promissora do diálogo, esse nó deverá ser desatado, mas a IECLB não tem como desatá-lo, já que depende inteiramente de decisões tomadas pelo próprio MC.

4. A negativa do MC em responder à carta da IECLB, de 14/12/2004 (que atendeu solicitação do próprio MR na reunião de 26 de novembro!) é tanto mais decepcionante, pelo fato de que a carta da IECLB de modo algum contém apenas o convite a que o MC revise a posição tomada no assunto, mas foi um intento sério de tomada de

posição diante dos pontos e das propostas, no tocante ao batismo, levantadas pelo MR em sua correspondência de junho passado e na reunião de 26 de novembro. Por que teria o MC solicitado uma carta, se não deseja respondê-la? Ou o MC não tem mais absolutamente palavra nenhuma no tocante a esses pontos e espera tão-somente que a IECLB referende a prática e a teologia batismais do MC? A isso se chamaria de diálogo?

5. Contudo, na esperança de que o diálogo ainda possa ser restabelecido sobre a base da confessionalidade, a Direção da IECLB, mesmo sem ter recebido a manifestação solicitada ao MC em relação à carta da IECLB de 14 de dezembro, está respondendo, pela Presidência, em correspondência à parte, a sua carta de 14 de dezembro, na substância, bem como aos principais tópicos e argumentos contidos em manifestações recebidas oriundas do âmbito do MC e que têm circulado pela internet. Através de comunicado às comunidades, sínodos, obreiros/as, setores e instituições estamos também disponibilizando pela internet, para conhecimento e estudo, a correspondência entre nós e o posicionamento da Presidência.

6. A Diretoria do Conselho da Igreja, reunida no dia de hoje, decidiu não estabelecer novos prazos para a aguardada resposta do MC. Fica a critério deste se deseja fazê-lo ou não, e se assim deseja contribuir para abrir caminho para uma retomada do diálogo ou não. A Presidência segue aberta a tanto. Independentemente disso, contudo, a Diretoria também decidiu que o assunto seja levado, com os subsídios até então disponíveis, às reuniões de março da Presidência com a/os Pastora/es Sinodais e do pleno do Conselho da Igreja, a cujas instâncias caberá dar os encaminhamentos que julgarem adequados.

Em Cristo, que é o caminho, a verdade e a vida, fraternalmente

Walter Altmann
Pastor Presidente

cc.: Comunidades, Sínodos, membros do Conselho da Igreja, obreiros/as, setores, instituições

Carta do Pastor Presidente
IECLB nº 93382/05

Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2005.

Às

Paróquias, Comunidades, Sinodos, membros do Conselho da Igreja, Instituições de Formação, Departamentos, Setores e Obreiros e Obreiras da IECLB

Comunicado

**Acerca da continuidade do diálogo com o
Movimento Carismático (MC)**

Estimadas irmãs, estimados irmãos:

A senha do Antigo Testamento do dia de hoje nos renova a esperança também em meio à dor: “Eu tornarei o seu pranto em júbilo” (Jeremias 31.13). Nessa convicção, desejo atualizar as informações que foram colocadas na Carta Pastoral de 27 de novembro, acerca do diálogo com o Movimento Carismático (MC), também chamado de Movimento de Renovação. Infelizmente, entretentes o diálogo se tornou ainda mais difícil.

Como combinado na reunião de 26 de novembro, os representantes do MC e a Presidência da IECLB intercambiaram no dia 14 de dezembro as cartas que haviam acordado redigir, com os posicionamentos e propostas de ambas as partes, particularmente no tocante ao assunto batismo-rebatismo. Essas cartas foram prontamente divulgadas no site da IECLB. Naquela ocasião os representantes do MC foram convidados a participar da reunião da Diretoria do Conselho da Igreja, no dia 16 de novembro. Os representantes do MC, contudo, preferiram não comparecer, pela exiguidade de tempo para apreciar a carta da Direção da IECLB. A Diretoria decidiu, então, solicitar um posicionamento por escrito do MC até o dia 28 de janeiro, para apreciação na sua próxima reunião de 03 de fevereiro. Ao mesmo tempo comunicou que a IECLB estaria estudando a carta entregue pelo MC. Também esta informação foi divulgada no site da IECLB.

No dia 28 de janeiro, a IECLB recebeu e-mail do MC comunicando, entre outros, que estaria aguardando a resposta da Igreja à sua carta, “como próximo passo na continuidade do diálogo”. Em sua reunião de hoje, a Diretoria do Conselho da Igreja solicitou à Presidência escrever em resposta à mensagem do MC, comunicando também as decisões tomadas, e divulgar, junto com a mensagem recebida e a resposta, também o posicionamento elaborado pela Presidência em relação à Carta Aberta do MC, de 14 de dezembro passado. Anexamos, pois, esses documentos a este comunicado, para informação e estudo.

Os irmãos e as irmãs verão que a Diretoria do Conselho da Igreja deixa agora a critério do MC se e como deseja responder à carta da IECLB, entregue no dia 14 de dezembro, continuando a Presidência, nesse particular, aberta ao diálogo. Ao mesmo tempo, a Diretoria está encaminhando o assunto, com os subsídios então disponíveis, às reuniões da Presidência com a/os Pastora/es Sinodais e do Conselho (pleno) da Igreja, em março próximo, para resoluções e encaminhamentos que essas instâncias julgarem adequadas.

Trata-se, sem dúvida, de um momento difícil e doloroso para a vida da Igreja. Intercedamos a Deus que possa abrir caminhos esperançadores à nossa frente.

Fraternalmente,

Walter Altmann
Pastor Presidente

Posicionamento da Presidência

IECLB nº 93383/05

Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2005

Diálogo acerca do batismo (Posicionamento em relação à Carta Aberta do Movimento Carismático, de 14/12/2004, e outras manifestações provindas de integrantes do MC)

Há em curso um difícil, mas necessário, diálogo entre IECLB e Movimento Carismático (MC, também chamado de “Movimento de Renovação Espiritual” ou, simplesmente, de “Movimento de Renovação”). A Carta Aberta do MC e outras manifestações provindas de integrantes do MC, em geral amplamente divulgadas através da internet pelos remetentes, demandam um posicionamento da IECLB.

Este posicionamento não pretende esgotar o assunto em sua complexidade e deve ser visto em conjunção com as várias manifestações ou cartas da Presidência, já divulgadas no site da IECLB, em particular a carta entregue ao MC em 14/12/2004.

No tocante à Carta Aberta do MC, reconhecemos como muito positivo o fato de ela apresentar uma fundamentação bíblica e a posição de Lutero no tocante ao batismo (partes 1 e 2). Elas poderiam constituir uma base promissora para um diálogo. Há nessas seções relativamente pouco a que quiséssemos objetar. (Quanto à referência nessa seção à suposta prática batismal da Igreja Católica, faremos uma observação mais abaixo.) No Novo Testamento está claro o contexto preponderantemente missionário da ocorrência do batismo. Está clara sua relação tanto para a ação graciosa de Deus quanto sua referência à fé. É isso que também governa a compreensão de Lutero em relação aos sacramentos. A Carta Aberta constata bem que os teólogos que na IECLB têm escrito sobre o batismo, de uma perspectiva luterana, enfatizam todos a relação entre batismo e fé, o que de fato corresponde a uma ênfase permanente em Lutero e que o distingue de uma compreensão mágica do batismo, com a qual teve de se confrontar. Igualmente positiva é a constatação contida na Carta Aberta: “O batismo, na visão de Lutero, não se restringe a um ato pontual, quando da realização do mes-

mo, mas tem a ver com toda vida cristã diária.” Ou, então, esta: “Para Lutero Jesus Cristo é por excelência o sacramento da salvação.”

A Carta Aberta, porém, não torna clara como se relacionam graça e fé no batismo, e aí, ao que parece, reside uma diferença fundamental de compreensão. Efésios 2.8-9 poderia ter norteadado essa necessária reflexão: “Pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós; é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie.” Numa carta já divulgada no site da IECLB, em resposta a uma manifestação recebida, tentei expor, com mais detalhes, que a fé não é condição prévia para o batismo, mas é ela que recebe existencialmente a graça de Deus. Lutero distingue claramente entre a *eficácia*, que provém da graça de Deus, e o *proveito*, que se dá através da fé. A graça de Deus é sempre eficaz, embora a pessoa batizada possa permanecer sem proveito dela, se não houver a fé. Essa distinção de Lutero faz com que sempre possamos e devamos nos perguntar pela reta administração do sacramento, mas jamais nos tornamos juizes da fé alheia. Lutero é enfático em dizer que nós sempre temos apenas elementos exteriores para julgar, mas Deus, e apenas ele, conhece os corações (Lc 16.15). Mais: Lutero está convencido de que onde há Palavra e Sacramentos, aí também há fé, mesmo que oculta ou imperceptível exteriormente.

Se essa distinção estivesse clara na posição do MC, este não poderia ter passado para as considerações da parte 3 (“perguntas abertas”) da maneira que fez. Aliás, a discrepância dessa parte, que lida com a situação da IECLB e os desafios da missão, com as anteriores, que abordaram o Novo Testamento e Lutero, é tamanha que se torna inevitável a impressão de que são oriundas de penas diferentes. Seja como for, são aí tiradas conclusões que Lutero jamais tirou e que de forma alguma se depreendem da Escritura.

Teria sido compreensível e um legítimo debate teológico, se o MC tivesse concluído que na situação missionária (de mercado religioso competitivo e sincrético, de um lado, e secularismo, de outro) se devesse recomendar o chamado “batismo de adultos”, como prevenção do risco da compreensão mágica do batismo e sua prática indiscriminada. Na reunião de diálogo em 26 de novembro ficou claro que a IECLB aceita tanto o batismo de infantes quanto o de adultos. De resto, isso está expresso com clareza em *Nossa Fé – Nossa Vida*. O que a IECLB não concorda, por que fere o testemu-

nho bíblico acerca da graça de Deus, é o rebatismo. O MC, porém, quer ir mais longe do que a IECLB, conforme a Carta Aberta revela: “a refutação ou rejeição da prática de batismo de lactentes pela falta de amparo bíblico e confessional”. O MC argumenta que para pessoas que chegaram à fé “não basta invocar os ritos a eles administrados no passado, uma vez que por eles foram negados, nada mais lhes significando. É *necessário administrar-lhes o Batismo Cristão retamente* como sinal do ‘morrer para o velho homem e o renascer em Cristo para novidade de vida’ (Rm 6).” (Destaque meu.) Esta é não apenas uma forma contundente de o MC afirmar a *necessidade do rebatismo*. É também impossível negar de forma mais clara a interpretação de Lutero quanto ao “afogar diário do velho homem em nós”, tão claramente evocado na seção anterior, mas aqui abandonado. Pois são duas coisas diametralmente opostas: ou afogamos diariamente o velho Adão em nós, retornando sempre de novo ao batismo uma vez efetuado, e assim ao “somente pela graça”, ou devemos administrar o batismo cristão de novo a cada arrependimento pela negação da fé, ocorrida pelo pecado. Já não seria “somente pela graça”, mas pela graça *E* meu arrependimento, seria parcialmente pela graça e parcialmente pela fé. (Na carta a quem perguntou se a fé não deveria ser considerada condição para o batismo, tentei expor mais detidamente a relação entre o “somente pela graça” e o “somente pela fé”.)

A Carta Aberta revela que o MC ministra o batismo “a adultos que não foram batizados *ou que têm profundos questionamentos sobre o seu reto batismo* e que lhe geram conflitos de alma e consciência, de modo a não privá-los do consolo que Deus promete pelo sinal visível!” (Destaque meu, exclamação do texto.) Infelizmente, essa colocação desconsidera de vez a ação de Deus no batismo, pois pressupõe que “os profundos questionamentos” pessoais, subjetivos, quanto ao batismo recebido, invalidam a promessa de Deus no batismo já efetuado, desejando buscar o consolo de Deus através de um novo sinal visível do batismo. E se sobrevierem para a pessoa assim rebatizada novos “questionamentos profundos” quanto ao batismo, ela seria batizada uma terceira vez, para obter novo consolo divino? Ora, o único consolo verdadeiro em nossos questionamentos, profundos ou superficiais, consiste em recordarmo-nos e sermos instruídos quanto à fidelidade de Deus. Sua promessa no

batismo já efetuado continua válida, e, graças a Deus, posso retornar a ela, em fé, em confiança quando de minhas dúvidas, minhas quedas, meus questionamentos. O novo batismo ofereceria um consolo apenas aparente, mas ilusório, pois em verdade confia na “minha fé”, não na promessa de Deus.

Essas são as observações fundamentais. Passemos ainda a algumas objeções ou questões específicas:

1. Pergunta: A Igreja Católica não batiza, além de no nome do Trino Deus, também no nome de Maria ou de algum santo?

A posição da Igreja Católica é claríssima no tocante ao batismo: ele é efetuado com água e no nome da Trindade. É uma concepção totalmente igual ao batismo efetuado na IECLB. Invocações a Maria e a santos, em conexão com o batismo, com o que a teologia luterana não concorda, não desfazem a validade do batismo retamente efetuado, assim como uma oração ou alocação eventualmente errada do ponto de vista doutrinário de parte do obreiro ou da obreira não invalidam o batismo retamente efetuado na IECLB. (Esse assunto já tentei abordar, com bastantes detalhes, numa carta, igualmente publicada no site da IECLB, em resposta a uma consulta de parte de várias comunidades e paróquias.)

2. Pergunta: Não há casos em que o padre ou até mesmo o bispo tenham exigido novo batismo da parte evangélico-luterana como condição para realizar o casamento religioso?

Infelizmente, tem havido casos assim, no passado bem mais do que hoje. É, porém, importante saber que eles afrontam diretamente a orientação oficial da própria Igreja Católica (cf., mais uma vez, a carta mencionada no ponto anterior). Qualquer caso desses que ainda venha a ocorrer deve ser trazido ao conhecimento do respectivo pastor sinodal e, mesmo, da Presidência, para ser levado às autoridades da Igreja Católica. De resto, no entanto, mesmo que fosse uma prática costumeira e oficial da Igreja Católica, ou de outra igreja cristã, isso não seria razão para cometermos o mesmo erro.

3. Pergunta: Lutero teria, ele próprio, defendido que não se devesse batizar crianças?

Um e-mail que circulou pela internet, oriundo de um integrante do MC, cita Lutero, como tendo defendido numa prédica sobre Mt 8 o seguinte: “Como nós não podemos comprovar que crianças possam ter sua fé própria (uma vez que o batismo é uma conse-

qüência da morte do velho homem, e do novo viver com Cristo), meu conselho é que mantenhamos distância dessa prática o quanto antes melhor, para que a soberana majestade de Deus não seja observada com leviandade, caracterizando assim um deboche ou blasfêmia contra Deus.” A fonte em Lutero não estava indicada, mas foi possível localizar a prédica referida na extensa obra de Lutero (WA 17 II, 78-88). O texto citado está arrancado de seu contexto e é totalmente distorcido. (Como é bom e essencial para a Igreja ter-se boas bibliotecas!) Podemos até discutir a argumentação de Lutero, mas a prédica é, em verdade, uma veemente e extensa defesa do batismo infantil retamente entendido. Segundo Lutero, a fé não é um ato da razão, mas obra de Deus que ele pode efetuar também, e especialmente, nos pequeninos, e isso através de outras pessoas, no caso pai e mãe, padrinhos e madrinhas, a comunidade (assim como o criado paralítico foi curado por Jesus, mediante a fé do centurião, Mateus 8.13). O próprio Jesus disse que ninguém deveria impedir as crianças de chegarem a ele, porque delas “é o reino de Deus” (Mc 10.14 e paralelos). O reino de Deus só pode ser recebido por graça, mediante a fé, porque, se não fosse assim, alguns receberiam o reino de Deus mediante a fé e outros (as crianças) sem a fé. Isso invalidaria o “somente pela fé”.

Mas, e aquela frase citada de Lutero não está lá? O que ocorre é que antes de desenvolver sua compreensão do batismo de crianças, Lutero rebateu duas concepções para ele falsas. A primeira é a compreensão mágica, desvinculada da fé, que havia no catolicismo de então. A segunda, segundo ele, é a compreensão do movimento valdense, parcialmente correta quando afirma que o batismo deveria vir acompanhado de fé, mas equivocada quando supunham que crianças não podiam ter fé e, mesmo assim, seguiam batizando crianças. Aí Lutero argumenta: “*Se não podemos dar uma resposta melhor a essa questão e comprovar que crianças possam ter uma fé própria ..., então meu conselho é que ...*” Ou seja, a citação de Lutero no e-mail que circulou pela internet omitiu a condição de “se não podemos dar um resposta melhor a essa questão”. Mas Lutero tinha outra resposta, que ele julgava a correta, e a prédica segue explanando extensamente essa concepção, defendendo o batismo de crianças. Totalmente descabido e pura invenção, portanto, dizer, como consta naquele e-mail, que “o próprio

Lutero no início da Reforma, antes de ser pressionado a voltar atrás, tinha essa visão” de que não se devessem batizar as crianças. Aliás, a prédica sequer é do início da Reforma, mas de 1525.

De outra parte, o possível conselho de Lutero, mencionado na Carta Aberta do MC, no sentido de um rebatismo para uma criança que, nascida prematura, tivesse sido batizada emergencialmente pela própria mãe, atesta a sensibilidade que Lutero podia ter em situações limítrofes. Mas não pode ser transformada em regra e claramente não o foi pelo próprio Lutero.

4. Pergunta: Mas, não teria o “professor de teologia sistemática, Dr. Walter Altmann” (como a Carta Aberta, com desnecessária ironia, salienta), defendido o mesmo, conforme extensa citação apresentada na Carta Aberta?

De fato, no texto citado, faço veemente crítica da prática do batismo infantil indiscriminado. No entanto, se o autor do e-mail acima citado ainda está excusado porque provavelmente não tinha acesso ao original de Lutero e se louvou em outro autor que distorceu Lutero, meu livro está perfeitamente disponível e foi citado diretamente pelos autores da Carta Aberta. Ora, já que resolveram citar-me extensamente, por que omitiram as linhas imediatamente anteriores? Elas dizem: “Na premissa teológica de que o batismo é, antes de tudo, manifestação da graça de Deus, *a repetição do batismo evidentemente é um abuso* que coloca em xeque essa preponderância da graça na promessa. Na prática anabatista o batismo converte-se claramente em obra humana, ainda que se constitua na primeira obra de fidelidade de quem tenha chegado por graça à fé. A dimensão fundamental da promessa gratuita é negada.” (Lutero e Libertação, p. 151, ênfase dada aqui.)

Por que o MC omitiu essa posição? Reproduzir adequadamente a posição de quem se cita é não apenas um pré-requisito de toda boa pesquisa, como também uma atitude de indispensável correção ética. É muito grave distorcer deliberadamente a posição alheia. Fiz, portanto, em meu livro, a crítica do batismo indiscriminado de lactentes, razão pela qual os documentos da IECLB também animam à cuidadosa instrução batismal. Mas rechacei claramente qualquer rebatismo, sugerindo, ao invés da imposição do batismo de adultos, que pais/mães pudessem optar por deixar o batismo de seus filhos/as para quando eles/elas mesmos/as assim optassem.

Também “no exercício da presidência da IECLB” (outra vez a ironia gratuita!), sou de opinião de que o batismo infantil não deve ser uma prática indiscriminada, que a igreja deve se empenhar séria e intensamente na instrução do significado do batismo e da importância da fé na vida pessoal, familiar e comunitária, que reconheçamos como legítima a opção de pais/mães de não levar ao batismo seus filhos/as, mas que respeitemos a decisão das demais pessoas de levar ao batismo seus filhos/as. Devemos sempre, no tocante ao batismo, falar às consciências das pessoas, realçando o significado e a seriedade do batismo, mas devemos resistir à terrível tentação de nos estabelecer como juizes sobre a fé alheia, papel que compete apenas a Deus, que conhece os corações. Assim, portanto, devemos sempre respeitar integralmente o batismo retamente efetuado, em qualquer idade ou circunstância em que tiver ocorrido.

5. Pergunta: Por que dar tanta importância ao batismo, já que há muitos outros assuntos até mais importantes?

A Carta Aberta começa dizendo que o MC gostaria de tratar dos seguintes assuntos, salientando que deveria ser “nesta ordem”: Batismo no Espírito Santo, Dons Espirituais, Batalha Espiritual, Batismo, (Macro)Ecumenismo e Formação de Comunidades Alternativas”. Várias manifestações avulsas, oriundas de integrantes do MC, criticam a Igreja por dar tanta importância à questão do batismo, quando haveria outros assuntos mais importantes. (Um e-mail até questiona com que direito a IECLB estaria insistindo em dialogar sobre o batismo, quando o MC estaria propondo outros temas como prioritários!) Ora, sem desmerecer a importância de se dialogar sobre os assuntos mencionados pelo MC e muitos outros mais que poderíamos acrescentar, não se precisa ser grande conhecedor de religião e teologia, para perceber que a agenda mencionada na Carta Aberta, particularmente os primeiros tópicos (portanto, os mais importantes ou mais prementes para o MC) não provêm propriamente de uma tradição de confessionalidade luterana, mas sim do mundo pentecostal e neopentecostal.

Será que o MC não poderia, ao menos, concordar que Palavra e Sacramentos constituem o núcleo do evangelho, no qual é fundamental que haja consenso? (Cf. CA VII) Podemos, realmente, deixar a questão do batismo para segundo plano? É inquietante a quantidade de e-mails que depreciam o batismo. De onde provém a

teologia que essas manifestações refletem? No entanto, visto de outro ângulo, observa-se uma escancarada contradição na argumentação do MC. Se a questão do batismo fosse para ele realmente algo tão secundário, jamais teriam introduzido tão drástica alteração na sua prática, nem lhe seria agora tão difícil voltar atrás na decisão unilateral tomada de introduzir uma nova prática na vida de nossas comunidades.

6. Pergunta: Não há outros assuntos, tanto ou mais importantes do que o batismo, em particular na área da ética e em relação ao macroecumenismo, que estão sendo tratados com “venialidade” e aos quais a Igreja não dá a mesma atenção?

Nunca dissemos que a Igreja não tenha também outros problemas, além do batismo, e também em outros setores que não o MC. Ao contrário do que muitas vezes se presume, a IECLB tem se empenhado de variadas formas em muitas questões, em diversos casos inclusive em sigilo, pela natureza dos assuntos. Algumas das questões levantadas são problemas reais. Outras são assuntos complexos diante dos quais a Igreja ainda deve desenvolver mais claramente sua posição. Ainda outras comportam legitimamente uma diversidade de posições. Na questão em pauta com o MC há, porém, duas facetas próprias. Uma é a de que os sacramentos, por definição, estão no centro da confessionalidade, sendo portanto de suma prioridade. A outra é de que não se trata simplesmente de comportamento ou práticas tomados de maneira individual por uma ou outra pessoa, mas da postura de um grupo ou movimento que se caracteriza por uma doutrina e prática divergente da base confessional luterana.

O MC menciona, por exemplo, a existência de casos de adultério. Obviamente, o adultério é uma infração do sexto mandamento. Ainda assim, uma coisa são casos individuais de adultério. Bem outra coisa seria se se formasse um movimento na IECLB introduzindo programaticamente o adultério e defendendo sua legitimidade bíblica. Num caso seriam pecados pessoais, no outro teríamos a ameaça real à confessionalidade da Igreja. E esta haverá de lidar com ambas as situações de maneira diferenciada.

7. Pergunta: A IECLB tem recebido como membros e, inclusive, como pastores, pessoas vindas de outras igrejas nas quais fo-

ram rebatizadas. Como pôde recebê-los? Ou, então, como irá excluí-los da igreja agora?

Ora, esta pergunta contém argumento falacioso. A IECLB, ao receber como membros pessoas oriundas de outras igrejas, não está adotando a doutrina e a prática dessas outras igrejas, mas, ao contrário, são as pessoas que ao optarem pela IECLB também optam por sua confessionalidade. No caso de uma pessoa ter sido batizada mais de uma vez, a IECLB obviamente não reconhece o último batismo efetuado, mas o primeiro retamente efetuado. E quem, vindo de outra igreja, é aceito como obreiro/a da IECLB, já aceitou a confessionalidade desta e assume compromisso com ela, assim como o fazem todos/as os/as demais obreiros/as. Ademais, quando o Documento da Unidade afirma que “a prática do rebatismo ... equivale à auto-exclusão da base confessional da IECLB”, isso não significa que todas as pessoas venham a ser simplesmente expulsas da IECLB. Há para com todas elas uma tarefa pastoral e catequética, no sentido de ser sensível às situações que originaram o “rebatismo” e no sentido de instruí-las na doutrina evangélica de confissão luterana. Nesse sentido, é exemplar, a carta do Pastor Oziel Campos de Oliveira a uma pessoa que pretendia ser rebatizada, carta publicada no site da IECLB. Também junto a obreiros/as que tenham adotado a prática do rebatismo, a postura será em primeiro lugar pastoral e catequética. No entanto, pelo compromisso de integridade confessional que todo/a obreiro/a assume em sua ordenação, a divergência doutrinária nas questões centrais da fé não poderá ser aceita como “normal”, mas, ao contrário, deverá ser superada ou deverá ocorrer o afastamento da função ministerial na IECLB.

8. Pergunta: O MC não representa um retorno à prática da Igreja Primitiva e ao testemunho bíblico, enquanto que a IECLB estaria “apenas” interessada em aplicar regulamentos, apoiada em sua tradição?

Várias manifestações de integrantes do MC são veementes nessa acusação. Outra lembra que, segundo Lutero, concílios podem errar, e acrescenta que também podem ser “manipulados”. Devemos, obviamente, respeitar as convicções que dão sustentação a esse tipo de posicionamento, mas, ao mesmo tempo, rechaçar, com igual veemência, as insinuações de que a IECLB estaria sen-

do arbitrária e prepotente. Já no início do mandato desta Presidência e ao longo desses dois anos temos recebido informações acerca da prática de rebatismo, inclusive de rebatimentos aos quais obreiros/as da IECLB se submeteram. Devemos depreender que também eles tiveram “profundos questionamentos” quanto ao seu batismo anteriormente recebido? Ainda assim, temos procurado o caminho do diálogo, mas queremos superar o problema criado por essas atitudes e concepções. A inquietação das comunidades tem sido grande, e a exigência de que a Igreja faça valer sua confessionalidade também.

Nesse contexto, a adoção do Documento da Unidade, pelo Concílio da Igreja, foi um processo absolutamente transparente. Todos/as os/as delegados/as estavam bem conscientes do que estavam votando. O documento representa a sua vontade, e sua observância é um compromisso da Direção da Igreja. Nesse contexto, repudiamos também a alegação da Carta Aberta de que o arrazoado do MC “Diálogo sobre Assuntos Comunitários” (de junho de 2004), fruto de uma solicitação da Presidência, tenha sido usado de “forma desleal” pela IECLB e sua Direção. Quando o posicionamento foi solicitado, foi dito expressamente que ele seria apresentado ao Conselho da Igreja, no contexto do informe sobre o Fórum Nacional acerca da Unidade, de maio passado. Contudo, embora o documento não tivesse sido de molde a tranquilizar o Conselho da Igreja, este agiu com prudência e o tomou a sério para o diálogo. Solicitou, então, da Presidência obter pareceres sobre o documento recebido, e essa solicitação foi efetuada decididamente no intuito de obter uma apreciação de outras pessoas sobre as propostas e observações recebidas.

Como resultado das deliberações, por exemplo, a Presidência e o Conselho da Igreja indicaram, tanto oralmente quanto por escrito, que estão dispostos e decididos a que a IECLB venha a adotar uma prática litúrgica de “afirmação dos votos batismais”, seguindo, em tese, uma proposta contida no próprio documento “Diálogo sobre Assuntos Comunitários”. Por que o MC já não fala mais disso? Por que prefere dizer que foi tratado deslealmente? Ou o decisivo para o MC era, em realidade, o complemento “com a repetição do rito com água”, não a reafirmação do batismo, poden-

do abandonar sua própria proposta quando a IECLB a assume para um estudo sério e implantação?

Muitas outras questões têm surgido nas manifestações em torno desse assunto. Assim, o tema não se esgota aqui. É de todo oportuno que a IECLB, em suas comunidades, se devota intensamente ao estudo do batismo. *Nossa Fé – Nossa Vida* é um bom instrumento para tal. Os Catecismos Maior e Menor de Lutero são ainda mais relevantes. Este estudo poderá ser um fruto positivo da controvérsia interna. Igualmente importante será que os obreiros e as obreiras abordem com mais freqüência e mais profundidade o tema do batismo em suas prédicas.

Por fim, salientemos que este é um posicionamento em relação à Carta Aberta do MC e outras manifestações de integrantes do MC, mas não um tratado acerca do batismo. De forma bastante breve a posição da IECLB está contida na carta entregue ao Movimento Carismático em 14 de dezembro passado e publicada no site da IECLB. Ali está resumida a posição da IECLB e a direção na qual entende que o diálogo com o MC pode ter resultados positivos.

Walter Altmann
Pastor Presidente



Resposta do Movimento Carismático à IECLB (nº 93383/05)

Ao
Conselho de Igreja da IECLB
Rua Senhor dos Passos, 202
Porto Alegre – RS

12 de Março de 2005

Prezados Irmãos,

Gostaríamos de saudá-los com as palavras de Paulo em Romanos 15.5-6:

“O Deus que concede perseverança e ânimo lhes dê um espírito de unidade, segundo Cristo Jesus, para que com um só coração e uma só boca vocês glorifiquem ao Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo”.

Prezados irmãos, é nosso sincero desejo que encontremos caminhos de consenso em torno das questões que envolvem a teologia e prática do batismo cristão no âmbito de nossa igreja. É com este espírito que queremos reagir à última correspondência do Pastor Presidente endereçada ao Movimento Carismático, IECLB 93383/05.

Primeiramente, alegamo-nos no fato de obtermos consenso suficiente para a continuidade do diálogo no que tange à fundamentação bíblica como também quanto à compreensão da posição de Lutero em torno do tema do batismo. Por outro lado, lamentamos que algumas frases em nosso texto tenham sido interpretadas pelo Pastor Presidente como “desnecessária ironia”. Perdoem-nos tal incorreção! Não era nossa intenção.

Temos, entretanto algumas dúvidas de interpretação do documento elaborado pelo Pastor Presidente, especialmente na terceira parte da sua carta quando se reporta a nossa prática pastoral. Quanto a isto temos a dizer o seguinte:

1. A carta afirma haver uma contradição evidente entre os itens 1 e 2 de nosso posicionamento em relação ao terceiro. Sugere até que tal contradição se deva ao fato de terem saído de penas diferentes. As assinaturas no final de nossa carta evidenciam essa diversidade na formulação do texto final. Além do mais recebemos diversas manifestações de obreiros e líderes na IECLB que nos proporcionaram enriquecer a argumentação. Dito isto, reafirmamos não haver contradição em nosso posicionamento. Antes, há diferente interpretação do que vem a ser uma reta administração do batismo. Sua argumentação insiste em afirmar que um reto batismo se constitui basicamente na realização do rito onde esteja presente a água e a invocação do trino Deus. Entretanto, segundo Lutero, a validade de um batismo está na necessidade de a Palavra estar ligada à água. A reta administração do batismo depende da palavra proclamada sobre a água, e não simplesmente pelo fato de ter sido realizado em nome da Trindade. Assim, batismo válido, em Lutero, é aquele que inclui claramente, a proclamação da Palavra da Promessa, a água e a invocação do Deus Triúno. Não é suficien-

te, para a validade do batismo, apenas a invocação da Trindade ao realizá-lo. Ainda que tal batismo tenha sido oficiado durante um culto ou missa e ali tenha sido, certamente, proclamada a Palavra de Deus na pregação (ainda que o pregador venha a cometer um tropeço na alocução, como afirma sua carta), esta não é suficiente para validar um batismo. Se assim fosse, também não seria necessária a invocação da Trindade no ato batismal, uma vez que tal invocação, com certeza, foi proclamada no início da celebração do culto ou missa. Segundo Lutero, sem a Palavra audível da promessa, o rito batismal não é batismo. Não passa, segundo ele, de batismo de banheiro. *“Admoesto, por isso, mais uma vez que de modo nenhum se permita sejam essas duas, a palavra e a água, dissociadas e separadas. Pois se lhe apartamos a palavra, a água não é coisa diversa da com que a empregada cozinha, e aí se lhe pode com razão chamar batismo de banheiro”* (Livro de Concórdia, p. 477,22). Palavra e rito batismal não são, portanto, equiparáveis. O segundo é dependente da primeira.

2. É importante ressaltar que Lutero faz uma distinção pedagógica entre o batismo ritual e o batismo espiritual. O batismo ritual, quando o corpo é mergulhado em água, é a expressão visível do batismo real ou espiritual, quando a alma é mergulhada em Cristo, na sua morte e ressurreição, através do Espírito Santo. Embora semelhantes, são distintos em sua finalidade. Um anuncia a ressurreição do corpo, o outro, da alma. Segundo Lutero, o corpo capta a água, a alma capta a palavra. Diz ele no Catecismo Maior: *“Pois é em vista disso que no batismo se fazem ambas essas coisas: que o corpo, o qual não pode captar outra coisa além da água, é asperso, e que, ademais, se pronuncia a palavra, a fim de que a alma também o possa captar”* (Livro de Concórdia, p. 480,45). Ora, se a fé provém da palavra anunciada, logo, Lutero faz uma distinção entre o que acontece visivelmente e espiritualmente. Para ele, não é o corpo que acolhe a palavra, mas a alma; assim, deduz-se que o batismo ritual não pode salvar, mas a fé que acolhe a graça anunciada. Diz ainda Lutero: *“No entanto, os nossos sinais ou sacramentos e os dos pais têm anexa a palavra da promessa que exige fé e não pode ser cumprida por nenhuma outra obra. São sinais ou sacramentos da justificação porque são sacramentos da fé justificante e não da obra. Por isso toda a sua eficácia é a própria fé e não a*

operação (...) Assim a circuncisão não justificou a Abraão e sua semente. Mesmo assim o apóstolo a chama de selo da justiça da fé, porque a fé na promessa, com a qual estava unida a circuncisão, justificava e realizava o que a circuncisão significava. A fé foi a circuncisão do prepúcio do coração no Espírito, a qual a circuncisão da carne figurava. (...) Desse modo, o batismo não justifica a ninguém, nem é útil a pessoa alguma, mas a fé na palavra da promessa, à qual se agrega o batismo, essa sim, justifica e cumpre o que o batismo significa, pois a fé é a submersão do velho ser humano e a emersão do novo ser humano". (Obras Seleccionadas, vol. 2, pp. 381-382). Diz ainda Lutero: O batismo "opera a remissão dos pecados, livra da morte e do diabo, e dá a salvação eterna a quantos crêem, conforme rezam as palavras e promessas de Deus" (Catecismo Menor, In: Livro de Concórdia, p. 375-6)

3. O batismo ritual e o batismo espiritual ou real, embora semelhantes em seus significados de redenção e salvação, temporalmente não constituem um único acontecimento, ou seja, como acontecimentos da vida cristã não são, necessariamente, simultâneos. (At. 2.37-38; 8.14-17; 10.44-48; 11.15-17)

4. Se o batismo ritual não pode salvar, conclui-se que aquele que chega a crer em Cristo pode ser salvo sem ele. Afirma Lutero: "Assim diz Cristo: 'Quem crer e for batizado será salvo, quem, porém, não crer será condenado' [Mc. 16.16]. Com isso demonstra que, no sacramento, a fé é tão necessária que pode salvar também sem ele; por isso não quis acrescentar: 'Quem não crer e não for batizado'" (Obras Seleccionadas, vol. 2, pp. 382-383).

5. Não está dito: "Quem crer que foi batizado será salvo", mas sim, "Quem crer e for batizado será salvo". Crer e ser batizado, então, são duas realidades distintas. A segunda pressupõe a primeira. As bênçãos prometidas por Deus não são operadas no crente por motivo da realização do rito do batismo propriamente. Entendemos o batismo, assim, como um testemunho público de Deus (1 Jo 5.8), mediante o seu amor, de que estas bênçãos, de fato, estão garantidas aos seus filhos porque foram prometidas por um Deus que não mente. Assim, o batismo aponta para a obra de Deus no crente que as experimenta mediante fé.

6. Em sua carta o Pastor Presidente afirma que a prática batismal católica é idêntica à luterana. Não estaria aí sendo aberta

uma rachadura na eclesiologia (compreensão de igreja) luterana? Lutero se afastou veementemente da concepção católica de igreja. Ora, as eclesiologias de ambas as igrejas não são dependentes das respectivas concepções batismais, ou vice-versa? Se é apenas pela fé que alguém recebe a salvação (o que não é o caso da igreja católica), como afirmar que ambas concepções de batismo são idênticas? O recente episódio em Salvador/BA, a nosso ver, confirmou que há percepções ingênuas de identidade ecumênica, quando ali um grupo de pastores representando igrejas evangélicas, entre eles um da IECLB, foram impedidos de participar da Santa Ceia durante uma missa, por a igreja católica não praticar a hospitalidade eucarística em relação às evangélicas. E isto vem a público justamente neste momento em que se realiza a campanha da fraternidade ecumênica. A razão do gesto do cardeal não reside apenas na compreensão diversa da Ceia, mas sim na diferença das eclesiologias. Sendo assim, devemos perguntar se Lutero estava equivocado na sua concepção eclesiológica? Certamente que não. É daí que depreendemos ser inadmissível pensar que tenha havido um reto batismo em meio a invocações a nossa senhora ou outros santos no âmbito do catolicismo. Nós, evangélicos de confissão luterana, não podemos silenciar quando a singularidade de Jesus é roubada de maneira tão sutil. Um dos pilares da Reforma foi e continua sendo o *solus Christus* (somente Cristo). Como é possível falar de batismo retamente efetuado quando Cristo é um entre diversos outros nomes invocados no contexto do catolicismo romano, principalmente se lembrarmos que nossa senhora é apregoada inclusive pelo atual papa, no site da CNBB, como co-redentora e medianeira da salvação? Este quadro fica ainda mais complexo quando nossa avaliação inclui em seu horizonte os praticantes da Umbanda, para quem Maria é o nome (católico) da divindade Iemanjá.

7. Na sua carta o Pastor Presidente retrata equivocadamente o que queríamos referir com respeito ao consolo divino em face de um 'novo' batismo. Sinalizávamos ali a ruptura existente entre o velho homem e o novo homem segundo Deus. O sinal de ruptura dado por Jesus para este fim espiritual é o batismo. Mediante confissão de fé do batizando, realizamos então o batismo. Nunca praticamos rebatismos com quem quer que seja, mesmo diante de "futuras dúvidas, quedas ou questionamentos" daquele que foi

retamente batizado. Sempre atendemos a tais necessidades espirituais dos crentes através do aconselhamento pastoral e da oração.

8. Com respeito à longa citação que fizemos de um escrito sobre o batismo no livro do Pastor Presidente, *Lutero e Libertação*, não a fizemos tendo em vista a discussão em torno do rebatismo. Conhecemos claramente sua posição quanto a isto. Procurávamos ali uma abertura para que a IECLB pudesse rever suas práticas batismais de maneira mais contundente e efetiva, diante daquilo que seu artigo chama de “*profunda perversão*” em torno da prática do batismo de lactentes. Uma tal perversão não deveria ser tratada como é recomendada em sua carta. De fato, reafirmamos que suas posições expressas naquele artigo não correspondem àquilo que é proposto em sua resposta ao nosso posicionamento. É bom lembrar que um número cada vez maior de obreiros e membros da IECLB já não batiza seus filhos lactentes, inclusive líderes destacados de nossa Igreja. Não seria, ainda, a grande quantidade de “e-mails que depreciam o batismo” um sinal evidente de insatisfação na maneira como o batismo vem sendo entendido e praticado em nossas comunidades? Vemos assim que esta prática perversa na qual o batismo de lactentes está envolto precisa ser discutida mais amplamente. Cremos na necessidade de um fórum nacional em torno deste tema em que outros interlocutores pudessem manifestar-se publicamente a seu respeito. Ainda que não sejamos juizes sobre a fé alheia é urgente que sejamos mais criteriosos em nossa prática batismal. Recomendar que as comunidades luteranas “se devotem intensamente ao estudo do batismo” nos parece insuficiente diante da desorientação gerada por tamanha perversão. Além disso, antes de recomendarmos o caderno *Nossa Fé – Nossa Vida* como instrumento de estudo, deveríamos nos ater primeiramente ao aprofundamento deste tema, a partir das Sagradas Escrituras, que são o fundamento primeiro e único de nossa fé.

9. No que concerne ao pedido que fizemos de que a direção da nossa igreja adotasse um ato litúrgico de reafirmação dos votos batismais (especialmente voltado para crentes de berço luterano) e, ainda, a possibilidade da realização de um batismo de condição em face de uma dúvida anterior quanto à reta administração deste (voltado para aqueles vindos de um ambiente sincrético, idólatra e secularizado), permanecemos com o mesmo posicionamento. Quem

mudou esta agenda não fomos nós, mas a atual direção da igreja, ao desviar o foco da discussão das questões pastorais e poimênicas para as questões confessionais. Até aqui estávamos nos atendo à decisão tomada no diálogo com a direção da igreja acontecido em Rodeio 12 (SC) no ano de 1998, quando nos foi permitido, desde que em decisão conjunta com os presbitérios, julgar os casos onde um novo rito batismal se fazia necessário. Entretanto, no presente momento de diálogo com a atual direção da igreja, ao que parece, fomos considerados, a priori de julgamento doutrinário, como não sendo confessionalmente luteranos. Em conseqüência disso, foram-nos também negadas essas alternativas litúrgicas na forma como as expressamos no documento *Diálogo sobre assuntos comunitários*, sob a alegação de que abusaríamos delas em favor de nossas concepções batismais, tidas como suspeitas.

A carta-resposta do Pastor Presidente afirma que nossa agenda de temas é de cunho pentecostal e neopentecostal e que não provem propriamente de uma tradição de confessionalidade luterana. O que propusemos, antes de mais nada, são temas bíblicos e, como tais, deveriam ser considerados. Especialmente levando-se em conta a grande lacuna existente em nossa teologia sobre a pessoa e a obra do Espírito Santo, realidade amplamente reconhecida por todos que se ocupam com a reflexão teológica na IECLB. Já com respeito à batalha espiritual, temos descoberto que o nosso reformador muito se ocupou deste tema em seu tempo. Seus escritos bem o comprovam. Lutero sempre considerou realidade tanto satanáas como demônios e sempre os afirmou como inimigos do povo de Deus a serem resistidos. No *Catecismo Maior* em sua explicação do *Pai Nosso* Lutero deixa clara a necessidade de emprendermos uma batalha espiritual contra satanáas, especialmente nas petições segunda, terceira, sexta e última. Nesta última petição chega mesmo a afirmar: “*Por isso não temos outra coisa que fazer na terra senão rezar incessantemente contra esse inimigo principal. Pois se Deus não nos protegesse, nem por uma hora estaríamos em segurança contra o diabo*” (Catecismo Maior, In: Livro de Concórdia, p. 457-474). Parece-nos, entretanto, que o desenvolvimento histórico do luteranismo, especialmente a partir do iluminismo, foi quem retirou o ensino bíblico acerca do diabo da nossa agenda teológica, chegando até mesmo ao perigoso estágio de desconsi-

derar sua existência como indivíduo com um propósito explícito de destruir o povo escolhido de Deus. Elimine-se satanás e o fazer teológico fundamentado na Bíblia ficará carente de sentido.

Por fim, reafirmamos nosso posicionamento manifesto na Carta Aberta de 14/12/2004. Assim o fazemos, pois temos procurado seguir o exemplo de nosso Reformador quando firmou sua fé e teologia nas Sagradas Escrituras. É dessa forma que queremos contribuir para o avanço missionário da IECLB. Acreditamos que isto seja possível. Aguardamos, pedindo a Deus que ajude todos nós a sermos fieis à sua Palavra e ao compromisso com o povo do presente tempo.

Fraternalmente,

Movimento Carismático



Resolução do Conselho da Igreja

IECLB nº 95330/05

IECLB – Resolução do Conselho da Igreja no tocante ao batismo/rebatismo

O **Conselho da Igreja**, em sua reunião de 18-19/03/2005, considerando que:

- O XXIV Concílio da Igreja, realizado em outubro passado, em São Leopoldo, emitiu documento norteador intitulado “Unidade: Contexto e Identidade da IECLB”;
- há em andamento na IECLB um debate intenso quanto à concepção teológica e à prática do batismo/rebatismo e inquietação nas comunidades dele resultante;
- se sucederam encontros e correspondências entre Direção da IECLB e representantes do assim chamado Movimento Carismático, sem que até agora tenha havido uma resolução das tensões e conflitos;
- a Conferência de Pastora/es Sinodais com a Presidência, em sua reunião de 8-11 de março, encaminhou ao CI proposição no sentido de que a) “o P. Presidente prossiga na

condução teológica do processo, consoante sua responsabilidade constitucional de zelar pela unidade e integridade confessional, bem como na abertura ao diálogo e busca de entendimento teológico” e b) ”que os sínodos dêem a devida atenção ao assunto e tomem as providências cabíveis em suas atribuições de acompanhamento, avaliação e disciplina”,

Resolve:

Referendar a proposição da Conferência de Pastora/es Sinodais com as seguintes emendas e complementos:

- a) Solicitar que o Conselho de Liturgia leve seu trabalho de elaboração de proposta de rito para reafirmação dos votos batismais e celebração da fidelidade de Deus (conforme decidido pela Diretoria do CI, em sua reunião de 5/08/2004) ao término, se possível até o final de maio ou o mais tardar até o final de junho de 2005;
- b) solicitar ao Pastor Presidente que, na condução do diálogo teológico e na busca do entendimento, entre outras iniciativas ou posicionamentos que julgar adequados ou necessários, convoque uma consulta da qual participem o Grupo Assessor de Teologia e Confessionalidade, os dois ex-pastores presidentes da IECLB e um representante dos movimentos MC, ME, MEUC, CML e PPL, para emitir um parecer teológico sobre o assunto, a partir da carta da Presidência da IECLB ao MC, de 13 de dezembro de 2004, e dos subsídios em elaboração no Conselho de Liturgia;
- c) registrar com apreço que o Movimento Carismático tenha reatado contato com a Direção da IECLB, ao enviar correspondência ao Conselho da Igreja, no dia 14 de março, ampliando seu posicionamento teológico acerca do batismo, mas ao mesmo tempo lamentar que o MC ainda não tenha se posicionado em relação à carta da Presidência da IECLB de 13 de dezembro, carta esta solicitada pelo próprio Movimento Carismático na reunião com a Direção da IECLB em 26 de novembro passado;

- d) solicitar aos sínodos que procedam até o final de junho a um levantamento da incidência de prática do rebatismo nas comunidades de seu âmbito, e, inclusive, consoante o EMO, art. 28, colham informações dos obreiros e obreiras quanto à sua prática batismal e quanto a seu próprio batismo;
- e) determinar que, até que o processo de diálogo tenha resultados positivos ou instâncias competentes na IECLB tenham chegado a uma resolução final para o conflito em curso, todos obreiros e obreiras que tenham adotado prática batismal divergente da posição oficial da IECLB suspendam essa prática, por ter sido adotada sem apoio em qualquer decisão de órgão constituído da IECLB e que, portanto, se encontra em contradição com os respectivos votos de ordenação;
- f) determinar o envio da presente resolução e da carta da Presidência ao MC de 13 de dezembro passado (divulgada apenas no site da IECLB), bem como a cronologia do diálogo com o Movimento Carismático a todos/as obreiros/as, sínodos, paróquias e instituições da IECLB.

São Leopoldo, 19 de março de 2005.

Luiz Artur Eichholz
Presidente do Conselho da Igreja

Carta do Pastor 1º Vice-Presidente

IECLB nº 95519/05

Porto Alegre, 1º de abril de 2005

Para:

Movimento de Renovação Carismática

Movimento Encontro

Missão Evangélica União Cristã

Pastoral Popular Luterana

Comunhão Martim Lutero

Prezados irmãos, prezadas irmãs,

O Senhor reinará por todo o sempre (Êxodo 15.18).

Em sua última reunião, realizada nos dias 18 e 19 de março p. p., o Conselho da Igreja aprovou uma resolução no tocante ao tema batismo e rebatismo na Igreja, levando-se em conta o recente diálogo entre a Presidência da IECLB e lideranças do Movimento de Renovação Espiritual (cf. em anexo, bem como uma cronologia deste diálogo).

Uma das iniciativas propostas na resolução é a convocação, por parte da Presidência, de uma consulta com vistas a se buscar um parecer teológico sobre o tema. Prevê-se que deverão participar dessa consulta a Presidência, o Presidente da Diretoria do Conselho da Igreja, os dois ex-Pastores Presidentes, o grupo assessor de Teologia e Confessionalidade e um representante de cada pastoral/movimento da IECLB.

Essa consulta deverá acontecer nos dias 05 e 06 de maio próximos, na Casa Matriz de Diaconisas, em São Leopoldo. O início está previsto às 14h do dia 05 e o término às 17h do dia 06. Essa data é favorável do ponto de vista logístico e financeiro, pois nos dias que antecedem (de 03 a 05 de maio) haverá a reunião da Presidência com os grupos assessores, onde também estarão presentes os integrantes do grupo de Teologia e Confessionalidade.

A presente consulta tem um escopo bem delimitado, ou seja, a carta de Presidência expedida em 13 de dezembro (cf. em anexo). Com relação à mesma, pergunta-se:

a) a carta pode ser referendada como posição da IECLB e proposição ao MC?

b) em caso afirmativo, por que razões? Em caso contrário, por que razões?

c) Ainda em caso contrário: quais seriam as correções necessárias ou recomendadas?

d) Ainda em caso afirmativo, que emendas ou complementos seriam sugeridos?

Uma pasta com cópia dos documentos que envolvem o presente diálogo será enviada aos participantes. Outra pasta, com manifestações avulsas, estará à disposição na própria consulta para conferência dos participantes.

Estamos solicitando ao P. Dr. Brakemeier uma exposição inicial, de 30 minutos, sobre o tema. Na seqüência, cada movimento terá 15 minutos para apresentar sua posição sobre as questões acima apresentadas.

Na expectativa de receber a confirmação do nome de seu respectivo representante, pedimos que Deus continue nos orientando no diálogo que está em curso.

Fraternalmente, na paz de Cristo.

Homero Severo Pinto

Pastor Presidente em exercício

cc. Presidente do Conselho da Igreja, Sr. Luiz Artur Eichholz
Membros do Conselho da Igreja
P. Presidente Walter Altmann
P. 2º Vice-Presidente Rolf Schünemann
Secretário Geral, P. Nestor P. Friedrich
P. Dr. Gottfried Brakemeier
P. Huberto Kirchheim
Grupo Assessor de Teologia e Confessionalidade

Anexos:

1. Cronologia do diálogo com o Movimento Carismático

2. Resolução do Conselho da Igreja no tocante a batismo/rebatismo

3. Carta da Presidência da IECLB aos representantes do Movimento Carismático, de 13/12/2004



Consulta sobre Batismo e Rebatismo

Parecer do Grupo Assessor de Teologia e Confessionalidade

A teologia e prática do sacramento do batismo tem recebido atenção especial na última década. Neste período, especialmente a prática do rebatismo no âmbito do Movimento Carismático levou a direção da IECLB a procurar o diálogo com representantes do mesmo. Entrementes foram elaborados cerca de 20 documentos diferentes procurando esclarecer posições e apontar soluções.

A análise da documentação produzida ao longo destes 8 anos demonstrou poucos progressos no intuito de restabelecer a unidade teológico-prática em torno do batismo. Há claro dissenso entre a posição da direção da Igreja formulada dentro dos parâmetros da confessionalidade luterana e a posição do Movimento Carismático que, tendo praticado o rebatismo, procura elaborar propostas que atendam suas demandas pastorais e missionárias. Observa-se o dissenso, por exemplo, na compreensão do significado do próprio sacramento e na elaboração da relação entre graça e fé.

Entre todos os documentos emitidos, a carta do Pastor Presidente da IECLB datada de 13 de dezembro de 2004, merece especial atenção e destaque. Convém realçar os momentos centrais da carta, que começa pelo reconhecimento das dificuldades geradas por um contexto eclesial “alterado”, externo e interno à IECLB, com inequívocas incidências sobre a prática e a teologia do batismo. Tendo isto como ponto de partida, a carta considera a situação sob dois enfoques: prático-pastoral e bíblico-confessional. No tocante às questões prático-pastorais, a carta enfatiza que o zelo pastoral centra-se no “ouvir” e no “acompanhar” sem que isto, contudo, signifique acolher irrestritamente solicitações de toda ordem. O zelo pastoral manifesta-se no cuidado redobrado pela instrução ampla (criança, pais, padrinhos, comunidade) que antecede e segue o batismo de infantes

e pela atenção à crescente demanda pelo batismo de adultos a partir de contextos missionários. O último caso requer maior cuidado teológico, pastoral e litúrgico de parte da IECLB.

No aspecto bíblico-confessional, a carta chama a atenção para a adequada relação entre batismo e fé, ressaltando que a graça antecede a fé e que não há respaldo bíblico para uma oposição entre batismo de crianças e de adultos. A carta acentua que é preciso, no entanto, rejeitar qualquer conotação mágica do batismo de criança sem deixar de enfatizar que, no sacramento, a palavra deve ser acolhida na fé. O andar em “novidade de vida” significa colocar a vida de fé numa dinâmica de permanente retorno ao batismo. Retornar ao batismo implica arrependimento, perdão e renovação do compromisso com Deus, sua misericórdia e sua justiça. A carta afirma ainda que esta base bíblico-confessional encontra-se atestada nos diversos documentos normativos da IECLB.

Desta forma a IECLB reconhece o batismo das demais igrejas que “confessam a Jesus Cristo como único Senhor e Salvador”, observada sempre a presença da água e a correta referência ao Deus Trino.

A carta encerra chamando a atenção para o fato de que, não obstante toda a caminhada de diálogo, o MC adotou outra teologia e prática batismal. Nestes termos, o “batismo das águas” representa grave infração aos votos da ordenação. A carta reitera que estas práticas precisam ser revistas, suspensas e convoca a uma resposta clara de aceitação da base confessional da IECLB. O zelo pastoral, entretanto, deve ser buscado, discernindo com clareza os contextos em que cabem a “reafirmação dos votos batismais” ou o “batismo condicional”.

Considerando o seu claro e pertinente conteúdo, o Grupo Assessor de Teologia e Confessionalidade propõe que a Consulta sobre Batismo a acontecer em 05 e 06 de maio próximos, referende a carta do Pastor Presidente como posição oficial da IECLB no tocante à teologia e prática do batismo em nossa Igreja.

Grupo Assessor de Teologia e Confessionalidade
04 de maio de 2005

Carta do Pastor Presidente

IECLB nº 98014/05

Porto Alegre, 10 de maio de 2005

Aos
Sínodos da IECLB

Assunto: Levantamento de casos de rebatismo e interferências em outras paróquias ou sínodos

Estimadas irmãs e estimados irmãos:

Em sua reunião de março o Conselho da Igreja solicitou dos sínodos um levantamento dos casos de rebatismo na IECLB. Em face de novas informações preocupantes relativas à criação pelo MC de comunidades independentes, fora da IECLB, a Diretoria do CI, em sua reunião de 27 de abril, resolveu que fosse ampliado o objeto da solicitação, incluindo também casos de interferência externa não acordada por parte de obreiros/as da IECLB e lideranças comunitárias no âmbito de paróquias/comunidades ou sínodos da IECLB.

Respondendo a solicitações, os sínodos recebem em anexo, a pedido da Diretoria, como sugestão, dois possíveis roteiros exemplificativos para efetivar esse levantamento, um relacionado com a prática batismal, outro quanto aos casos de interferência no âmbito de outra comunidade/paróquia e/ou sínodo. A Diretoria do CI sugere, inclusive, a possibilidade de os sínodos colherem informações adicionais, por exemplo, no tocante ao emprego nos cultos das orientações litúrgicas e hinários da IECLB, a adoção do Catecismo Menor de Lutero no ensino confirmatório, o uso de vestes litúrgicas, a frequência e a espécie de atuação de obreiros/as fora de seu respectivo campo de trabalho. A forma de realizar o levantamento certamente dependerá das circunstâncias em cada um dos sínodos, e estes têm obviamente liberdade de como atender a solicitação do Conselho da Igreja e sua Diretoria. Assim, por exemplo, o levantamento poderá ser feito a partir de informações prestadas por integrantes do Conselho Sinodal ou presbíteros ou ainda a par-

tir de atas, cartas ou relatórios escritos. Lembramos também que, com base no artigo 28 do EMO (os/as obreiros/as “têm o dever de fornecer informações solicitadas pela IECLB”), os sínodos têm plena autoridade para solicitar a prestação de informações de parte de obreiros/as ordenados/as, o que é tanto mais importante quanto via-de-regra as irregularidades e/ou inobservâncias de regulamentos e da base confessional da IECLB se dão na prática ministerial. As informações podem ser colhidas oralmente ou por escrito, de alguns obreiros/as ou de todos/as eles/elas, em conferências de obreiros/as, por ocasião de avaliações ou outros momentos.

Ou seja, fica a critério dos sínodos se querem se ater a alguns casos específicos ou se desejam fazer um levantamento mais geral entre os/as obreiros/as, por exemplo por ocasião de conferências de obreiros/as. Cada sínodo saberá como melhor proceder. Os sínodos poderão, a seu critério, também incluir o relato de outras infrações claras e deliberadas a dispositivos dos documentos normativos da IECLB. O levantamento deverá ser objetivo, relatando sucinta, mas acuradamente, os fatos. Naturalmente, se o sínodo tiver elementos indicativos de que informações fornecidas não são verdadeiras, deverá assinalá-lo. Solicita-se o envio do levantamento completo ou de um levantamento preliminar, enfocando as situações mais claras, tão logo possível, em todo caso ainda até 10 de junho. A Diretoria do Conselho da Igreja receberá um informe em sua reunião de 15 de junho. Complementos, se houver, poderão ser enviados posteriormente. Quando disponíveis, os sínodos poderão anexar cópia de relatórios, cartas ou notícias (por exemplo, em jornais) pertinentes ao assunto.

Desejo que a paz de Cristo governe os seus corações quando do exercício dessa difícil, contudo indispensável, tarefa para a cura das fraturas espirituais e confessionais em nossa IECLB.

Fraternalmente,

Walter Altmann
Pastor Presidente

Anexos: dois roteiros exemplificativos
CC.: Membros da Diretoria do CI

Carta do Pastor Presidente

IECLB nº 100750/05

Porto Alegre, 9 de julho de 2005

Às Paróquias, Comunidades, Sínodos,
Instituições de Formação, Departamentos, Setores
Obreiros e obreiras da IECLB

Assunto: Momento atual da IECLB, em especial a relação com o Movimento Carismático

Estimadas irmãs, estimados irmãos:

A senha do Antigo Testamento para o dia de hoje reza: “Os olhos do Senhor repousam sobre os justos, e os seus ouvidos estão abertos ao seu clamor” (Salmo 34.15). Como igreja de confissão luterana, sabemos que “os justos” não são as pessoas que têm méritos próprios, mas sim aquelas pecadoras que acolheram em fé a dádiva da justificação, que Deus por sua graça nos dá. Como tais, pessoas pecadoras mas justificadas, confiamos na promessa de Deus de que ele ouve nossas orações e nos assiste em todos os momentos, também e principalmente naqueles mais difíceis.

Nas últimas semanas e meses tive a oportunidade de participar de muitos eventos, celebrações e diálogos, em vários sínodos e comunidades, com conselhos sinodais, conferências de obreiros e obreiras, instituições, setores e movimentos na IECLB. Na grande maioria dos casos pude registrar com muita alegria o quanto há de vitalidade, espírito comunitário e impulso missionário na IECLB. Ainda no último fim de semana, pude estar em São Luís do Maranhão, celebrando culto e dialogando com uma comunidade embrionária, com nítida marca do povo nordestino, numa capital em que até agora a IECLB não tinha presença. Maravilhosamente, essa comunidade nos descobriu pelo site da IECLB e espera que a acompanhem pastoral e espiritualmente.

No entanto, também temos dificuldades e problemas na IECLB. Todos o sabem – e nos foros mencionados essas questões foram igualmente tematizadas. No aspecto financeiro, tivemos o promiss-

sor Fórum Nacional Fé, Gratidão e Compromisso, animando-nos a novas iniciativas em nosso processo de auto-sustentabilidade. Mas neste ano somos particularmente atingidos nessa área. A seca ocorrida no Sul e em outras regiões em que a IECLB tem presença mais marcante, atingem a capacidade de contribuição de muitos membros e comunidades. Os recursos do exterior diminuem e, ademais, somos afetados pela forte valorização do real, em relação ao dólar e ao euro. Hoje mesmo estarei viajando à Alemanha, juntando-me ao Secretário Geral, P. Nestor Friedrich, e ao Diretor de Departamento Financeiro, Amauri Ludwig, para uma reunião em que nossos parceiros na Alemanha deverão nos comunicar acerca do montante e do ritmo dos cortes que haveremos de sofrer na ajuda externa neste e nos próximos anos.

Ainda que de nossa parte venhamos a pleitear que essa redução seja a menor possível, o faremos em gratidão pela extraordinária ajuda já recebida por muitos e muitos anos e pela ajuda que ainda haveremos de receber dos irmãos e irmãs de além-mar. Sobretudo, porém, haveremos de fazê-lo na plena consciência de que temos diante de nós o importante desafio de darmos novos passos de fé num projeto de busca de crescente auto-sustento de nossa Igreja. Conseguimos esse auto-sustento de maneira gratificante nas últimas décadas em nossa formação teológica e no suprimento de nossas comunidades e campos de trabalho com obreiros e obreiras nacionais. Estamos desenvolvendo, em maior número do que no passado, iniciativas missionárias no país e no exterior. Em relação à auto-sustentabilidade financeira, haveremos de atingi-la no futuro, quem sabe não tão distante assim. Deus não tem sido parcimonioso, mas abundante, com seus dons à IECLB e a seus membros. Haveremos de trazer ao “altar”, generosamente, nossas ofertas de fé e gratidão, participando assim mais intensamente também dessa forma na missão de Deus em nosso país.

Ainda assim, neste momento, a maior preocupação da IECLB não é de ordem financeira, mas sim de integridade confessional e de unidade da igreja. A diversidade de espiritualidade existente na IECLB é, em princípio, bela e enriquecedora para a igreja. Não são poucas pessoas que têm se sentido atraídas para a IECLB ou a apreciam particularmente porque há nela um espaço bastante amplo para desenvolver, de maneira peculiar e característica, a expe-

riência de fé, a edificação comunitária e o projeto missionário. A diversidade tem, porém, seus limites, que são ultrapassados precisamente quando de algum modo são atingidos os pilares da confessionalidade luterana e/ou se instala na vida da comunidade um espírito divisionista que é incompatível com a compreensão de igreja como corpo de Cristo, em que os diferentes membros cooperam para sua edificação.

Como é sabido, nos últimos tempos temos nos engajado num “difícil porém necessário” diálogo, como já o classifiquei anteriormente, com o assim chamado Movimento Carismático. Não preciso recuperar as etapas desse diálogo, intensificado a partir do ano passado, mesmo porque têm havido manifestações anteriores de parte da Presidência, bem como resoluções do Conselho da Igreja. A esperança de que esse diálogo pudesse conduzir a uma maior identificação do Movimento Carismático com a base confessional da IECLB, a que o próprio Movimento Carismático viesse a coibir radicalizações e a que pudéssemos em conjunto encontrar modalidades alternativas para legítimos anseios do Movimento Carismático infelizmente não se concretizou, embora os esforços de parte a parte. De forma alguma pretendo aqui distribuir responsabilidades quanto a esse fato, mas sim registrá-lo, e fazê-lo com muito pesar, pois “se um membro sofre, todos sofrem com ele” (1 Coríntios 12.26). Parece não restar dúvida de que há questões teológicas profundas a nos dividir.

Em 5 e 6 de maio passado efetuamos, atendendo resolução do Conselho da Igreja, uma consulta da Presidência com o Grupo Assessor de Teologia e Confessionalidade, os dois ex-pastores presidentes da IECLB e um representante dos movimentos [Movimento Carismático (MC), Movimento Encontro (ME), Missão Evangélica União Cristã (MEUC), Comunhão Martim Lutero (CML) e Pastoral Popular Luterana (PPL)], para emitir um parecer a partir da carta da Presidência da IECLB ao MC, datada de 13 de dezembro de 2004. Nessa consulta, em que cada um dos participantes apresentou seu posicionamento, foi reforçada a posição teológico-confessional de rejeição à prática do rebatismo, contida naquela carta oficial, recomendando-se que no tocante ao chamado “batismo condicional”, a IECLB elaborasse critérios e diretrizes para o exame de casos específicos em que possa estar em dúvida se hou-

ve previamente batismo retamente efetuado ou não. Nessas diretrizes se procuraria clarear quando (e quando não) e com qual procedimento poderá ser decidido e efetuado o chamado “batismo condicional”. Esta é uma tarefa ainda pendente. A consulta também enfatizou que não se trata de rejeitar as pessoas eventualmente rebatizadas, mas sim a prática do rebatismo e que, portanto, particular responsabilidade cabe aos/às obreiros/as da IECLB, consoante seu voto de ordenação. A consulta também recebeu um informe preliminar do andamento dos estudos no Conselho de Liturgia da IECLB acerca do batismo, estudos mais abrangentes em andamento já antes e independentemente do diálogo com o MC. Esses estudos incluem a elaboração de liturgias de rememoração (recordação) do batismo, o que também atende, nesse tocante, à resolução do Conselho da Igreja.

Na consulta também foi enfatizada ao Movimento Carismático a resolução do Conselho da Igreja de que toda prática de “batismo nas águas” de pessoas que tenham sido batizadas anteriormente, como infantes ou não, deve ser suspensa. O representante do MC, por seu turno, solicitou que nenhum de seus integrantes fosse submetido a processo disciplinar. Foi-lhe recordado que havia um procedimento sinodal em curso e que não há interferência da Direção da IECLB em processos que são de competência sinodal e levados adiante por comissões jurídico-doutrinárias independentes. Que, de outra parte, sempre há a possibilidade de se encontrarem outras soluções para os fatos que deram origem a eventuais processos disciplinares, acarretando assim, eventualmente, a suspensão desses processos.

Neste contexto, cabe uma palavra sobre a natureza e os mecanismos de processos disciplinares, segundo os regulamentos da IECLB. Há, na IECLB, vozes que aparentemente rejeitam qualquer recurso a processo disciplinar; outras, ao contrário, exigem que, em face das infrações existentes e da morosidade e das dificuldades dos mecanismos disciplinares, deveria haver algo como um “rito sumário”. Segundo o Ordenamento Jurídico-Doutrinário (OJD), aprovado pelo XXIII Concílio, realizado em Santa Maria do Jetibá, em 2002, “o conjunto de normas da IECLB sempre deve servir à manutenção ou ao restabelecimento da paz entre irmãos e irmãs”

(OJD, preâmbulo, ponto 3). Ou seja: o objetivo de regulamentos disciplinares não é, propriamente, punir infratores, mas antes, através das possíveis sanções, recuperar a pessoa que tenha infringido as normas e a doutrina da IECLB e, em qualquer hipótese, preservar a unidade da Igreja. O OJD prevê que processos disciplinares propriamente ditos sejam antecedidos pela disciplina fraterna, com o objetivo de sanar por este meio os problemas registrados, e por uma sindicância independente para apuração dos fatos. Quando é instaurado um processo disciplinar ele é conduzido por instâncias independentes, eleitas pelo Concílio da Igreja e pelas assembleias sinodais.

Entrementes, as relações da IECLB com o MC sofreram vários desdobramentos e agudizações. Dois pastores e uma pastora solicitaram recentemente seu desligamento do quadro de obreiros/as da IECLB (além do pastor Valdemar Botke, que já o fizera no ano passado): o casal Luciano Linzmeyer e Simone Thereza Schier Linzmeyer (Sidrolândia / MS), e João Daniel Gasperin da Silva (Cosmópolis / SP). Foram constituídas pelo MC várias comunidades independentes, fora das estruturas e dos procedimentos na IECLB (Cristal / RS, Caxias do Sul / RS, Dourados / MT, Guaíba / RS) e enviadas pelo MC pessoas encarregadas do atendimento pastoral a essas comunidades. O MC, questionado a respeito dessa prática, tem dito que se trata do esforço pastoral emergencial para evitar que essas pessoas se desliguem definitivamente da IECLB. Contudo, é certo que nenhuma dessas decisões foi tomada em entendimento, consulta ou comunicação prévia à IECLB. No caso de Guaíba, a IECLB recebeu um abaixo assinado de cerca de 140 membros da comunidade comunicando seu desligamento da IECLB, em protesto ao processo disciplinar em curso em âmbito do Sínodo Rio dos Sinos contra o P. Roberto Etter dos Santos por prática de rebatismo e outras infrações a regulamentos da IECLB, processo este em sua fase final. O grupo passou a reunir-se em novo local de culto. A carta menciona que nenhum membro da comunidade estaria em desacordo com as medidas tomadas. Entrementes, porém, foram reiniciados os cultos, pelo acompanhamento pastoral indicado pelo Sínodo, com a participação de significativo número de membros que se sentiam ou foram afastados no período anteri-

or. Em Cosmópolis, um expressivo número de membros também passou a realizar seus cultos num local próprio. A IECLB enviou um pastor à comunidade remanescente.

Todos esses exemplos assinalam para um processo de cisão dolorosa para a IECLB, por ela de modo algum desejada, mas como consequência de opções teológicas e pastorais tomadas no interior do MC, as quais a IECLB não pôde e não pode simplesmente acatar. De outra parte, porém, cabe registrar que essas opções teológicas e pastorais são tomadas pelo MC em consonância com suas convicções de fé. Não cabe, portanto, à IECLB qualquer sentimento de superioridade ou arrogância. Ao contrário, devem prevalecer o respeito e a reflexão.

Devemos reconhecer, como Igreja, que o Movimento Carismático não é um fenômeno restrito à IECLB nem a nosso país nem ainda a nosso continente. Não podemos sonhar com um cenário ilusório em que pudéssemos estar, como igreja, totalmente imunes às influências desse movimento. O movimento pentecostal-carismático pode ser observado hoje em todo o mundo, praticamente em todas as denominações. Ele, à sua maneira, responde, pois, a necessidades espirituais que as pessoas de nosso tempo sentem ou têm. Assim, o movimento pentecostal-carismático de nosso tempo lança desafios a igrejas históricas, como a IECLB. Somos uma igreja por demais racional? Apegamo-nos demais a aspectos culturais de nossa proveniência étnica e de nossa tradição? Qual o espaço que damos em nossos cultos e atividades às necessidades de ordem pessoal que nossos membros têm? Inspiramos o suficiente para a ação missionária? Com que intensidade estamos dispostos a apoiar com nosso tempo, nossos dons e nossos recursos financeiros a missão de Deus? Temos considerado o suficiente a ação do Espírito Santo em nossas vidas e nosso tempo? Essas e outras são questões que devem nos ocupar com seriedade de maneira continuada, em qualquer circunstância. No entanto, temos igual certeza de que a IECLB, com suas características e, sobretudo, com sua base bíblico-confessional, tem importante contribuição a dar no cenário religioso brasileiro, como expressão da missão de Deus. “Justificação por graça e fé”, “distinção entre lei e evangelho”, “liberdade cristã”, “ser cristão simultaneamente justo e pecador”, “igreja como povo de Deus, igualmente

justo e pecador”, são alguns dos conceitos teológicos peculiares que devemos proclamar, interpretar e vivenciar.

Neste ponto, desejo responder a uma questão específica, frequentemente levantada: por que a Igreja priorizou a questão do batismo/rebatismo, deixando de lado outras muitas questões importantes no diálogo com o MC? Não há dúvida que há muitos outros assuntos, mas numa Igreja de confissão luterana, Palavra e Sacramentos têm preponderância e não podem ser diluídos entre muitas outras questões, ainda que relevantes. Há um núcleo de unidade confessional, do qual não é possível abrir mão, sem trair a própria confessionalidade luterana, a partir da Escritura. Sobre isso, em particular o significado do batismo, bem como a relação entre graça e fé, já nos manifestamos em cartas anteriores e, de múltiplas formas, deverá continuar merecendo a atenção das comunidades, dos sínodos e da Igreja.

Desejo me reportar ainda à questão de como haverão de continuar as relações entre IECLB e MC. Não se trata de fazer previsões, mas observar tendências e estabelecer critérios. Faço-o em alguns tópicos:

1. Os órgãos de Direção da IECLB, em particular, a Presidência, devem continuar perseguindo as possibilidades de diálogo teológico-confessional em relação aos assuntos pertinentes, na medida em que se propiciarem espaços e interlocutores para tanto.

2. Em particular, a IECLB deverá levar a término as tarefas pendentes, de elaborar os critérios para concessão ou não do chamado “batismo condicional” e as liturgias para rememoração do batismo efetuado, como assinalado acima.

3. Os sínodos, como é natural, continuarão agindo no âmbito de suas responsabilidades constitucionais e regimentais, incluindo, neste momento, a tarefa com que foram encarregados pelo Conselho da Igreja de efetuar um “levantamento da incidência de prática do rebatismo nas comunidades”, colhendo “informações dos obreiros e obreiras quanto à sua prática batismal e quanto a seu próprio batismo”.

4. O MC, ao que tudo indica, está num processo de tomada de decisão, conforme circunstâncias particulares dos locais em que atua. Seu desdobramento para dentro e para fora da IECLB não é

ainda de todo previsível, mas devemos contar com a possibilidade de ter o Movimento Carismático ou parcelas dele estruturadas de maneira totalmente autônoma da IECLB.

5. É importante realçar mais uma vez que a IECLB rejeita, por razões confessionais, o rebatismo, mas não as pessoas rebatizadas. A prática do rebatismo equivale, como o expressou o XXIV Concílio, realizado em São Leopoldo / RS, em 2004, à “auto-exclusão da base confessional” da Igreja, mas não ao desligamento automático da Igreja enquanto membro. A IECLB deve estar disposta e preparada para lidar pastoralmente com toda pessoa que, por motivos de consciência, tenha se submetido ao rebatismo. Tal acompanhamento inclui o desafio a que passe a encarar seu batismo anterior, retamente efetuado, como o batismo plenamente válido, enquanto expressão da graça de Deus recebida em fé.

6. Em princípio, essa distinção vale também para a pessoa do/a obreiro/a que tenha optado para si pelo “batismo nas águas” e/ou o tenha ministrado a outras pessoas. Contudo, a continuidade do exercício do ministério com ordenação que lhe foi conferido pela IECLB, acompanhado dos respectivos votos de ordenação, irá depender menos da própria IECLB do que da disposição para clara revisão pessoal e pública da posição teológico-prática adotada.

Irmãs e irmãos: Não me foi fácil redigir esta carta. Mas espero que possamos todos e todas sermos confortados pela palavra do apóstolo Paulo: “Temos, porém, este tesouro [do evangelho] em vasos de barro, para que a excelência do poder seja de Deus e não de nós. Em tudo somos atribulados, porém não angustiados; perplexos, porém não desanimados; perseguidos, porém não desamparados; abatidos, porém não destruídos; levando sempre no corpo o morrer de Jesus, para que também a sua vida se manifeste em nosso corpo” (2 Coríntios 4.7-10).

Fraternalmente, na paz de Cristo

Walter Altmann
Pastor Presidente

Movimento Carismático

Resolução do Conselho da Igreja, reunião de 05-06/08/2005

O CI recebeu informação atualizada acerca do atual estágio das relações entre Movimento Carismático e IECLB, apreciou o assunto e resolveu:

1. Reafirmar o entendimento de que a IECLB é caracterizada legitimamente por uma enriquecedora variedade de teologias e espiritualidades, ancoradas sempre nos pilares confessionais da confissão luterana.

2. Registrar, com tristeza, que, particularmente devido à divergência doutrinária e prática no tocante ao batismo, estejam ocorrendo desligamentos do quadro de obreiros/as e cisões em comunidades da IECLB.

3. Buscar perseverantemente as possibilidades de diálogo e reconciliação que não comprometam a identidade luterana, exortando comunidades e obreiros/as a juntarem esforços no mesmo sentido.

4. Assegurar, através de modalidades determinadas pelos sínodos, o acompanhamento pastoral aos membros da IECLB remanescentes nas comunidades que sofrem divisão.

5. Através do Conselho de Liturgia e do encaminhamento do resultado de seus trabalhos aos sínodos e comunidades, levar a término o processo de elaboração de liturgias de recordação do batismo, prevendo-se uma resolução do Conselho da Igreja a esse efeito, em sua reunião de novembro de 2005.

6. Solicitar à Presidência e à Conferência de Pastores Sinodais a elaboração dos critérios para a concessão ou não do chamado “batismo condicional”, como recomendado pela Consulta Teológica acerca do Batismo, realizada em 5-6 de maio passado.

7. Solicitar aos sínodos: a) que ultimem o levantamento de práticas de rebatismo em seu âmbito, para apreciação na próxima reunião da Conferência de Pastora/es Sinodais com a Presidência; b) que prossigam e intensifiquem seus permanentes esforços pastorais junto a obreiros/as e comunidades; c) que, quando indispensável, encaminhem as gestões disciplinares adequadas.

8. Solicitar aos sínodos, igualmente, que obtenham junto aos Cartórios, através das paróquias ou diretamente, cópia dos regis-

tros legais dos estatutos das comunidades e paróquias da IECLB, agilizando o processo de sua atualização ou adequação aos estatutos-padrão da IECLB.



Carta do Secretário Geral
IECLB nº 113176/06
Fundo Especial de Solidariedade

Porto Alegre, 29 de março de 2006

Estimados
Representantes dos Sínodos no Conselho da Igreja
Presidentes Sinodais
Pastora Sinodal e Pastores Sinodais
Presidentes Paroquiais
Obreiros e Obreiras

Em 2005, a IECLB foi defrontada com uma difícil tarefa: (1) administrar situações de conflito envolvendo segmentos do Movimento Carismático e (2) acompanhar pastoralmente as comunidades que sofrem as conseqüências destas cisões geradas por estes grupos. Estas cisões ocorreram em comunidades de diferentes sínodos, depois de um longo processo de tensões, conflitos e diálogos. O resultado é que temos hoje feridas, sofrimentos, mágoas e algumas comunidades extremamente fragilizadas. Ainda assim, existem convicção e ânimo suficientes para, sob a graça de Deus, apoiar e fortalecer comunidades nesses contextos.

Em alguns sínodos estas situações de conflito foram e continuam sendo extremamente desgastantes. Somos gratos a Deus que, através da ação do Espírito Santo, tem fortalecido e dado sabedoria a todos e todas – Pastores Sinodais, lideranças sinodais, direção da Igreja, membros e líderes das comunidades envolvidas - que buscam resguardar a integridade confessional da IECLB, baseada na Sagrada Escritura, e pautam suas ações pela postura ética comprometida com o amor e a justiça que Deus espera de seus filhos e suas filhas. Em todo este processo sempre se buscou preservar a unidade

da IECLB. Tanto isto é verdade que ninguém, nenhum membro ou obreiro/a da IECLB, identificado com o Movimento Carismático, foi expulso ou excluído por iniciativa da direção da Igreja. Reuniões foram feitas com lideranças deste movimento. Infelizmente, estas iniciativas não tiveram resultados positivos. Por quê? Falta de vontade por parte da direção da IECLB? É claro que não!

Quando lideranças sinodais tomaram conhecimento das cisões provocadas por determinados grupos identificados com o Movimento Carismático, especialmente em alguns sínodos, não mediram esforços no sentido de apoiar os membros que não iriam acompanhar os dissidentes, mas que queriam permanecer na sua comunidade/igreja, a IECLB.

Essas cisões, contudo, comprometeram a manutenção do trabalho pastoral e a administração dessas comunidades. Em vista disso, nos perguntamos: Qual é a nossa responsabilidade enquanto corpo de Cristo com essas comunidades?

É nossa convicção que não podemos ficar indiferentes diante do enfraquecimento das comunidades. Queremos assegurar-lhes o acompanhamento pastoral. Queremos reforçar a nossa solidariedade com os membros da IECLB que, fiéis ao Senhor Jesus Cristo, permaneceram nas comunidades que sofreram com as cisões. E é neste sentido que vai nosso apelo a todos vocês.

Infelizmente a dificuldade com alguns segmentos identificados e comprometidos com o Movimento Carismático não terminou com a sua saída. Neste penoso processo, fomos surpreendidos, e ficamos perplexos, com o fato de que alguns grupos que saíram também querem se apropriar do patrimônio da comunidade/paróquia e da sua pessoa jurídica. Descobrimos, até este momento, que três estatutos de comunidades e dois estatutos de paróquias em que pessoas identificadas com o Movimento Carismático atuavam foram premeditada e previamente alterados. Em alguns casos, essas alterações foram feitas há mais anos. Os caminhos legais previstos para todas as comunidades e paróquias da IECLB não foram observados, algo elementar que se espera de obreiros/as e presbitérios comprometidos com a causa de Cristo na IECLB. Nesses estatutos foram incluídas irregularmente cláusulas que, na hipótese de “desfiliação”, permitem a apropriação da personalidade jurídica da comunidade e a totalidade do patrimônio da IECLB inde-

pendente de qualquer autorização da Secretaria Geral da nossa Igreja. O que significa isto? O “pastor carismático” e “seu grupo de simpatizantes” fazem uma Assembléia Geral e decidem “desfiliar-se” da IECLB e, ainda por cima, levam um patrimônio que, na maioria dos casos, foi construído com alegria e dedicação por toda uma comunidade ao longo de sua história, inclusive com doações de irmãos e irmãs de igrejas do exterior. Outra alteração feita unilateralmente permite, sem a necessidade de autorização de uma instância maior da IECLB, a venda de bens imóveis, contrariando frontalmente o estatuto-padrão e as orientações da Secretaria Geral.

Ora, quem age assim está imbuído de que espírito? Quem age premeditadamente desse modo, está disposto a dialogar? Mais triste ainda é que aqueles membros fiéis de nossas comunidades, que ajudaram a construir esse patrimônio, na medida em que não se submetiam à “nova forma de ser igreja” imposta pelo obreiro e pelo “seu presbitério”, se sentiram compelidos a se afastar de suas próprias comunidades, do seu lar espiritual. Não é estranho que um segmento desse movimento, que diz não ter problemas com finanças e nem com dízimo, queira apropriar-se de um patrimônio que, na maioria dos casos, não construiu? Na explicação do nono mandamento, Martin Lutero diz o seguinte:

“Devemos temer e amar a Deus e, por isso, não tentar conseguir com *esperteza* a herança ou a casa do nosso próximo nem nos apoderar delas como se tivéssemos direito a isso; mas devemos ajudar e cooperar para que possa conservá-las.”

Qual é a situação atual das comunidades em que aconteceram as cisões? Estamos num momento de reconstrução da esperança e de reafirmação de nosso compromisso e identidade confessional com a IECLB nessas comunidades. Há empenho enorme dos obreiros/as e das lideranças sinodais. Depois da saída desses grupos, pessoas começaram a voltar e a participar na comunidade/igreja da qual nunca queriam ter se afastado, a IECLB. As feridas, contudo, são profundas. Pessoas foram agredidas verbalmente, foram desrespeitadas porque não concordaram com o que lhes era imposto. Há comunidades que foram completamente desestruturadas. Por causa disto, o que temos pela frente é uma enorme tarefa de reconstrução. Algumas medidas já foram tomadas, como, por exemplo, enviar obreiros/as comprometidos/as com a confessionalidade e unidade da IECLB e a seriedade de

sua missão. Simultaneamente, há demandas judiciais que têm por objetivo resguardar os direitos das comunidades/paróquias da IECLB. Todos estes casos estão sendo acompanhados pelas assessorias jurídicas dos sínodos e da IECLB. Sínodos estão articulando formas de sanar as dificuldades financeiras, ainda que, neste momento, não conheçam o montante de recursos que necessitarão.

Diante desse quadro de dificuldades e desafios, o Conselho da Igreja decidiu aprovar a criação de um **Fundo Especial de Solidariedade**. Seu objetivo é buscar recursos para fazer frente à demanda na reconstrução dessas comunidades, tais como, ajudar na subsistência dos obreiros e obreiras, nos custos decorrentes dos processos judiciais e no trabalho de reconstrução destas comunidades. Trata-se de um fundo especial que terá seus recursos vindos de doações voluntárias e ofertas/coletas realizadas em nossas comunidades, paróquias, sínodos. Contamos também com sugestões de sínodos e paróquias de como exercitar esse gesto de solidariedade tão urgente e necessário neste momento em que vivemos. Importante é que este fundo garantirá o atendimento aos membros que permaneceram fiéis ao Senhor Jesus Cristo e à confessionalidade luterana baseada nas Sagradas Escrituras, pregada na IECLB. O fundo será uma forma de testemunharmos nossa fidelidade a Deus, que age através do seu Espírito Santo na vida de cada um dos seus filhos e filhas e da nossa inconformidade com esta situação criada por estes grupos.

Temos a convicção de que saberemos nos dar as mãos e abraçar essa causa. Nossos irmãos e irmãs das comunidades abaladas pelas turbulências acima descritas necessitam e esperam nossa comunhão profunda neste momento. Está diante de nós uma situação concreta para exercitarmos o que ouvimos e cantamos por ocasião da celebração da Ceia do Senhor: *Nós, embora muitos, somos um só corpo (1 Co 10.17)*.

Solicitamos que enviem suas doações/ofertas para os seus sínodos. Eles farão a consolidação dos valores e os repassarão mensalmente para a IECLB através do Relatório de Dízimos e Ofertas informando o título “Fundo Especial de Solidariedade”. O Fundo Especial de Solidariedade será gerenciado pela Diretoria do Conselho da Igreja.

Agradecemos pela solidariedade, compreensão e atenção tão necessárias para com as comunidades envolvidas nestes conflitos.
Fraternalmente,

P. Dr. Nestor Paulo Friedrich
Secretário Geral da IECLB

4. Anexos

4.1. Cartas

Carta do Pastor Presidente IECLB nº 77006/04

Porto Alegre, 26 de janeiro de 2004

Carta às Paróquias [Nomes]

Ass.: *Batismo e “rebatismo”*

Estimados irmãos e irmãs:

Já faz meses que recebi carta de vocês, com a consulta sobre a compreensão evangélico-luterana e sobre a prática batismal mais adequada em relação a “membros provenientes da Igreja Católica Romana que afirmam terem sido batizados em nome do Trino Deus e de Maria, algum outro ‘santo’ ou entidade do candomblé”.

Peço, em primeiro lugar, desculpas e sua compreensão pela demora na resposta, que se deve não apenas aos muitos compromissos, mas também à seriedade do assunto, que não deveria ser respondido às pressas. Em meu relatório “Caminhos da IECLB”, distribuído a todas as paróquias e obreiros/as, fiz breve menção ao assunto, externando minha preocupação de que essa questão fosse tratada não teologicamente, mas pragmaticamente, pelos possíveis resultados de uma postura ou outra, em termos de membros para a IECLB.

De fato, essa questão tem sido trazida à minha consideração de diferentes maneiras por comunidades, lideranças e obreiros/as, em alguns casos com muita preocupação pela prática, aqui e ali, de “rebatismo” na IECLB, em outros casos manifestando a opinião de que a IECLB deveria, por razões missiológicas e de acompanhamento espiritual, efetuar um batismo em situações semelhantes às que vocês mencionam.

Gostaria de agradecer muito que vocês estão buscando a orientação da Igreja, abstendo-se de adotar decisões isoladamente. Pois a questão realmente afeta o centro de nossa própria fé, conforme a compreensão evangélica de confissão luterana, que estabelece como sendo constitutiva para a integridade e unidade da Igreja a pregação pura do evangelho e a reta administração dos sacramentos (Confissão de Augsburg, artigo VII). Há, nas igrejas de confissão luterana, uma ampla diversidade em questões de organização e mesmo de espiritualidade. Nesse assunto, porém, deve prevalecer o consenso evangélico, fundamentado na Bíblia e orientado por nossas confissões.

Devemos distinguir dois lados da questão: um teológico-confessional, outro prático-pastoral. Começo pelo lado *prático-pastoral*. Todas as pessoas que, tendo chegado à fé, externam o desejo de receberem o batismo na IECLB, devem ser ouvidas, respeitadas e acompanhadas com cuidado pastoral e muito amor fraternal nesse seu desejo, mesmo quando julgamos que não devemos atender a sua solicitação na forma em que talvez o expressem. Também é legítimo e necessário que a Igreja e as comunidades se preocupem por uma prática batismal responsável. Para a vivência da fé das pessoas pode ser muito importante ter o momento e ato público na igreja, mediante oração, como promessa divina e fortalecimento no discipulado de Cristo, possivelmente também acompanhado de confissão de fé e declaração de renúncia a práticas não condizentes com a fé em Cristo.

Se se pudesse comprovar que alguém teria sido batizado em nome de Maria, de algum santo ou entidade de candomblé, além do Trino Deus, este batismo seria claramente inválido e a pessoa deveria ser considerada como ainda não batizada. Logo, ela, junto à profissão de fé, receberia o batismo, e isto não seria um rebatismo, mas seu primeiro e único batismo.

No entanto, devo dizer que, mesmo eu o tendo solicitado, nunca ninguém conseguiu me fornecer realmente uma prova de que na Igreja Católica tenha ocorrido um “batismo” assim. Tampouco é de se esperar que uma tal prova pudesse ser produzida. Pois um batismo assim praticado contrariaria frontalmente o que a Igreja Católica ensina e vigila. Se tivermos provas desse tipo (por exemplo, um certificado de batismo ou clara indicação de nomes, data, templo e modalidade de um tal batismo, confirmadas por escrito por testemunhas), nós, com provas ou testemunhos tais, poderíamos perfeitamente gestionar junto à própria Igreja Católica que tomasse medidas disciplinares contra o padre que porventura tivesse efetuado um batismo desta forma, e a própria Igreja Católica declararia sua nulidade.

Passando a questões de *fundamentação teológica*, é importante observar que a consideração pastoral com as pessoas nunca deve faltar, mas o temor de eventualmente perder membros não pode ser o aspecto decisivo nas considerações. Num assunto central da fé, temos que nos orientar por critérios evangélicos, bíblico-confessionais, não por aspectos pragmáticos que possam comprometer a integridade evangélica. Ademais, não há nenhuma comprovação prática de que uma postura honesta, que dá claramente a posição evangélica de confissão luterana, seja realmente menos atrativa do que ceder às solicitações de pessoas que ainda não tiveram a oportunidade de conhecer a fundo a posição evangélica de confissão luterana. Importante é que as lideranças e as/os obreiras/os tenham clareza e convicção na questão, e fundamental que prevaleça como critério último a integridade evangélica.

Como a questão tem a ver, em boa medida, com pessoas oriundas da Igreja Católica, é oportuno referir-se à posição católica. A CNBB publicou um *Guia Ecumênico* (Estudos da CNBB 21), de autoria do Padre Jesús Hortal, atual reitor da PUC do Rio de Janeiro e ex-integrante da Comissão Nacional Católico-Luterana (3ª ed., São Paulo : Paulus. 2003), cuja consulta é sempre muito oportuna em casos de dúvidas quanto à doutrina e prática da Igreja Católica. Em relação ao batismo, por exemplo (p. 40-50), lá consta, citando o Diretório Ecumênico oficial da Igreja Católica: “O batismo é conferido com a água e a fórmula que indica claramente o ato de batizar em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo.” (p. 41-42) Não há

nesse ponto qualquer divergência entre as posições católica e luterana.

Também é muito sábio acolher para nós a recomendação que esse guia faz aos católicos: “Se se levantarem dúvidas quanto ao próprio uso da água e da maneira de o aplicar, o respeito pelo sacramento e a deferência para com [as outras igrejas] requerem que seja feito um inquérito sério sobre a prática da respectiva comunidade, antes de qualquer juízo sobre a validade de seu batismo” (p. 43). À página 48, esse Guia Ecumênico da CNBB cita explicitamente a IECLB “e todas as igrejas que se integram na Federação Luterana Mundial” como igrejas que “batizam, sem dúvida, validamente; por esta razão, um cristão batizado numa delas não pode ser rebatizado, nem sequer sob condição” (uma hipótese que a Igreja Católica pratica quando há dúvidas sobre a validade do batismo praticado em outra igreja). Inversamente, também nós temos todas as razões teológicas para considerar plenamente válido o batismo praticado na Igreja Católica, e devemos nos abster de qualquer prática que se caracterizaria como rebatismo. Qualquer dúvida deveríamos tentar esclarecer rigorosamente, inclusive mediante consulta à autoridade eclesiástica da outra igreja.

Naturalmente, o reconhecimento do batismo da Igreja Católica não significa de modo algum que as duas igrejas não tenham diferenças doutrinárias e de prática da fé. Nesse contexto, é bem possível que por ocasião do batismo praticado na Igreja Católica também tenha sido proferida uma oração que evoque a proteção e a intercessão de Maria ou de um santo. E isso contribua para a impressão de algumas pessoas de que o batismo teria sido efetuado também “em nome” da Virgem Maria ou de um santo protetor. Entretanto, a evocação de Maria ou de um santo numa oração batismal não invalida o batismo retamente efetuado, assim como um batismo na IECLB tampouco se tornaria inválido se o pastor ou a pastora proferissem uma oração ou uma alocução com alguma afirmação teologicamente discutível. Se este fosse o caso, não poderíamos ter certeza de nenhum batismo. Aliás, a validade do batismo não depende da “santidade” ou “ortodoxia” do oficiante. Ele é promessa gratuita de Deus para a vida de fé de quem é batizado.

Devo dizer ainda uma palavra em relação a “batismo” em movimentos religiosos não-cristãos. Se uma pessoa não foi batizada

validamente em nenhuma igreja cristã, mas apenas recebeu um chamado “batismo” na umbanda, no candomblé ou outro movimento religioso similar, a pessoa deverá ser considerada como não batizada no sentido da tradição cristã e da confissão luterana, e, portanto, receberá também o primeiro e único batismo. Na quase totalidade dos casos, porém, é de se pressupor que a pessoa que tenha recebido um chamado “batismo” em um desses movimentos religiosos, também foi batizada anteriormente numa igreja cristã, na maioria dos casos na Igreja Católica. Neste caso, naturalmente, continua válido aquele primeiro batismo efetuado, e deve ser considerada a possibilidade de uma manifestação de renúncia à prática não-cristã efetuada no contexto de um ato litúrgico de reafirmação do batismo, mas não um novo batismo.

Quero passar ainda à questão das *regulamentações e orientações da IECLB*. Estas são igualmente claras. Em 1997 houve, em Rodeio 12, uma consulta com diversos movimentos internos na IECLB, em que ficou esclarecido cabalmente que a IECLB não pratica nem aceita uma prática de rebatismo, na hipótese de um batismo validamente efetuado em outra Igreja (com água e em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo). A Presidência da IECLB se dirigiu nesse sentido em carta a todos/as os/as obreiros/as. Os documentos *IECLB às Portas do Novo Milênio* e *A IECLB e o Pluralismo Religioso* deixaram igualmente clara essa posição.

O assunto, portanto, não pode ser considerado uma questão aberta na IECLB, mas claramente definida. Em relação às pessoas que solicitam um rebatismo, legitimamente movidas pelo anseio de serem autênticas em sua vida de fé, resta uma bonita tarefa às/aos obreiras/os e às lideranças da IECLB: acompanhar pastoralmente essas pessoas, indicando a elas as razões teológicas pelas quais não efetuamos o rebatismo e oferecendo um ato litúrgico alternativo de reafirmação do batismo, de confissão de fé e de compromisso cristão, sem o uso de água acompanhada da fórmula trinitária, o que poderia evocar a imagem de um novo batismo. Esperamos que a IECLB possa ter num futuro breve, agora que está concluído o projeto *Livro de Culto*, uma orientação litúrgica para um ato desse tipo.

Uma última recomendação: é importante que nossas comunidades, em especial suas lideranças, estudem o assunto, por exemplo pelos *Catecismos Menor e Maior*, de Martim Lutero, bem como

pelo *Nossa Fé – Nossa Vida*. Com Lutero podemos aprender que o batismo, uma vez efetuado e sempre válido, nos compromete para toda a vida. Diariamente somos chamados a voltar a nosso primeiro batismo, como diz Lutero no Catecismo Menor: “O velho homem em nós, por contrição e arrependimento diários, deve ser afogado e morrer com todos os pecados e maus desejos, e, por sua vez, sair e ressurgir diariamente novo homem, que viva em justiça e pureza diante de Deus eternamente.” É isto que devemos também transmitir às pessoas que procuram a IECLB como seu espaço de vivência comunitária de fé.

Resumindo:

1. Todas as pessoas que solicitam um batismo na IECLB devem ser acompanhadas pastoralmente com compreensão, carinho e amor. Mas o assunto deve ser decidido teologicamente conforme a reta doutrina luterana, não segundo considerações práticas de hipotético ganho ou perda de membros.

2. Se elas foram batizadas na Igreja Católica (e em igrejas ortodoxas e outras igrejas protestantes), o batismo é considerado plenamente válido e não deve ocorrer um novo batismo. Recomenda-se um ato litúrgico de confissão de fé e reafirmação do batismo, isto sem o uso de água e simultânea evocação da Trindade, para não dar a impressão de um novo batismo.

3. Se há dúvidas fundamentadas quanto à validade do batismo recebido por alguém em outra igreja cristã, deve haver uma conscienciosa averiguação, inclusive com consulta com a igreja em que teria recebido o batismo, antes de decidir efetuar o batismo na IECLB. Esses casos também deveriam ser levados ao conhecimento do respectivo Pastor Sinodal e da Presidência da IECLB.

4. Se as pessoas porventura não foram batizadas em outra igreja cristã, mas eventualmente receberam um outro ato classificado como “batismo” por outro movimento religioso, devem ser consideradas como não-batizadas e receber o batismo cristão.

5. Se as pessoas receberam o batismo em outra igreja cristã e também um ato classificado como “batismo” em outro movimento religioso, tem validade o batismo efetuado na outra igreja cristã e o ato classificado de “batismo” em outro movimento religioso pode ser objeto de renúncia num ato de confissão de fé e reafirmação do batismo.

6. Há ainda outros aspectos da compreensão, do significado e da prática do batismo, razão pela qual é sempre recomendável estudar o assunto à base dos Catecismos de Lutero e dos documentos normativos da IECLB, bem como esclarecer seu sentido para as pessoas que procuram a IECLB.

Espero que estas considerações possam ajudar a esclarecer as questões por vocês levantadas. Nada impede, porém, que vocês retornem ao assunto, levantando novas dúvidas ou perguntas.

Desejando que o Espírito Santo os oriente neste e em todos os demais assuntos em sua importante missão de dirigir comunidades e sempre testemunhar o Evangelho de Cristo, envio cordiais e fraternais abraços,

Walter Altmann
Pastor Presidente



Carta do Pastor Presidente

IECLB nº 91874/06

Porto Alegre, 22 de dezembro de 2004

Ilmo. Sr.
[Nome]

Caro [nome], estimado irmão em Cristo:

Obrigado por me escrever consultando sobre minha frase de que a fé não deve ser entendida como “condição prévia para o batismo”. Peço desculpas se só agora te respondo. Eu estava ausente quando escreveste e depois tivemos uma sucessão de reuniões e uma grande quantidade de assuntos a tratar. Você diz que precisa de minha ajuda. Vou tentar fazê-lo e peço que Deus oriente minhas palavras e a compreensão tanto minha, quanto de você.

Entre outros assuntos, você se reporta à seguinte frase contida em carta da Presidência: “(A direção da Igreja) enfatizou o respeito ao batismo (...), bem como a fé como acolhedora da graça de Deus

(...), não como condição prévia para o batismo.” E você acrescenta seu comentário:

“O luterano mais tradicional e até o luterano quatro estações (batismo, confirmação, bênção matrimonial (?) e enterro), tem a idéia de que precisa batizar seu filho para que ele não seja um ‘pagãozinho’. Está implícita aí uma busca pela fé, que por falta de pregação e vida comunitária fica relegada a um segundo, terceiro... décimo plano. Lembrei-me de Mt 28: “quem crer e for batizado”. Também Cl 2.12: “mediante a fé”. Li o NFNV [*Nossa Fé – Nossa Vida*] e lá também fala de fé como condição para o batismo (nem que seja terceirizada pelos padrinhos). Será que afirmar, então, que a fé não é uma condição para o batismo não vai contra a confessionalidade luterana? Não seria um outro extremo que de novo mais confunde do que ajuda?”

E você termina: “Preciso de tua ajuda para entender isso. Na paz do Senhor Jesus, um abraço. [Assinado] Por favor”

Eu fico sensibilizado por seu apelo. Tento responder. Vamos por um momento deixar de lado a questão do batismo. Vamos imaginar uma pessoa, digamos, de 25 anos de idade, que nunca tenha ouvido falar do evangelho, nunca tenha ouvido falar de Cristo. Digamos que agora, nessa idade, ela ouça uma pregação do evangelho e chegue à fé em Cristo. Tudo uma obra do Espírito Santo, como sabemos. Mas o que aconteceu nesse momento? Produziu-se ali a salvação? Pela sua fé? Não, de forma alguma. A fé que o Espírito Santo lhe concedeu, é “em Cristo”. E lá a obra salvadora já se deu – 2000 anos atrás! Que maravilha! Isto é: minha fé, obra do Espírito Santo, me conecta com a obra salvadora já acontecida há 2000 anos, em favor de mim. Ah, eu já passei para “mim”, e estava falando daquela pessoa de 25 anos que nunca tinha ouvido falar do evangelho. Não faz mal, a experiência é sempre a mesma: com aquela pessoa, comigo, com você. Na fé somos conectados com a obra salvadora já ocorrida em Cristo há 2000 anos atrás.

Digamos agora que aquela pessoa de 25 anos que chegou à fé em Cristo se afaste da fé de novo, o que lamentavelmente acontece. Somos todos chamados à fidelidade para com Deus. Mas não podemos contar com a fidelidade dos crentes, apenas confiar na fidelidade jamais quebrada de Deus. Deus é fiel; nós somos pecado-

res. “Se confessarmos nossos pecados, ele [Deus] é fiel e justo para nos perdoar os pecados e nos purificar de toda injustiça” (1 João 1.9). Digamos, pois, que aquela pessoa, agora aos 30 anos, se arrependa de ter se afastado da fé, e queira voltar ao convívio de Deus. Confessa seu pecado e Deus, conforme sua promessa, a perdoa. O que aconteceu? Uma nova obra salvadora? Não, de forma alguma. Através da confissão do pecado, do perdão recebido e da “volta” à fé, essa pessoa foi reconectada com a mesma obra salvadora já ocorrida em Cristo há 2000 anos. Esta obra não será repetida nunca mais. Aconteceu “de uma vez por todas”, como a carta aos Hebreus acentua mais de uma vez (Hebreus 7.27; 9.12; 10.10).

Cheguemos agora ao batismo. Aquela pessoa de 25 anos, muito provavelmente, assim imaginamos, nunca tinha sido batizada anteriormente, pois nunca ouvira falar de Cristo. Ao ouvir a pregação do evangelho e chegar à fé, ela também solicitou o batismo, assim como o eunuco perguntou a Felipe ao ouvir a interpretação da Escritura: “Que impede que eu seja batizado?” (Atos 8.36) É a situação missionária. Terá sido, então, um batismo de adulto. Produziu-se ali, no batismo, a salvação? Obviamente não. A salvação foi em Cristo, há 2000 anos atrás. A fé recebeu aquela salvação. Que é então o batismo? O batismo é o sinal – visível, pessoal, com água, em nome da Trindade – da graça de Deus, para a nova vida. O apóstolo Paulo diz: “Fomos, pois, sepultados com ele na morte pelo batismo; para que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai, assim também andemos nós em novidade de vida” (Romanos 6.4).

No entanto, em nosso exemplo, aquela pessoa que chegou à fé e, como agora complementamos, foi batizada, posteriormente se afastou da fé, mas aos 30 anos se arrependeu, confessou seu pecado, foi perdoada e voltou à fé. Ela deveria solicitar e receber um novo batismo? Não, de forma alguma. Não se trata de uma nova fé, muito menos de uma nova salvação. É sempre o retorno àquela salvação já conquistada, de uma vez por todas, em Cristo. E sendo o batismo o sinal dessa obra de Deus, da graça divina, também não será repetido. Ao voltar à fé, a pessoa também voltou ao batismo já ocorrido. Se ela se rebatizasse, ela estaria negando de novo a graça de Deus! Estaria negando que Deus já atuou naquele primeiro batismo, e assim, a rigor, estaria negando que a salvação em Cristo

(há 2000 anos atrás) é suficiente. Estaria dizendo que a obra salvadora de Deus em Cristo precisa ser complementada por algo que ela mesma deve fazer, a fé como obra. Estaria então tornando a fé em “condição” para a salvação e, conseqüentemente, limitando a graça de Deus. Logo, ela não deverá solicitar o rebatismo, nem este lhe deve ser concedido no caso de ser solicitado. Ao contrário, devemos explicar as razões pelas quais o rebatismo não deveria ocorrer e pelas quais ela pode se alegrar com o batismo já efetuado anteriormente.

Cheguemos agora ao batismo infantil. Vamos imaginar uma coisa bem extraordinária, muito difícil, mas não totalmente impossível de acontecer. De propósito tomo um exemplo extremo, para nele ilustrar com toda clareza como devemos encarar o batismo infantil. Imaginemos, pois. Aquela pessoa de 25 anos, que nunca ouviu falar do evangelho, foi, sim, retamente batizada quando criancinha, mas esta foi dada em doação logo após a uma família estrangeira não-cristã que a levou a um país distante em que não há igreja cristã, razões pelas quais ela nunca ouviu falar de Cristo. Os novos pais, contudo, tinham recebido e levado consigo uma certidão do batismo. Aos 25 anos, aquela pessoa descobre (ou recebe) a certidão de batismo e quer saber do que se trata. Resolve ir às suas origens e vai ao país e ao lugar em que nasceu. Aí ouve a pregação do evangelho e chega à fé. Deve solicitar um novo batismo? Deve ser oferecido ou concedido um novo batismo a ela? Não, de forma alguma. Ela encarará aquele batismo efetuado quando criancinha como o sinal da graça de Deus. Saberá que Deus agiu em seu favor muito antes de ela poder lhe responder em fé. Mas dará glória a Deus por sua insondável misericórdia, e se proporá a viver com esse Deus, a cada dia.

Bem, concedo uma vez mais que a história é extraordinária, mas ainda assim ilustrativa para o sentido do batismo. Num batismo infantil, retamente efetuado, qualquer que seja o momento de chegada à fé consciente, esta sempre será um voltar-se ao batismo efetuado, à graça de Deus, à obra salvadora em Cristo (há 2000 anos atrás!). Podemos discutir qual é, na comunidade cristã, a melhor prática, o batismo infantil ou o batismo de adultos. Mas não podemos, em nome de um, rejeitar o outro. O que é preciso é termos clareza quanto ao sentido do batismo, quanto à relação entre graça e fé, e

que a fé não faz o batismo, mas o recebe, como expressa Lutero. E aí devemos empenhar-nos que o batismo infantil ocorra num contexto de fé, de pais e mães, de padrinhos e madrinhas, da comunidade cristã, e que o batismo de adultos não coloque a nossa fé em lugar da graça de Deus. Em ambos os casos a fé é importante, mas de formas diferentes. E, sobretudo, ela sempre será recebimento, nunca condição prévia para a graça e para o batismo.

Isto não está em contradição com a confessionalidade luterana, que é clara nesse aspecto, nem mesmo com o *Nossa Fé – Nossa Vida* que diz: “Esta graça quer ser abraçada na fé, tanto por parte dos pais e padrinhos quanto, posteriormente, pela criança. A fé, contudo, é despertada e mantida, até o fim bem-aventurado, pelo Espírito Santo. Neste mesmo sentido [veja; neste mesmo sentido!], após o devido preparo, também batizamos pessoas adultas, que professam sua fé nesta ocasião” (p. 20). Depois, à página 23, é respondida a questão se o batismo pode ser repetido: “Por causa da fidelidade e santidade de Deus, o Batismo realizado conforme a presente ordem acontece uma só vez na vida. Devemos, no entanto, viver o Batismo diariamente. Mediante o arrependimento, Deus afoga em nós o pecado e, através do perdão, nos faz ressurgir para uma nova vida de fé e amor.” Isso também está conforme o testemunho apostólico: “Há um só Senhor, uma só fé, um só batismo” (Ef. 4.5). E é o que Lutero também acentuou, ao falar do retorno diário ao batismo uma vez efetuado.

Tomo a liberdade de ainda passar a algo um pouco mais difícil na teologia, mas muito importante. Você, é claro, já ouviu falar muitas vezes acerca da doutrina da justificação. Ela vem do apóstolo Paulo, em especial na carta aos Romanos, e foi redescoberta e atualizada por Lutero, para quem essa doutrina era aquela da qual tudo o mais depende. Falamos da “justificação pela fé”, e “somente” pela fé (e não por obras). Mas também falamos que “a justificação é por graça”, e “somente” pela graça. Como podemos dizer duas vezes “somente”? Não seriam DUAS “condições”, e, portanto, já não poderia ser “SOMENTE”? Ora, usar o “somente” duas vezes só pode ter sentido se os dois complementos, “pela graça” e “pela fé”, são de natureza diferente. Por isso, quando dizemos que a justificação ou a salvação é somente pela graça e somente pela fé, os dois “PELA” não são iguais. Mas, voltemos, primeiro, ao “somente”;

ele é importante para a doutrina da Reforma. Devemos entender: a salvação não se dá por “duas coisas”, por graça e por fé. Ela se dá “somente” pela graça, “somente” pela fé. Isto só faz sentido, se a graça e a fé fazem coisas diferentes em relação à salvação, não a mesma obra. Ora, o testemunho bíblico é muito claro: só Deus é o autor da salvação. Ela é por graça, “somente” pela graça. Que significa, então, o “somente pela fé”? Significa que aquela salvação, que Deus fez em Cristo, somente pela graça, é *recebida* por mim que desejo agora viver a partir de Cristo. Esse recebimento pessoal da salvação se dá “somente pela fé”, por nenhuma obra minha. Lutero podia falar de uma “justiça passiva”: eu nada posso fazer para a salvação, apenas receber; Deus fez tudo.

Nesse sentido, afirmei, e temos que afirmar, que a fé não é “condição prévia” para a salvação; ela é apenas recebimento. Os teólogos, por consequência, também formularam a frase de que a justificação se dá somente pela graça e somente pela fé, assim: “a justificação se dá PELA graça de Deus, MEDIANTE a fé”. E aí podemos dizer, sem cair em contradição, “somente pela graça” e “somente pela fé”, porque a expressão é usada em dois sentidos diferentes, cada um deles com exclusividade. Veja mais: se dissermos que “a fé é uma condição para a salvação”, então estamos automaticamente negando o “somente pela graça”! Ou, inversamente: só se dissermos que a fé não é condição prévia, estaremos respeitando o “somente pela graça”!

Veja, é tudo isso que está em jogo quando estamos debatendo na Igreja qual é a verdadeira relação da fé com o batismo. Não é um assunto secundário, que poderíamos pensar de um jeito ou de outro, tanto faz. É o verdadeiro centro de nossa fé que está em jogo. E não devemos desanimar, mas perseverar na “sã doutrina” (cf. 2 Timóteo 4.3).

Estamos em época da Natal. Um famoso teólogo, Karl Barth, disse que o Natal é o aniversário de cada pessoa cristã. Naquele Menino Jesus, Deus se fez irmão de cada um de nós. Nessa maravilhosa comunhão, te saúdo muito fraternalmente,

Walter Altmann
Pastor Presidente

c.c: Sínodo [Nome]

Carta a uma pessoa que pensava em ter um novo batismo

Como responder pastoralmente a uma jovem que, tendo chegado à fé mas tendo sido batizada na infância, deseja ter a experiência de um novo batismo, agora por sua própria opção? O Pastor Oziel Campos de Oliveira Júnior, residente em Palhoça, Santa Catarina, na grande Florianópolis, e pastor da União Paroquial Evangélica Luterana da Sobriedade, respondeu por escrito a uma jovem que lhe externou esse pedido. Confira seu texto:

Quinta, 23 de dezembro de 2004

Prezada [nome]

Obrigado pelo seu e-mail.

[Nome], você não só recebeu o batismo como presente, quando ainda não tinha consciência da realidade ao seu redor, como recebeu centenas de outros presentes: o nome, o pai e a mãe, o irmão, o lar, a língua que ia falar, a cor da pele, o país onde iria morar, muitas e muitas horas de cuidados diários, a Igreja onde iria participar, etc, etc. O batismo foi um desses presentes: seus pais e padrinhos levaram você, carinhosamente, ao altar. Ali você foi tocada em nome de Jesus, por ordem de Jesus. Ali você foi abençoada por Deus. Que bom que você não sabia de nada, assim não pode pensar que tem mérito no que aconteceu. Assim, a única explicação que poderia dar é que “tudo aconteceu pela maravilhosa graça de Deus, de Jesus”, que quer dar boas-vindas às criancinhas.

As pessoas que entendem que a pessoa deve primeiro saber o que está fazendo para ser batizada, entendem que parte do que acontece no batismo é mérito nosso, ou seja, podemos ser batizados por causa “do nosso arrependimento, da nossa conversão, da nossa fé, da nossa piedade”, etc. Paulo ensina assim: “Porque pela graça sois salvos, por meio da fé; e isso não vem de vós; é dom de Deus. Não vem das obras, para que ninguém se glorie” (Efésios 2.8-9).

Ser batizado de novo é desprezar o batismo já realizado em nome de Jesus. Durante a Reforma Evangélica do século XVI, algumas igrejas, assim chamadas Anabatistas (batizadoras de novo) começaram a ensinar que era preciso batizar de novo. Alguns dos

argumentos para esse re-batismo eram os seguintes: “talvez o padre que me batizou era descrente” ou “talvez estava vivendo em adultério” ou “eu era criança e não sabia o que estava acontecendo”, etc. Isso gerou muita confusão. Muitas das pessoas assim “rebatizadas” não se sentiam seguras, mesmo depois do segundo batismo, pois pensavam: Sei lá se, dessa vez, o pastor também não estava vivendo em algum pecado escondido? Talvez deveria ser batizado uma terceira vez. Martin Lutero ensinou que o batismo não é validado por quem o recebe, mas por quem o ordena. O dinheiro é válido na mão de um médico, como na mão de um traficante. O que faz o dinheiro valer não é o seu portador, mas sim a Casa da Moeda, não o que o usa. Assim o batismo é válido porque Jesus o ordenou, e não pela dignidade de quem o pratica. Aliás, quem de nós é digno? Nós luteranos cremos que nenhum de nós é digno. Digno é Jesus, que santifica a todo aquele que o tem na vida.

Creio ser lamentável que algumas igrejas afirmam que só o batismo realizado na “igreja deles” é “válido”. Tão lamentável quanto isso é usar o batismo como rito de entrada numa certa denominação, o que acontece com algumas igrejas. Nós nunca vamos ter paz de espírito, e uma confiança inabalável em Deus, enquanto não confiarmos, unicamente, na graça e na misericórdia de Deus, revelada em Jesus Cristo. Se deixar batizar de novo, creio, é deslocar uma porcentagem da confiança que colocamos em Deus e colocá-las nas obras.

Você foi batizada, [nome]. Viva o seu batismo diariamente, se arrependa diariamente, saiba que Deus, entre os milhares de presentes que lhe deu enquanto ainda era uma “pequena e querida cucuracha”, lhe deu também o batismo.

P. Oziel

Carta do Pastor Presidente
IECLB nº 106752/05

Porto Alegre, 11 de novembro de 2005

Ao
Pastor Sinodal [Nome]

Estimado [Nome]:

Terminamos há pouco o Fórum Nacional de Avaliação da Reestruturação da IECLB que avaliamos como extremamente positivo, em seu espírito de fraternidade, consciência de unidade da Igreja e compromisso com o Evangelho. O Fórum desembocou também numa série de recomendações bem concretas. O representante do Sínodo certamente relatará a respeito.

Em dois momentos do Fórum nos reunimos os pastores sinodais presentes, em número de onze, com a Presidência para avaliar tuas cartas concernentes à solicitação de batismo por parte de novos membros da IECLB no Sertão Nordeste, membros batizados mas que nas circunstâncias por eles descritas desejam receber o batismo na IECLB.

Os pontos a seguir arrolados foram consensuados entre a Presidência e os pastores sinodais, que os apóiam plenamente. A redação, naturalmente, é minha e não pôde ser compartilhada com eles previamente ao envio.

1. Agradecemos o teres apresentado o assunto à IECLB, através do Secretário de Formação, Romeu Martini. De fato, nesse assunto, ainda mais do que em outros, é fundamental que tenhamos uma postura uniforme e coerente em toda a IECLB, ainda que contempladas as particularidades de cada situação. Ademais, há decisões e encaminhamentos já dados pelo Conselho da Igreja que naturalmente devem ser observados.

2. Os relatos de pessoas do Sertão Nordeste que se tornaram membros da IECLB, por ti compartilhados, são tocantes e bem denotam a profundidade dos envolvimento que as pessoas tiveram em suas vidas, muitas vezes bem afastadas do são Evangelho, bem como a intensidade das perguntas e dilemas que se lhes

apresentam quando chegam à fé evangélica. Há aí uma tarefa pastoral, de aconselhamento espiritual e de orientação teológica, de grande porte e importância. As pessoas devem ser levadas absolutamente a sério em seus sentimentos, em suas perguntas e até angústias (e, mesmo, respeitadas em suas decisões, ainda quando por razões teológicas divergirmos de seus pressupostos).

3. Devemos ser gratos a Deus por essas pessoas terem encontrado (ou reencontrado) a fé e o convívio de Deus, na comunhão de irmãos e irmãs na IECLB e pedir a Deus que fortaleça esses vínculos, sempre à base da verdade evangélica. Devemos interceder, inclusive, por nossos/as obreiros/as, a fim de que possam auxiliar essas pessoas a compreender de forma mais abrangente e profunda o evangelho que nos foi confiado.

4. Quanto à solicitação de batismo, devemos ponderar o seguinte: em todo e qualquer batismo realizado retamente (com água e em nome de Deus Pai, Filho e Espírito Santo) o agente principal é Deus, cuja promessa jamais é revogada e cuja fidelidade não tem fim, ainda que as circunstâncias de sua realização e os caminhos percorridos, posteriormente, por quem é batizado sejam desviados ou até perversos, fruto do pecado humano. Por outro lado, na fé acolhemos a graça de Deus, e, quando pecamos, a ela retornamos pelo arrependimento. Assim, há um único e irrepitível batismo. Esses pressupostos são parte irrenunciável de nossa confessionalidade luterana, por corresponderem à mensagem bíblica da graça de Deus.

5. Como regra geral, a IECLB reconhece o batismo efetuado pelas igrejas protestantes, pelas igrejas ortodoxas e pela Igreja Católica Romana. Divisa no batismo, inclusive, o elemento básico comum enquanto igrejas cristãs. Isso, obviamente, não significa que haja uma concordância plena entre essas igrejas no tocante à doutrina e prática de fé. Ao contrário, há muitas vezes divergências profundas, como é o caso, em relação à Igreja Católica Romana. Assim, não concordamos nem podemos concordar com elementos problemáticos, a partir de nossa convicção de fé, que podem vir associados à celebração batismal de outras igrejas, como, por exemplo, oração de intercessão à Virgem Maria e a santos. Mas esses elementos não anulam o batismo efetuado com água e em nome da Trindade, simplesmente porque Deus, em sua misericórdia,

dia e com sua promessa, se fez ali presente, e sua graça não pode ser posta em dúvida.

6. Em 12 de novembro de 1979, a IECLB (através de seu Pastor Presidente, Augusto Ernesto Kunert) celebrou com a Igreja Católica ato de reconhecimento mútuo da administração do batismo. Lá consta: “Ambas as Igrejas aceitam que o Batismo foi instituído por Jesus Cristo e é fundamentalmente dádiva gratuita de Deus ao batizando, vinculando-o com a morte e ressurreição de Cristo (Rm 6,3-6), para perdão dos pecados e uma nova vida. Ambas as Igrejas ensinam que o Espírito Santo desceu sobre Jesus no seu Batismo, desceu e desce também hoje sobre a Igreja, tornando-a comunidade do Espírito Santo que, em testemunho, serviço e comunhão fraternal, proclama o seu Reino. Ambas as Igrejas aceitam o Batismo como vínculo básico da unidade que nos é dada pela fé no mesmo Senhor. Ambas as Igrejas aceitam o Batismo na dimensão irrepetível de nossa consagração em Cristo para a edificação do seu Corpo, tendo em vista o nosso crescimento à perfeita maturidade, à medida da estatura da plenitude de Cristo (Ef 4,13). Ambas as Igrejas administram o Batismo com água e em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, para remissão dos pecados, de acordo com a intenção e a ordem de Cristo (Mt 28,18-20). Ambas as Igrejas, com este mútuo reconhecimento, excluem a possibilidade de rebatismo, em caso de passagem de membros de uma Igreja para outra. As duas Igrejas dão graças a Deus por este vínculo básico de unidade que lhes foi dado e pedem a assistência do Espírito Santo para vencerem suas divisões e se comprometem a prosseguir na jornada em prol da perfeita unidade cristã.”

7. À base desse reconhecimento mútuo esperamos da Igreja Católica que não rebatize membros da IECLB que eventualmente venham a nela ingressar. Vice-versa, a Igreja Católica deve poder confiar de que a IECLB tampouco venha a rebatizar pessoas que nela tenham sido batizadas quando forem admitidas como membros na IECLB. Em última análise, porém, isso ocorre não por consideração da outra Igreja, mas por reconhecimento da ação do próprio Deus no batismo efetuado. A Ele não queremos (nem devemos) desrespeitar. As instruções normativas da Igreja Católica são muito rígidas quanto à celebração do batismo com água e

em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Em persistindo dúvidas quanto a esse respeito, essas deveriam ser esclarecidas com a respectiva autoridade competente da Igreja Católica.

8. Ainda assim, não por último considerado o contexto religioso em que vivemos, é compreensível que novos membros da IECLB desejem expressar de maneira significativa, no seio da comunidade, seu compromisso de fé, sobretudo quando tenham tido uma vivência religiosa que agora enxergam como conflitante com a fé alcançada. Para tanto, o Conselho da Igreja encomendou o Conselho de Liturgia de confeccionar subsídios litúrgicos para um rito de memória do batismo (também chamado de rito de reafirmação dos votos batismais). O Conselho de Liturgia confeccionou três diferentes liturgias, uma delas para “membros ingressantes ou reingressantes”. Estas liturgias serão apresentadas ao Conselho da Igreja em sua próxima reunião, com o pedido de aprovação. Compartilho já agora essas liturgias, para a consideração no Sínodo, em situações, como as descritas na correspondência enviada. Chamo a atenção para o fato de que as liturgias contemplam o momento de “renúncia”, com perguntas e respostas. Uma das modalidades também prevê uso de água, embora obviamente não em forma de repetição do batismo. Como todos os subsídios litúrgicos na IECLB, eles são modelos a serem seguidos não de maneira rígida, mas sempre moldáveis conforme as peculiaridades locais ou da ocasião, sem naturalmente desvirtuar seu direcionamento.

9. O Conselho da Igreja também solicitou à Presidência a confecção de diretrizes para a concessão (ou não) do assim chamado “batismo sob condição”. A Presidência ainda aguarda sugestões de uma série de pessoas solicitadas a apresentá-las. Se possível, uma proposta também será levada à próxima reunião do Conselho da Igreja. Em princípio, pode-se dizer que o batismo sob condição haverá de ser cogitado (e, eventualmente, realizado) quando há razoável dúvida em saber se a pessoa que o solicita foi anteriormente batizada numa das igrejas-irmãs, e essa dúvida não pode ser desfeita, apesar dos esforços em elucidá-la. De modo algum, o batismo sob condição poderá ser concedido simplesmente porque alguém deseja recebê-lo, ainda que se deva mostrar compreensão e dar atenção pastoral e teológica para com a pessoa que tenha feito o pedido.

Também o critério da “reta administração do sacramento” deverá ser empregado com máxima cautela. Ele obviamente abrange o certificar-se de que o ato do batismo ocorre com água e no nome do Trino Deus, numa igreja-irmã, com íntegra vontade de efetuar o batismo, mas não pode ser desvirtuado num catálogo de exigências adicionais que tornariam o nosso agir uma condição para a livre graça de Deus. Ou seja: o “batismo sob condição” haverá de ser uma exceção, jamais algo “normal e corriqueiro”.

10. Esta carta constitui um arcabouço de balizamento ainda a ser ultimado, no tocante a esse assunto delicado na vida da IECLB atualmente. Em observância a essas balizas, é responsabilidade de cada obreiro/a (com seus presbitérios) discernir as situações específicas e do/a pastor/a sinodal (com o Conselho Sinodal) acompanhar os/as obreiros/as, orientá-los/as e zelar pelo cumprimento das orientações. Naturalmente, dúvidas não dirimidas podem (e devem) ser levadas pelos/as obreiros/as ao pastor sinodal ou por este à Presidência da IECLB.

11. Por fim, gostaria de colocar a Presidência à disposição do Sínodo, se este assim julgar oportuno ou necessário, a conveniarmos o momento futuro e a modalidade em que ela pudesse dialogar com obreiros/as e/ou lideranças do Sínodo a respeito destas orientações.

Com votos de continuado trabalho abençoado, fraternalmente,

Walter Altmann
Pastor Presidente

Anexo: Propostas Litúrgicas para Recordação do Batismo

c.c.: Pastores Sinodais
P. Dr. Romeu Martini – Em mãos

4.2. Roteiros

Roteiro para levantamento de casos de interferência externa em comunidades/paróquias ou sínodos

1. Que situações, reuniões e/ou programações são de conhecimento do sínodo, em que têm surgido intranquilidade, tensão, protestos, conflito ou divisão no âmbito de comunidades a partir da atuação de obreiros/as e/ou lideranças leigas vindos/as de outras comunidades, instituições ou sínodos?

2. Quais as atuações de obreiros/as e/ou lideranças leigas vindos/as de outras comunidades, instituições ou sínodos que ocorreram sem a devida autorização e/ou sem conhecimento do sínodo?

3. Quais os casos em que a intranquilidade, tensão ou conflito tenha surgido pela atuação de missionários/as, obreiros/as ou lideranças oriundas de outras igrejas que não a IECLB?

4. Houve no âmbito de seu sínodo a criação de pontos de pregação, nova comunidade ou “igreja”, sem a observância dos trâmites regulamentares? Quais os casos?

5. Houve no âmbito de seu sínodo a instalação de chamados “pastores/as” ou “missionários/as” não integrantes do quadro de obreiros/as da IECLB? Quais os casos?

6. Em que casos foram empregadas em função ministerial pessoas oriundas de outras igrejas?

7. Quais os casos em que práticas ministeriais tenham levado à divisão de comunidades e/ou exclusão de membros?

Observação: Sugere-se sejam relatados prioritariamente casos dessa ordem, em que o acompanhamento pastoral sinodal não tenha surtido efeito, na medida do possível com indicação das pessoas envolvidas e/ou afetadas, anexando-se ainda, se existente, informações, cartas, atas, relatórios, notícias de jornal etc., que corroborem o fato. Pedimos sejam também relatadas as providências que o Sínodo eventualmente tenha tomado.

**Roteiro de questões sobre o batismo,
o ensino e a prática batismal**

(Informações solicitadas pela IECLB consoante o EMO, art. 28)

Nome do/a obreiro/a:

No ensino e na pregação, quais os pontos que você enfatiza em relação ao batismo?

Como você oficia o batismo?

Você foi batizado enquanto infante?

Onde?

Quando?

Quem o/a batizou?

(Anexe cópia do certificado, caso a IECLB ainda não a possuir. Obs.: Poderá ser feito oportunamente.)

Você optou por passar pelo “batismo nas águas” ou “batismo de fé”?

Onde?

Quando?

Quem o/a batizou?

(Anexe cópia de certificado, se houver e caso a IECLB ainda não a possuir. Obs.: Poderá ser feito oportunamente.)

Você já batizou pessoas que anteriormente haviam tido um batismo em outra igreja cristã, mesmo enquanto infantes?

Em caso positivo, em que situações isso tem ocorrido?

Você já batizou pessoas que anteriormente haviam sido batizadas na IECLB?

Em caso positivo, em que situações isso tem ocorrido?

Em que situações você recusa efetuar o batismo de infantes?

Você oficiou “batismo nas águas” ou “batismo na fé” a colegas obreiros/as da IECLB?

Em caso positivo, em que circunstâncias e por que o fez?

Declaro serem verdadeiras e completas as informações acima fornecidas. (Obs.: Dados ou anexos aqui não incluídos, por não disponíveis no momento, serão fornecidos oportunamente.)

Local e data:

Assinatura:

3. Textos

Carta aberta ao Movimento “Renovação Carismática” na IECLB Reação ao posicionamento intitulado “Diálogo sobre assuntos comunitários”

P. Dr. Gottfried Brakemeier

“Há um só Senhor, uma só fé, um só batismo...” Efésios 4.5

Tomo a liberdade de manifestar-me sobre o posicionamento acima referido, formulado já em junho do corrente ano, mas somente agora chegado às minhas mãos. Faço-o sem nenhum mandato oficial nem por solicitação alheia. Move-me unicamente a preocupação com o futuro da IECLB e de suas comunidades. Como ex-presidente e pastor, embora aposentado, continuo sentindo responsabilidade pela trajetória de “minha” Igreja. A presente carta quer ser expressão da mesma.

Anima-me a sintonia de propósitos. Conforme leio no posicionamento, a meta da Renovação Carismática (RC), consiste em “manter a unidade e o crescimento da igreja”. É isto mesmo: Crescimento não sem unidade e unidade não sem crescimento. Trata-se de, a um só tempo, evitar a evasão de membros e conseguir a adesão de outros, muito de acordo com a proposta do “Plano de Ação Missionária” (PAMI). Somente quando missionária, a IECLB será Igreja “viável” neste país. Quanto a isto há concordância. Mas como alcançar o objetivo? Eis a questão. Permito-me trazer algumas breves reflexões sobre quatro assuntos que me parecem ser cruciais e carecer de esclarecimento. Exigem intensiva discussão, para o que esta carta quer ser estímulo. São eles “diversidade”, “rebatismo”, “comunidade” e “carismatismo”.

1. Diversidade

Comunidade cristã é plural por natureza. Necessita da diversidade de seus membros para o bom funcionamento do corpo. Somente o que é diferente tem as condições de servir-se. Um cego não pode guiar outro cego, alertou Jesus (Mt 15.14). Uniformidade mata a dinâmica da vida. E no entanto, diversidade é riqueza somente enquanto for capaz da complementação mútua. Deve caber num denominador comum e alicerçar-se num consenso básico. Caso contrário tornar-se-à caótica e destruirá a comunhão. Sem a força gravitacional de um astro central, os planetas se perdem no espaço. Unidade, pois, precisa de um centro que “segura as pontas” e controla as energias centrífugas.

A IECLB desde sempre tem permitido extraordinária variedade de orientação teológica e de prática religiosa em suas comunidades. Que apesar disto não houve cisão, é sem dúvida motivo de orgulho, mas também fruto de muito esforço e diálogo. “Deixar como está para ver como fica”, é justamente nessa questão altamente perigoso. Portanto, diversidade deve ser trabalhada e responsabilizada frente ao “consenso básico” que identifica a IECLB e que é a sua confessionalidade. Se a RC reclama espaço como mais uma variante “luterana” na IECLB, deverá demonstrar sua compatibilidade com esse corpo, uma exigência, aliás, válida para todos os movimentos, grupos, “linhas teológicas”, formas de piedade, enfim a pluralidade existente na instituição.

Nem sempre está claro onde passa a linha divisória entre vantagem e prejuízo da pluralidade. Não poderá ser a falta de clara identidade da IECLB uma das causas de seu “encolhimento” constatado e deplorado no posicionamento? Quais são os membros que abandonam a IECLB e quais são as razões? É uma pergunta a ser estudada com muita seriedade. Onde é que a IECLB está diminuindo, e por quê? Não poderia ser este encolhimento também uma forma de cisão, certamente não da macroestrutura da IECLB, e, sim, de suas bases? Seja como for, vejo grande urgência em evidenciar o fundamento comum de uma Igreja que se chama “evangélica de confissão luterana no Brasil”. Se este fundamento for forte, suportará sem danos os conflitos que costumam acompanhar convivência humana e processos de aprendizagem. Caso contrário, a unidade está ameaçada. Por isto mesmo importa valorizar os símbolos que identi-

ficam a IECLB. Se os membros não mais reconhecem a “sua” Igreja, vão em breve desligar-se. Toda pluralidade necessita de vínculos para não redundar em desintegração social. Assim também na IECLB.

2. Rebatismo

Um dos mais importantes elos de união parecia ser, até há pouco, a compreensão do batismo. Conforme a RC, porém, isto é um engano. Pois “a prática batismal na IECLB é difusa porque existe uma teologia confusa”. Quanto à prática, não nego a possibilidade de abusos, muito embora eu desrecomende juízos generalizantes e por isto injustos com relação à esmagadora maioria de pastores e pastoras que desempenham seu ministério com alto grau de responsabilidade. Nego, porém, que a teologia batismal na IECLB seja confusa. Houve discussão, sim, se, por motivos pastorais, não seria aconselhável dar preferência ao batismo de adultos em lugar do batismo de lactentes. E, todavia, esse debate tinha por premissa a convicção comum de o batismo ser ação de Deus em favor do ser humano, exatamente nos termos expostos por Lutero em seus Catecismos Menor e Maior.

Certamente não preciso repetir que a boa doutrina luterana rejeita o batismo como ato mágico, com efeitos “ex opere operato”. Quer ser acolhido pela fé, e isto sempre de novo. Pois o batismo é “palavra de Deus ... unida à água” como afirma Lutero, portanto palavra visível ao lado da palavra audível da pregação. Nem pregação nem sacramento tem aí prioridade. Por isto, negar que pelo batismo “se recebe tudo o que Ele (sc. Deus) promete em sua Palavra”, como diz o posicionamento, está em desacordo com a posição luterana. A fé não valida nem legitima o batismo. Ela o recebe, seja antes ou depois do ato. A graça de Deus sempre precede o agir humano. Deus nos amou primeiro (1 Jo 4.19). É a razão por que Lutero, depois de breve hesitação inicial, tão energicamente defendeu o batismo de crianças. Basta ler seus depoimentos no Catecismo Maior. A legítima preocupação com a fé das pessoas deveria dirigir a atenção a outros fatores, mas não questionar a prática batismal de infantes desde que pais, padrinhos e comunidade cristã de fato se comprometam com a educação cristã da pessoa batizando. Negar o batismo de crianças é procedente somente em caso de ausência de tal compromisso.

Falhas na prática pastoral deveriam ser motivo para o esforço por uma prática mais autêntica. Mas jamais justificam a adoção de medidas que ferem a identidade luterana. É este o caso do rebatismo que se encontra em flagrante oposição não só à tradição luterana, e, sim, à tradição cristã absolutamente majoritária, desde os tempos do Novo Testamento. Mesmo em caso de volta dos que haviam negado a fé diante da ameaça do martírio, a Igreja antiga permaneceu firme. Não repetiu o batismo. Exigiu, isto sim, um ato penitencial. O batismo, como ação de Deus, não necessita de reconfirmação. Pois Deus é fiel. Isto é diferente no caso do ser humano e de sua fé. O velho homem em nós precisa ser afogado diariamente, como dizia Lutero. Portanto, o que deve ser confirmado é o compromisso batismal, não o sacramento.

Pergunto se não temos aí uma proposta que vá ao encontro de pessoas atribuladas por dúvidas com respeito a seu batismo em idade de crianças menores. Não vejo nenhuma vantagem na introdução de um “batismo de condição” e muito menos na de uma “confirmação do batismo”. Este último é idêntico ao “rebatismo” que coloca o grupo que o pratica em rota de colisão com as bases praticamente consensuais da Igreja de Jesus Cristo. Se a falta de fé, respectivamente a consciência da mesma for considerada motivo suficiente para uma repetição deste sacramento, sua celebração na verdade deveria ser diária. Pois pessoas imunes ao pecado não existem. Aliás, desconheço uma prática católica que admita uma modalidade de “confirmação do batismo”. A Igreja Católica pratica, isto sim, o assim chamado “batismo de condição”. Também Igreja luterana deve batizar, se não for comprovado o batismo em nome do triúno Deus. Mas a legitimidade do rito não se prende a fatores poimênicos e tampouco ao grau de fé da pessoa batizada. Seria um abuso do “batismo de condição” realizá-lo sempre que a pessoa confessa ter sofrido sob a falta de participação ativa nesse sacramento. Nesse caso, todo batismo de lactentes deveria ser repetido. Batismo não é prêmio para pessoas crentes nem ato de formatura na fé. Seja reenfatizado que, o que dá validade ao batismo, é o triúno Deus e a realização “em seu nome”.

Sugiro, em lugar do rebatismo, introduzir um rito de “reconfirmação do compromisso batismal”. Este, sim, teria respaldo luterano. Poderia estar acompanhado de um ato de penitência, de absolvição

e de bênção. Como é sabido, Lutero durante algum tempo estava em dúvidas se deveria ou não reconhecer na penitência o terceiro sacramento. Em algumas versões do Catecismo Menor ainda consta a parte respectiva. Oferece-se como ponto de partida para a elaboração de uma liturgia correspondente. Mas é claro ser imaginável também outra forma. O assunto merece discussão.

3. Comunidade

Se comunidade cristã é plural, é complexa a tarefa pastoral. A dificuldade se acentua em razão do pluralismo da sociedade democrática e urbana do mundo global, com as inúmeras opções que oferece também e especialmente na esfera religiosa. A multiculturalidade e pluri-religiosidade pós-moderna mostram reflexos também na comunidade luterana e afetam sua unidade. A tradição se encontra em processo de erosão, perdendo progressivamente a função estabilizadora de outrora. Diversificam-se os “públicos” componentes da Igreja. Também isto, em princípio, não é novidade. Pois em comunidade evangélica sempre conviveram pessoas de diversas faixas etárias, etnias, profissões, graus de escolaridade, classes sociais, homens e mulheres, sãos e doentes, pessoas “tradicionais” e “progressistas”. Mas a explosão das opções no livre mercado religioso acrescentou novos “públicos” e instalou a lei da concorrência. Quem não sabe competir, vai à falência.

A figura tradicional da comunidade tem sido a do “um rebanho e um pastor”. Ela amparava também a concepção da “paróquia”, isto é da comunidade sediada em determinada área e delimitada por suas fronteiras geográficas. É o que também o apóstolo Paulo tinha em mente ao escrever “à igreja de Deus que está em Corinto” (1 Co 1.2). No modelo paroquial cabe a um só obreiro pastorear a pluralidade do rebanho. São flagrantes os problemas. Pois é extremamente grande a tentação de o pastor ou a pastora privilegiar o grupo de sua preferência e imprimir aos membros a sua visão de fé autêntica. Dependendo da orientação teológica dos obreiros ou das obreiras, as comunidades são conduzidas no estilo da “Renovação Carismática”, do “Movimento Encontro”, da “Pastoral Popular Luterana”, da “Missão Evangélica União Cristã”, da “Comunhão Martim Lutero”, além de ainda outros. Mudam os cânticos ou hinários, os devocionários, as liturgias, as vestes talares,

a ornamentação dos templos, a celebração da ceia. Também neste caso vale que diversidade é riqueza somente caso estribada em forte lastro comum. Enquanto os pastores se revezam, as comunidades ficam. Não podem pedir transferência. Então, que é que vale na IECLB? Diversidade confusa não é motivo de orgulho, não. Lamento dever constatar falta de disciplina na IECLB, de respeito aos documentos normativos e às resoluções conciliares. O motivo reside, pelo que me parece, em excesso de individualismo, bem como em perplexidade com relação à proposta de uma Igreja de confissão luterana na sociedade brasileira neste início de século XXI. Ela está aí para quê?

Estará falido o projeto comunitário luterano? Há quem questione o modelo paroquial. Ele já não mais seria funcional nas condições da sociedade urbanizada. Mas qual a alternativa? Em outros países se discutiu o modelo das “comunidades de orientação”, constituídas pela simpatia que as pessoas demonstram por determinada forma da religiosidade. O resultado não tem sido animador. Devemos substituir o modelo paroquial pelo modelo das “comunidades pessoais”? Neste caso, a figura do pastor com sua proposta teológica e seu carisma pessoal iria estabelecer os limites da comunidade e definir a sua orientação confessional. Seria a comunidade do pastor x ou y. Uma proposta assim promete êxito? Não tenho resposta formada. É claro, isto sim, que a IECLB deve diversificar sua “oferta”. Não pode oferecer uma só liturgia a todos os grupos, jovens e idosos, teuto e luso-brasileiros, para mencionar somente estes. Está aí mais outro assunto de urgente estudo e reflexão. De certa forma trata-se de “re-inventar” a comunidade evangélica. Qual o perfil que poderia ter – nas megalópoles, na dispersão, em situação minoritária?

Neste afã, julgo importante resistir ao perigo de substituir o “membro” pelo “freguês”. Não se trata de apenas satisfazer necessidades religiosas individuais. Igreja luterana não poderá jamais deixar de empenhar-se na edificação de autêntica “comunidade”, isto é de pessoas solidárias entre si e em permanente ensaio de comunhão, também com o diferente. Ademais, seria absurdo tentar resolver o problema da pluralidade na comunidade pela disponibilização de um tipo de pastor ou pastora especializada para cada “público”. É o que vai dividir de vez a comunidade em grupos

rivalizantes ou estanques. O que urge é a revisão crítica da própria tarefa pastoral. Pastores e pastoras devem ser aptas a, entre outras, administrar pluralidade, trabalhar conflitos e reconciliar diversidade. As preferências teológicas particulares devem inserir-se na “opção confessional” da Igreja e de suas comunidades. É a esta que cabe a prioridade. No caso da IECLB isto significa que as preferências teológicas pessoais devem ser de natureza “evangélica de confissão luterana”.

Assim sendo, o projeto ecumênico da “unidade na diversidade reconciliada” possui relevância até mesmo interna nas igrejas. Ainda não estamos suficientemente preparados para aceitar e trabalhar pluralidade. Continuamos sonhando com a uniformidade, o que equivale à “privatização do rebanho”. Nós pastores e pastoras queremos cada qual a “nossa” comunidade. Será a separação das comunidades particulares a única maneira de resolver o problema da pluralidade? Não poderemos resolvê-lo sob o mesmo teto institucional? A implosão da unidade paroquial vai ser seguida da implosão da unidade sinodal e finalmente daquela da IECLB. Comunidade evangélica luterana, assim entendo, deveria ser o exemplo de diversidade capacitada para a convivência pacífica e o serviço mútuo.

4. Carismatismo

No panorama da diversidade característica do corpo de Cristo, também a variante carismática da fé cristã deverá ter seu espaço. Ela recebe sua legitimação, entre outras, pelo apóstolo Paulo, em suas exposições na primeira carta aos coríntios (cap. 12-14). A Renovação Carismática poderia compensar um tradicional déficit de comunidade luterana no que diz respeito à dimensão emocional do ser humano e ir ao encontro do que se identificou como sendo a “matriz religiosa brasileira”, ou seja a tendência “pentecostalizante” de nosso povo. Ela poderia ser catalizadora de experiências religiosas autóctones e avivadora de uma espiritualidade mais solta, espontânea, alegre, engajada. O movimento insiste, com justos motivos, em dimensões da atuação do Espírito Santo por demais vezes omissas nas igrejas. Creio que deveria ser encorajado a fazer propostas correspondentes a toda a IECLB.

Ao mesmo tempo, porém, cabe observar os claros limites que o apóstolo Paulo traçou entre o simples fervor religioso, existente também no mundo pagão, e a manifestação do Espírito de Cristo, do Espírito Santo e de Deus Pai. Não permitiu que a emoção tomasse o lugar da fé e insistiu no amor como principal manifestação carismática. Eis o caminho sobremodo excelente. Sem excluir as emoções, algumas até mesmo fortes, o apóstolo se empenhou em favor da “comunidade sóbria” que convence mediante seu discurso claro, profético, edificante. Êxtase não substitui a fé e a eventual vanglória dos visionários que se preconizam como “espirituais” e desprezam os considerados “carnais” mereceu suas duras críticas (2 Co 10-13). Certamente a situação em Corinto era outra do que a na IECLB hoje. Mesmo assim cabe ouvir os depoimentos de Paulo com muita atenção.

O apóstolo Paulo não suprimiu o carismatismo. Mas exigiu que se integrasse na fé cristã e se colocasse a serviço da edificação da comunidade. Jamais lhe passou pela cabeça concordar com a separação da facção carismática e a formação de uma segunda “Igreja evangélica de confissão paulina em Corinto”. A expressão carismática deve integrar-se no todo da comunidade, uma exigência válida, é claro, para todas as demais “escolas teológicas”, sejam elas de Apolo, Pedro ou do próprio Paulo (1 Co 3.1s), sejam elas PPL, MEUC, Encontrão, etc. Estruturas paralelas, incomunicação entre grupos, rivalidade corroem a unidade da Igreja e lhe debilitam a força missionária.

Por isto mesmo a IECLB vai ter que investir no intercâmbio das expressões teológicas nela existentes, sempre em busca do que a partir de sua confessionalidade poderá contribuir para a presença e atuação da Igreja de Jesus Cristo neste País. Pois a razão de existir da IECLB entre suas irmãs ecumênicas prende-se à sua herança confessional, sem a qual os membros poderiam filiar-se perfeitamente a outros grupos denominacionais. Essa herança luterana, assim entendo, compromete com a autenticidade evangélica que, não raro, incomoda o “mercado” e que, não obstante, tem a promessa de bênção. Toda pluralidade abriga um potencial conflitivo que será desativado somente, quando trabalhado com honestidade, disposição para a autocrítica e, sobretudo, no Espírito do amor, da sabedoria, da verdade.

É este Espírito que apadrinhou também a minha reação. Por desconhecer os autores do posicionamento da RC e por fazer questão da licença por parte da Presidência da IECLB, eu a encaminho através desta. Espero que ela seja entendida como um serviço àquela unidade que Jesus deseja para a sua comunidade (Jo 17.21). A paz de Jesus Cristo esteja com todos nós.

Com um abraço fraternal.

Gottfried Brakemeier

Nova Petrópolis, em tempo do Advento de nosso Senhor 2004



Carta do Movimento Encontrão

Nossos relacionamentos, nossa dor, nossas esperanças (Pensando em voz alta)¹⁰

“E o Deus da esperança vos encha de todo o gozo e paz no vosso crer, para que sejais ricos de esperança no poder do Espírito Santo.”
(Romanos 15.13)

Nos dias 03 e 04 de julho tivemos um encontro de irmãos e irmãs, um encontro de lideranças do Movimento Encontrão, com a Diretoria Nacional do Encontrão e mais de 30 convidados, dentre os quais lideranças leigas, professores de teologia, pastores de comunidade, evangelistas, lideranças representativas de vários ministérios, homens e mulheres comprometidos com o trabalho do Reino de Deus na IECLB.

Neste encontro de lideranças tivemos um momento de reconhecer como a misericórdia e a graça de Deus têm marcado nossas vidas e nossos ministérios ao longo de 40 anos de história do Encontrão na e a partir da IECLB.

¹⁰ Obs.: Esta carta é dirigida a lideranças e demais pessoas identificadas com o Movimento Encontrão, não pretende ser um documento acadêmico, mas uma mensagem pastoral. Através desta carta queremos partilhar do que temos sentido, pensado, dialogado e partilhado como preocupação com o momento que vivemos como IECLB.

Dedicamos um tempo significativo para ouvir uns aos outros em espírito de humildade e irmandade. Foi um ecoar de diferentes vozes e com diferentes pontos de vista, num esforço de praticar uma pedagogia dialogal e de integração da individualidade e da diversidade. Falamos sobre nossa vocação histórica para a evangelização e edificação de comunidade cristã; compartilhamos de nossas experiências na área da formação teológica e nas áreas da Missão Zero e da Missão Urbana; alegramos-nos com o crescimento do ministério entre os jovens e a capacitação de lideranças leigas em nosso meio por meio de cursos bíblicos e programas de discipulado.

Neste evento também fizemos uma leitura comunitária de como têm sido estes nove anos de caminhada entre o Movimento Carismático, o Movimento Encontrão e o relacionamento com a direção da IECLB.

Tínhamos como objetivo estar reunidos como irmãos e irmãs na fé, com o compromisso de sermos Corpo de Cristo buscando praticar o saber ouvir, o saber sentir, o saber compreender, o saber respeitar a diversidade, o saber discernir, o saber conviver com o desejo sincero de aprender cada vez mais a servir a Cristo, servir uns aos outros, servir à Igreja, servir ao Reino de Deus.

Tivemos um momento de afirmar a importância da espiritualidade e do ímpeto missionário carismático para a vida da IECLB e para o mundo evangélico brasileiro e latino-americano. Foi o tempo de reconhecer o resgate que a ênfase carismática faz de alguns elementos do Corpo de Cristo, da teologia e da obra do Espírito Santo, às vezes negligenciadas por muitas igrejas protestantes históricas, o que tem trazido prejuízo para a contextualização do evangelho em meio ao povo brasileiro e suas necessidades antropológicas, afetivas, espirituais, sociais e culturais.

Também tivemos um momento de lamento, de expressar a dor e o sofrimento do Corpo de Cristo pela insensibilidade, incapacidade de ouvir, de integrar a diversidade e preservar a unidade fraterna e eclesial no contexto interno da IECLB, de maneira explícita em posições intransigentes de algumas vozes de lideranças da IECLB, como também em algumas vozes de líderes do Movimento Carismático - basta perceber o teor e o espírito das cartas veiculadas nos meios de comunicação da Igreja, onde a culpa exclusiva é sempre do outro segmento. Parece que a verdadeira confessional-

lidade luterana ou a verdadeira teologia bíblica é propriedade privada de cada um dos segmentos.

Ao que tudo indica, a pedagogia do conflito foi instaurando-se de forma cada vez mais acentuada; a disposição para o fechamento foi maior do que a disposição para a abertura; os personalismos foram acirrando-se de ambos os lados; a tendência para a exclusão foi maior do que a tendência para a integração, como já evidenciou o Fórum sobre Identidade Luterana em maio de 2004, no Rio de Janeiro.

O calendário e o cronograma do diálogo entre a direção da IECLB e a liderança do Movimento Carismático evidenciam que houve um vácuo de diálogo de, praticamente, três anos entre os dois segmentos, e quando se retorna ao diálogo em 2004 os pensamentos e atitudes radicais já estavam bastante consolidados.

A estratégia de consolidar uma posição uniforme e institucionalmente respaldada pelo Concílio Geral da Igreja, pelos dogmas, pelos documentos normativos e constitucionais, regulamentos e comissões jurídico-doutrinários da IECLB parece ter demonstrado eficácia na perspectiva de uma pedagogia da exclusão, mas foi insuficiente para manter a unidade, a inclusão, a irmandade, a preservação da diversidade dentro do Corpo de Cristo.

A proposta do especialista em Desenvolvimento Natural da Igreja, Dr. Christian Schwarz, de que deveria haver um relacionamento de complemento e cooperação entre o pólo estático (institucional - doutrina, dogma, sacramentos, funções, documentos normativos) e o pólo dinâmico (fé, comunhão, evangelização, serviço), parece ainda não ter sido assimilada por lideranças de ambos os segmentos em conflito.

Parece que o poder institucionalizado tem enormes dificuldades de lidar com o poder revolucionário (reformatório e de transformação trazido pelos movimentos teológicos e missionários ao longo da história da Igreja).

O documento “Os Novos Movimentos Transconfessionais e as Igrejas” produzido pelo Instituto de Pesquisa Ecumênica, de Estrasburgo, ligado à Federação Luterana Mundial (no qual participou da elaboração o reconhecido teólogo ecumênico Harding Meyer, ex-professor na EST, em São Leopoldo), orienta que existem três modelos para o relacionamento entre igreja e movimentos. Um

modelo seria a estratégia da eliminação, como muitas vezes aconteceu na história. Esta eliminação poderia ser ativa ou passiva, no entanto esta seria uma solução inadequada, tendo em vista os desafios e a renovação que os movimentos trazem para as igrejas. Outra possibilidade de relacionamento seria a tolerância ou coexistência, que também seria uma solução inadequada por não tratar com seriedade as diferenças entre movimentos e igrejas. Ainda outra possibilidade seria a integração, que normalmente poderá resultar numa absorção, onde os movimentos perdem seu objetivo, sua identidade e sua razão de existir. Ou além de absorção pode haver a integração via domesticação, onde um movimento perde sua independência e autonomia ficando submisso à instituição. A proposta que seria indicada para um relacionamento mais justo entre movimento e igreja numa convivência marcada pelo respeito seria a pluralidade teológica, afirmando a possibilidade de convivência e comunhão em meio a concepções e formas de vida diversas integradas no Corpo de Cristo. Seria o caminho do diálogo, do respeito mútuo, da preservação da alteridade, da fecundação mútua entre Igreja e movimentos de renovação.

Lamentamos que na pedagogia e estratégia predominante no relacionamento entre Movimento Carismático e direção da IECLB tenha prevalecido o princípio da exclusão e da intransigência, bem como os mecanismos de pressão via documentos teológico-confessionais (conciliares e jurídico-doutrinários) de um lado, e a pressão do criar fatos (com práticas ministeriais pentecostais, práticas indiscriminadas de rebatismos e desrespeito aos documentos normativos da IECLB) de outro lado.

Nesta reunião de lideranças nacionais do Movimento Encontrão e em outras ocasiões de diálogo com obreiros e lideranças leigas, constatamos:

1. Que o Movimento Encontrão tem uma história de 40 anos de serviços prestados à IECLB em unidade com a base bíblica e confessional expressa na Constituição da IECLB. Trabalhamos em coerência com a missão e os objetivos fundamentais da IECLB no relacionamento com pessoas, comunidades, paróquias, sínodos, funções de liderança, cargos e ministérios em várias instituições, departamentos e comissões da Igreja.

2. Que o Movimento Encontrão ao longo de sua história tem dado uma contribuição significativa para a renovação espiritual da IECLB colaborando na evangelização de pessoas, na restauração de famílias, na revitalização de comunidades, na formação de lideranças leigas e de obreiros, na criação de novas comunidades e novos ministérios, na expansão da tarefa missionária da Igreja (Missão Zero e missão na periferia das cidades), na vocação e formação cristã de milhares de jovens, no serviço diaconal a partir de comunidades e projetos diaconais.

3. Que o Movimento Encontrão em seus 40 anos de história não priorizou escrever nenhum posicionamento sobre batismo e rebatismo, nem de apologia do batismo infantil ou do batismo de adultos, ou mesmo sobre as controvérsias sobre a prática ritual do batismo. O primeiro livro sobre o tema batismo elaborado por teólogos e pastores identificados com o Movimento Encontrão está em processo de elaboração, provavelmente será lançado no mês de outubro. O tema teologia e prática batismal em um contexto missionário e sincretista como vivenciamos hoje no Brasil (principalmente na missão além fronteiras e na missão no contexto da periferia das cidades) exige uma resposta mais relevante que estabeleça um diálogo sério com a antropologia, a cultura religiosa, a realidade social e contexto pós-moderno no qual vivemos.

A suspeita lançada por documento recente enviado pelo ex-presidente da IECLB, teólogo respeitado por todos nós, Dr. Gottfried Brakemeier, de que o Movimento Encontrão estaria fazendo-se portavoz do rebatismo, dando um apoio irrestrito e incondicional à Renovação Carismática, não tem nenhuma fundamentação, nem bibliográfica, nem institucional. Basta dizer que o documento lançado pelo Movimento Encontrão em 2001 sob o título: *Que Igreja queremos?* não menciona uma única vez o tema do rebatismo. Infelizmente, aquele documento que foi um convite para um diálogo teológico de vários temas da vida da Igreja ficou limitado a dois ou três artigos restritos a um debate acadêmico personalizado. Esta metodologia também está em moda na atualidade, quando evitamos um diálogo face a face na busca de soluções viáveis para os principais problemas da IECLB. Quando teremos maturidade para priorizar o dialogar uns com os outros, ao invés de nos limitarmos a

dialogar sobre os outros no pequeno grupo dos que não contradizem nossas posições teológicas?

Precisamos dialogar sobre o mito da confessionalidade estática, uniforme, a-histórica, e sem necessidade de contextualização como temos percebido em muitos posicionamentos de representantes da chamada teologia oficial da IECLB.

4. O Movimento Encontrão afirma em sintonia com o estudo e posicionamento emitido pelo Instituto de Pesquisa Ecumênica de Estrasburgo (respaldado pela Federação Luterana Mundial) que o caminho mais cristão, mais democrático, mais justo, e mais ético no relacionamento com os movimentos na Igreja seria o da pedagogia da tolerância, da integração cidadã, do respeito à alteridade dos movimentos, de um relacionamento fraterno marcado pela opção da vivência da pluralidade dialógica, buscando-se uma fecundação recíproca.

1. Uma vez definido qual o segmento carismático que sai da IECLB (possivelmente um terço dos integrantes deste movimento) e qual o segmento carismático que fica na IECLB (os outros 70 por cento), que tipo de relacionamento a direção da IECLB vai estabelecer com estes irmãos na fé, membros da IECLB, comprometidos com a fé em Jesus Cristo como Senhor e Salvador, e ansiosos por serem tratados com a mesma dignidade que outros segmentos e movimentos da Igreja têm sido tratados. A nossa relação de irmandade e comunhão com os irmãos carismáticos que saem da IECLB não depende unicamente dos vínculos confessionais e institucionais, mas depende do pertencimento ao Corpo Vivo de Cristo e do reconhecimento do senhorio de Jesus Cristo, mesmo assim lamentamos profundamente esta divisão e rompimento com a IECLB.

No documento do Dr. Brakemeier é explicitado: “pelo que tudo indica, ainda não temos descoberto na IECLB o jeito como lidar com a pluralidade”. Será que vamos continuar lidando com a pluralidade na pedagogia do conflito dos documentos normativos e dos processos doutrinários, ou limitando-nos à estratégia política eclesial da pressão da maioria para calar a minoria, via alguns fóruns e concílios com intencionalidade pré-determinada? Vamos continuar na pedagogia ideológica, ou vamos buscar consensos, praticar tolerância, integrar diversidade e representatividade teológica (e não

apenas geográfica-sinodal), priorizar a ética do diálogo para a inclusão e o respeito à pluralidade? Vamos priorizar o princípio pastoral das relações fraternas ou o princípio ideológico do poder?

Após todo este processo de conflito e de desgaste, se não aprendermos a estabelecer outras formas e princípios de mediação, de fato vamos tornar a IECLB cada vez mais inviável do ponto de vista teológico, missionário e institucional.

2. A história da Igreja desde as comunidades primitivas até a atualidade sempre conviveu com a diversidade eclesiológica e com a diversidade de movimentos de renovação. A história da IECLB nos seus 180 anos sempre conviveu com a diversidade eclesiológica, de correntes teológicas e de movimentos de renovação no interior da Igreja. O Fórum da Identidade Luterana realizado no Rio de Janeiro através de palestras de diversos historiadores da IECLB explicitou esta realidade viva e dinâmica da nossa história. À proposta de que venhamos a discutir a diversidade eclesiológica da IECLB, deve ser acrescentada a necessidade de se discutir as concepções cristológicas na IECLB, bem como fazer-se uma análise profunda da religiosidade brasileira e da antropologia brasileira.

3. Aprofundar alguns temas e condicionamentos característicos da pós-modernidade, como por exemplo: a reformulação do conceito de identidade como algo dinâmico e não algo estático, a afirmação da liberdade do sujeito, a diversidade dos modelos do ser e da convivência humana, a redução e a dissolução de fronteiras, a solidão, o medo e o êxtase do ser humano, a desconfiança da razão e o desencanto frente aos ideais da modernidade, a crise dos dogmas e dos princípios fixos, ateísmo prático e fragmentação religiosa, pluralidade ideológica e cultural, a ética da sexualidade, possibilidades e limites do ecumenismo clássico, o desafio do ecumenismo com o mundo evangélico pentecostal. Estes e outros temas da atualidade são fundamentais para que a IECLB se viabilize.

4. O Movimento Encontrão acompanha com preocupação os crescentes sinais de estabelecimento de mecanismos de controle para a vida dos obreiros da IECLB, bem como a exigência cada vez maior de uniformização litúrgica e de fiscalização do uso de vestes talares. Preocupa-nos também a campanha para que as paróquias, comunidades e demais campos de trabalho abram mão de sua liberdade de eleger ou demitir seus obreiros, liberdade esta respal-

dada por escritos do próprio Lutero e construídas ao longo de 180 anos de história da IECLB. A ansiedade da direção da IECLB com relação ao número de obreiros que não conseguem campo de trabalho não deveria ser resolvida a custo da perda de autonomia das comunidades e dos obreiros. Corre-se o perigo de estabelecer-se um relacionamento crescentemente paternalista e controlador por parte da direção da IECLB e das lideranças sinodais interferindo de maneira crescente na liberdade das paróquias, instituições e na própria liberdade dos obreiros. Será que as paróquias de hoje e suas lideranças têm menos maturidade ou competência para escolher seus obreiros(as)? Não estaremos induzindo a uma infantilização de nossas lideranças comunitárias num tempo no qual temos muito mais acesso ao conhecimento na área de gestão de lideranças do que nossos antepassados?

Estas são algumas das preocupações que compartilhamos nesta carta para que as pessoas identificadas com o Movimento Encontrão possam ter alguns subsídios para dialogar sobre estes temas em suas reuniões de comunidade, paróquia ou sínodo.

Na expectativa de que possamos somar esforços no diálogo e no compromisso de servirmos com alegria e responsabilidade no trabalho do Reino de Deus, despeço-me com saudações fraternas.

P. Jairo L. Menezes dos Santos
Diretor Executivo do Movimento Encontrão

Curitiba, julho de 2005



Se o navio estiver afundando Um manifesto do Movimento de Renovação Espiritual

Temos observado com muito pesar alguns sinais lamentáveis que nos fazem questionar se o navio luterano IECLB estaria afundando. Quais são alguns destes sinais?

Ele perdeu sua direção

Sem a bússola das Escrituras, o navio está navegando em águas estranhas como, por exemplo, o universalismo (o ensino que todos serão salvos). Ora, sabemos que “inclusivo” é o oposto de “exclusivo” - e dizer que Jesus é o único caminho, parece exclusivo demais. O mais adequado seria dizer que ele é o melhor caminho, pois não queremos embarçar aqueles com quem temos mantido relações (macro)ecumênicas e diálogo inter-religioso. Embora o Evangelho seja a mensagem da salvação através de Jesus Cristo por meio de sua morte na cruz, essa palavra - salvação - tem sido deturpada. Senão, vejamos:

- “Graça” passou a ser entendida como a liberdade de fazer aquilo que melhor nos parece, porque Deus é amoroso e perdoador e, certamente, não condenará ninguém.
- “Diversidade teológica” hoje significa praticamente que vale qualquer coisa; idéia, aliás, que está se alastrando rapidamente. A teologia da cruz, estranhamente, já não enfoca o derramamento do sangue de Cristo, como o era para Lutero. Ao contrário, ela enfatiza o sofrimento, e faz da dor um fim em si mesma.
- “Espiritualidade” é qualquer coisa que estimule um sentimento religioso de contato com o sagrado. Dessa forma, o Evangelho acabou se tornando qualquer “boa notícia” que sobre em nosso favor.

Por conta disso a mensagem se torna relativa e os métodos tendem a se tornar absolutos. É o que está acontecendo, por exemplo, com a liturgia do culto, cada vez mais rígida e engessada. A técnica vai substituindo a paixão, que é mantida constantemente sob suspeita. Ao que parece, a bordo deste navio chamado IECLB, é mais fácil falar de Romanos 7 do que de Romanos 8, porque é preciso evitar qualquer alusão à “teologia da glória”. “Libertar os oprimidos” é o novo evangelho para alguns membros da tripulação. Mudamo-nos de uma mensagem centrada em Cristo para uma mensagem centrada num Criador (não o Pai) e num Espírito Santo, não no sentido de Espírito como no Novo Testamento, mas no sentido de um espírito indefinido, inofensivo e teologicamente permissivo.

Temendo o assunto da santificação, os passageiros acabam ficando limitados a uma dieta pobre com uma qualidade nutritiva semelhante à comida de bebê.

Enquanto o navio está afundando, o capitão lembra às pessoas que “andem molhadas”, numa referência ao seu batismo, o que não é difícil acontecer num navio que está afundando. O novo hino é: “A minha esperança está alicerçada somente no batismo”, nossa eterna segurança, que impede as pessoas a bordo de se darem conta de que o navio está afundando. O batismo é separado de uma vida de fé por causa do medo de uma resposta humana, reduzindo a fé ao fatalismo e o batismo, a um rito de mistério. Assim, o batismo, um ensino importante do Novo Testamento, acaba se tornando tão grotesco quanto uma imagem desproporcional numa casa de espelhos.

O navio já está fazendo água

Está à deriva, agitado por ondas teológicas contrárias, e viaja sem âncoras. Nele, pode-se falar sem qualquer embaraço em salvar as baleias, mas não se pode falar em salvar os perdidos. Os perdidos não estão perdidos; então, não tentemos salvá-los. Não precisamos de evangelistas! Vamos trazer de volta os missionários!

Também é dito que outras culturas são tão ricas quanto a cultura cristã. Não há lugar para imperialismos neste navio. O que somos nós, então? Piratas? A tolerância teológica acaba sendo ajustada a todo tipo de permissividade. Estamos até redefinindo a idéia do que seja a homossexualidade e dando à mesma um novo significado, a fim de “proteger” pessoas que ainda precisam nascer de novo e conhecer o poder libertador de Jesus Cristo.

Embora o navio pareça estar em sérias dificuldades, o capitão e o imediato parecem não estar alarmados, pois não fazem nada para evitar que o navio afunde. Com o que estão fazendo apressam o afundamento. O navio está fazendo água já há muito tempo, atingindo todos a bordo, também as faculdades de teologia, com o sério risco de perderem também sua devida direção.

Então, o que acabará acontecendo num futuro próximo? A lealdade ao capitão e à sua tripulação (os que estão na liderança e que buscam os mesmos interesses) continuará a diminuir. O abis-

mo entre eles e muitos a bordo aumentará ainda mais. Os movimentos vitais do navio, aqueles que refletem a brisa fresca do Espírito, considerarão a atividade do capitão cada vez mais irrelevante. Isto alienará a tripulação em relação àqueles que são suspeitos de deslealdade, os quais, posteriormente, serão marginalizados. Uma parcela cada vez maior de passageiros suspeita que o navio esteja sendo levado para o porto de Roma. Como as coisas estão piorando, alguns membros da tripulação vêem perigo à frente e se mantêm mais controladores e nervosos. Enquanto isto, outros acham que o navio é incapaz de afundar.

Se você, ao contrário, acha que o navio não está afundando, ore por aqueles que estão no leme para que mudem a direção do navio, e faça o que você puder para mantê-lo flutuando. Se você, entretanto, perceber que o navio está afundando, então não ore para que ele não afunde, porque provavelmente é tarde demais. Ore para que você tenha um bom bote salva-vidas, e verifique se todos aqueles que lhe são queridos estão usando coletes salva-vidas. Não se deixe engolir por um sistema religioso que se orienta mais por ideais políticos do que por uma autêntica mensagem de salvação.

O que deveria fazer quem está a bordo frente a um desastre potencial?

1. Cuide de sua própria vida. Não se complique com a tripulação. Motim não é uma boa solução. Não escreva resoluções para manter o navio flutuando. É tarde demais para isto. Seja como Noé, que fez exatamente o que lhe foi mandado fazer. Ele construiu uma arca como opção para não se afogar. Construa alguma coisa bastante forte para enfrentar a maior tempestade. Mantenha o foco em seu chamado e vocação. Cuide das pessoas que estão sob sua autoridade, ao invés de tentar mudar aquelas que não estão.

2. Lute se tiver que lutar, mas somente se Deus lhe disser que deve fazê-lo. Cruzadas e causas não são necessariamente valores do reino; então não se especialize em lutas, principalmente se você for o pastor ou pastora. A menos que você tenha abundância de graça para fazer isto. Caso contrário, você transformará toda a sua comunidade em guerreiros. Muitos profetas foram guerreiros e pre-

cisaram de uma grande medida de graça para cumprir a sua difícil tarefa. Oriente-se pela mesma graça e pergunte continuamente: “Minha causa é a de Cristo?” E, pelo seu amor ao Evangelho de Jesus Cristo, não se desvie de seu chamado e vocação.

3. Abandone seu desejo de querer mudar o sistema. Isto só faz o seu coração ficar doente com um sentimento de uma esperança frustrada. Faça o seguinte: Diminua suas expectativas e seja o melhor obreiro ou obreira que você puder. Mudar a si mesmo talvez seja mais importante do que mudar o outro. Deus sempre pode fazer novas coisas em você. Redirecionar suas expectativas, certamente, o transformará em vencedor. Deus não desperdiça coisa alguma. Ele usa tudo para o Seu propósito, até mesmo as lutas de um sistema religioso.

4. Ore, como se você fosse parte do problema. Caso contrário, você não terá nenhuma solução. Daniel identificou-se com o problema e Deus o usou como uma voz profética. Evite a justiça própria de Elias, que erroneamente afirmou: “Só fiquei eu”. A sua oração deve ser pelas pessoas que estão desesperadamente tristes, por causa da condição do navio, e mesmo assim não estão amarguradas. Pessoas amarguradas não oram; elas apenas reclamam, e tudo o que fazem é desmoralizar aqueles que estão afundando. Se seu caso é reclamar da IECLB, nós temos para você um pequeno conselho: mude o seu modo de ver as coisas. Abençoar é melhor que amaldiçoar. Além disso, a ação mais clara que se move em direção a um futuro desconhecido, enquanto esperamos o desenrolar da visão, é orar. Desespero, como disse um pastor, é o martelo de Deus. A oportunidade de Deus está por trás da impossibilidade humana.

5. Seja ousado e não dê lugar à timidez. Reavalie seus próprios valores. Saiba onde e por que você está, de maneira que não se sinta condenado quando for contra a corrente prevalecente. Levante o estandarte da verdade, a infalível Palavra de Deus. Construir a arca foi uma tarefa difícil e mal entendida por aqueles que a viram acontecer. Espere a crítica, mas não permita que ela abata sua confiança. Pague o preço por fazer o que quer que seja que Deus lhe mande fazer.

6. Mantenha-se positivo. Viva na esperança. Há muitas coisas pelas quais você pode ser otimista. A Igreja de Jesus não é a

“Senhor dos Passos” em Porto Alegre. Cristo está edificando Sua Igreja e nada e ninguém impedirá que ela prevaleça no mundo. Jesus mesmo disse que as portas do inferno não prevalecerão contra ela. Não se esqueça - você tem valor! Como já foi dito antes, a arca foi construída por amadores, o Titanic, entretanto, por profissionais. É fácil desviar-se e negligenciar sua visão. O navio estava afundando quando Jesus entrou em cena. Ele se dirigiu a um sistema religioso que estava enfermo. Jesus veio para morrer e não para destruir os fariseus. Também não fugiu a um confronto, nem tampouco desperdiçou o seu tempo com eles. Ele nem sequer lhes apareceu depois que ressuscitou para provar que estava vivo. Quando os planos de Jesus interferiram com os dos fariseus, ele falou a verdade, denunciando a mentira deles. Jesus sabia para o que havia sido chamado e fez o que deveria fazer. Sigamos seu exemplo, no espírito de Cristo! Vamos em frente!

Joinville/SC, Setembro de 2005.



Desabafo: de carismático para carismático

P. Luiz Paulo Geiger

Uma vez eu fui batizado. Inconscientemente batizado, mas corretamente batizado. Não lembro como foi, nem lembro qual pastor me batizou. E nem precisa. Se meus pais sabiam o que estavam fazendo comigo, não sei. Mas creio que estavam bem intencionados. E creio sinceramente que com aquele ato, eles estavam me entregando nas mãos de Deus, e me colocando dentro de uma comunidade cristã. Creio que no batismo, Deus aceitou ser meu Pai por antecipação e disse *sim* para mim.

Uma vez eu mesmo, daí sim, conscientemente, entreguei a minha vida nas mãos de Jesus. Quinze anos depois de ter sido batizado. E me lembro bem como foi. E creio que, com esse ato, assumi meu batismo. Eu disse *sim* para Deus, aceitando ser seu filho. Se esse ato se chama conversão, ou novo nascimento, para mim não importa.

Uma vez tive uma experiência carismática. Vinte anos depois de ter entregado a minha vida nas mãos de Jesus. Também lembro bem como foi. Se essa experiência se chama batismo com o Espírito Santo, ou plenitude do Espírito Santo, não importa. O que importa é que a partir daí, senti-me mais capacitado para o ministério; minha vida ganhou um novo impulso. Mas nem por isso senti-me menos dependente da graça e da misericórdia de Deus. E nem menos pecador. Ao contrário: agora a minha fragilidade se tornara ainda mais evidente.

Mas nunca questioneei meu batismo inconsciente. Mesmo porque, diante da conversão e da experiência carismática, o batismo infantil passou a um plano secundário para mim. Nunca cheguei a cogitar a hipótese de que precisasse de um batismo consciente agora.

Mas entendo aqueles que põem em dúvidas seu batismo infantil. Nunca me neguei a ouvir estas pessoas nas suas aflições, na prática pastoral.

Cheguei até, numa determinada época, a pensar que deveria, quem sabe, ajudar estas pessoas na sua angústia, realizando um novo batismo. Mas depois percebi que a maioria das pessoas que se batizavam de novo, continuavam com as mesmas aflições, os mesmos problemas, as mesmas dúvidas. Algumas até mais arrogantes e intolerantes do que antes. Parece que o novo batismo não resolveu seus problemas. E aí, na sua insatisfação consigo mesmas, inventavam outra necessidade. Enquanto isso, junto com outros colegas, começamos a organizar o Movimento Carismático. Fiz isso porque tinha um sonho; foi logo depois que passei pela experiência carismática.

Sonhei que toda a IECLB havia experimentado a plenitude do Espírito Santo, assim como eu, e que apesar disso, continuava sendo de Confissão Luterana. Melhor: muito mais Luterana do que até aqui.

Sonhei que ninguém mais, nenhum grupo, precisava sair da IECLB por ser carismático, forçado por algum obreiro que não compreendia o que havia acontecido.

Mas também, porque ninguém, nenhum grupo, era radical e intolerante com o diferente, com quem não havia compreendido a experiência carismática.

Sonhei que havia respeito. Que ninguém mais se referia ao outro como tradicional ou avivado; nem mesmo como clássico, ou PPL ou Encontrão. Sonhei que havia liberdade para expressar os dons, liberdade para orar com aqueles que precisassem de cura ou libertação, como Jesus orou, sem que alguém ficasse escandalizado.

E sonhei ainda que não havia confusão. Mas havia louvor a Deus. Não havia uma regra litúrgica imposta para a realização de cultos, mas apesar disto cada um sabia que era Luterano, porque ser Luterano era algo de sentir no coração e não apenas de seguir regras exteriores.

Sonhei que a IECLB nunca mais perdeu membros para outras igrejas, porque todos gostavam de ser Luteranos. No meu sonho, alguns templos até tiveram que ser aumentados, porque as pessoas não cabiam mais dentro.

Sonhei que havia unidade, coerência, equilíbrio entre fé, tradição luterana e manifestações carismáticas. Não havia polêmica, nem brigas nem divisões nem discriminações. E a Igreja crescia e mais e mais pessoas eram acrescentadas ao número daqueles que amavam e serviam a Jesus.

Mas acordei; o meu sonho acabou. E a realidade que vejo é de grupos saindo das comunidades dizendo que a Igreja Luterana é uma Igreja fria, que os pastores não são espirituais, que eles não têm o Espírito Santo ou que apagaram o Espírito Santo.

Vejo muitos erros sendo cometidos no atropelo do entusiasmo, com a justificativa de que “é para a glória do Senhor”. Vejo Luteranos que criticam a sua Igreja, que não amam a sua Igreja, que trabalham contra a sua Igreja e freqüentam outras igrejas com a justificativa de que “precisam se abastecer”.

Vejo pessoas sem nenhum escrúpulo usando os fins para justificar os meios. Vejo pessoas tentando mudar a comunidade e o pastor a força, e isto antes delas mesmas terem sido transformadas. Vejo pessoas agindo com orgulho e arrogância, numa total falta de amor e humildade.

Vejo pessoas tentando impor o seu jeito de ser na comunidade, atropelando e machucando os outros. Vejo pessoas que se dizem muito espirituais, usando métodos humanos e nada espirituais.

Vejo pessoas que não admitem que seus erros sejam confrontados, que não aceitam serem ensinadas porque dizem ter “uma

ligação direta com Deus” e não necessitam ler a Bíblia.

Vejo pessoas que querem renovação e avivamento sem mudança de caráter e coerência de vida. Vejo pastores cedendo à tentação do populismo, pregando e fazendo o que as pessoas querem, deixando de exortar e corrigir; pastores que são o espelho do desejo de seus membros.

Vejo pastores que antes pregavam a conversão, agora defendendo o batismo como se isso fosse a “mola mestra” do avivamento.

Vejo luta de poder dentro das comunidades, desunião, ciúme, inveja. Pessoas que preferem sair, dividindo comunidades, porque não conseguem amar, conviver e se relacionar com quem pensa diferente.

Vejo pessoas que dizem uma coisa e fazem outra: falam de obediência à autoridade, mas não conseguem se submeter a algo que vá contra os seus planos.

Vejo pessoas abrindo igrejas e contratando obreiros que preguem aquilo que elas querem ouvir. Igrejas que são à sua imagem e semelhança, e não expressão do amor ao próximo e a Jesus. Igrejas que querem ser “perfeitas”, onde não se precise conviver com quem é diferente, onde todos são iguais. Bem disse Paulo, em 2 Tm 4.3: “... cercar-se-ão de mestres, segundo as suas próprias cobiças, como que sentindo coceira nos ouvidos”.

Vejo pastores apoiando irrestritamente grupos que saem das comunidades, sem antes ouvir o colega envolvido, sem avaliar o caráter do grupo que saiu, como se todos os problemas, todas as motivações, todos os grupos, todas as comunidades e todos os pastores fossem iguais.

Não vejo preocupação em curar feridas, em ouvir ambos os lados, em promover o perdão e a reconciliação entre as partes.

Vejo pessoas que se dizem irmãos, trair, mentir, caluniar. Pessoas que não sabem perdoar, que não conseguem amar. Que vêm o cisco no olho dos outros, mas não enxergam a trave no seu próprio olho. Vivem apenas de aparência.

Vejo pessoas que querem espetáculo, show, e não intimidade com Deus. Pessoas que vivem de emoção e não de fé. Pessoas que falam mais do mal que o diabo faz do que do bem que Jesus faz.

Vejo pessoas que buscam a Deus pelo que Ele pode dar, e não pelo que Ele é; vejo o sacrifício e o serviço ser trocado pela

corrida atrás de sucesso, de bênção e de prosperidade. Vejo pessoas que, ao invés de buscar a Deus elas mesmas em oração, querem apenas ser “ministradas”; querem que outros orem por elas.

Em fevereiro de 1996, quando enviei um convite para alguns colegas, convidando para realizarmos o primeiro encontro de Pastores Carismáticos da IECLB, foi pensando justamente neste sonho de que a IECLB se tornasse mais viva, com lugar para todas as expressões teológicas, com liberdade sem discriminação nem radicalismos.

Algumas frases daquela carta diziam: “Se o Espírito Santo é um só, então Ele não divide, mas une”. “Nós precisamos ver o que realmente é bíblico e, o que não é”. “Para nós, tudo é novidade. Estamos ainda aprendendo. Por isso nenhum de nós pode ter a pretensão de dizer que a sua experiência é a única viável, correta e bíblica”. “Nós temos que aprender a nos submeter uns aos outros, em fidelidade a Deus e em amor. Nós temos agora a oportunidade de permitir que se faça um movimento carismático sério e verdadeiro dentro da IECLB. Tudo depende de nos deixarmos usar com humildade... ou não”.

Numa carta resposta que enviei ao então P. Presidente, em maio de 1996, eu escrevi: “Cremos que os grupos carismáticos que surgem nas nossas comunidades precisam ser trabalhados, achar o equilíbrio, achar o ponto de contato entre a fé e a tradição luterana e as manifestações espontâneas do Espírito Santo. Cremos que isso é possível. Afinal, ninguém quer deixar de ser luterano”.

“Não estamos aí para polemizar, brigar ou dividir”. Não queremos ser mais um grupo de contestação dentro da Igreja. Pelo contrário, queremos contribuir, somar, unir, por amor a Jesus e à Igreja”.

Este era o meu sonho, e creio sinceramente, de alguns outros colegas também. Hoje, infelizmente a realidade é outra. O modelo mais democrático foi sacrificado no altar dos projetos pessoais de alguns radicais, aos quais, infelizmente o Movimento Carismático foi entregue.

Os que não concordaram, que questionaram o radicalismo, que lutaram por equilíbrio, por relacionamentos menos ditatoriais, menos “pastorcentrista”, menos eufóricos, mais autênticos, mais “pés no chão”, com mais amor e menos poder, mais reflexão, mais

profundidade, estes são tratados como “ovelhas negras” e foram abandonados pelo caminho. São tratados como dissidentes.

Por isso hoje, não me considero mais como parte deste Movimento Carismático radical que aí está. Continuo me considerando carismático, sim! Continuo sendo luterano dentro da IECLB. Continuo crendo quê há um verdadeiro Movimento Carismático; equilibrado, sério, e que este mover de Deus é para a IECLB também. Continuo crendo que os dons do Espírito Santo são para hoje também, mas que eles precisam vir acompanhados do fruto do Espírito Santo. Continuo crendo que 1 Coríntios 12, 13 e 14 podem ser vividos hoje também.

Divulgado em janeiro de 2006

Impresso na Gráfica Pallotti (Santa Maria/RS)

Texto Arial 11

Títulos Baskerton 24